

UFRRJ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA

TESE

O Processo de Comunicação Rural e
Sustentabilidade: Uma Caracterização em Palmas –
TO (Brasil) e Rio Cuarto – COR (Argentina)

José Carlos de Miranda

2012



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO RURAL E SUSTENTABILIDADE:
UMA CARACTERIZAÇÃO EM PALMAS – TO (BRASIL) E RIO
CUARTO – COR (ARGENTINA)**

JOSÉ CARLOS DE MIRANDA

Sob Orientação do Professor
Renato Linhares de Assis

Co-orientação dos Professores
Gustavo Ramón Cimadevilla
e
Hector Alberto Alimonda

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

Seropédica, RJ
Dezembro, 2012

302.2098117

M672p

T

Miranda, José Carlos de, 1954-

O processo de comunicação rural e sustentabilidade: uma caracterização em Palmas – TO (Brasil) e Rio Cuarto – COR (Argentina) / José Carlos de Miranda. – 2012.

123 f.: il.

Orientador: Renato Linhares de Assis.

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, 2012.

Bibliografia: f. 84-90.

1. Comunicação no desenvolvimento rural – Palmas (TO) – Teses. 2. Comunicação no desenvolvimento rural – Rio Cuarto (Argentina) - Teses. 3. Agricultura familiar – Palmas (TO) – Teses. 4. Agricultura familiar – Rio Cuarto (Argentina) - Teses. 5. Produtividade agrícola - Palmas (TO) – Teses. 6. Produtividade agrícola – Rio Cuarto (Argentina) – Teses. 7. Sustentabilidade - Palmas (TO) – Teses. 8. Sustentabilidade - Rio Cuarto (Argentina) – Teses. 9. Políticas públicas - Palmas (TO) – Teses. 10. Políticas públicas - Rio Cuarto (Argentina) – Teses. I. Assis, Renato Linhares de, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

JOSÉ CARLOS DE MIRANDA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, área de concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 20/ 12/ 2012.

Renato Linhares de Assis. Dr.- Embrapa Agrobiologia
(Orientador)

Cezar Augusto Miranda Guedes. Dr. UFRRJ

Robson Amâncio. Dr. UFRRJ

José Antonio Azevedo Espindola. Dr. Embrapa Agrobiologia

André Yves Cribb. Ph.D. Embrapa Agroindústria de Alimentos

Dedicatória

Dedico este trabalho as minhas filhas Cynthia Miranda, Cymara Miranda e Mayara Miranda que sempre iluminaram a minha vida.

A minha querida companheira de vida e de conquistas e competente profissional da área de Comunicação Social, Valdirene Cássia.

Dedico também a todos os homens e mulheres do campo, fortes e imensos na lida do dia-a-dia, construindo em silêncio a grandeza de um país.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de tese, embora pareça ser individual e solitário, traz em sua essência uma força coletiva muito grande. Nestes quatro anos recebi apoios e ajudas valiosas de pessoas e instituições que caminharam comigo, trilhando muitas vezes novos rumos, novas sendas.

Meu sentimento eterno de gratidão ao Deus de todas as coisas e horas, que tornou tudo isso possível e é uma presença constante em minha vida.

As Instituições de apoio científico que contribuíram decisivamente para a realização desta pesquisa: UFRRJ, Governo Federal/CAPES, UNRC, Ruraltins, TV Anhanguera, INTA.

Serei sempre devedor ao Prof. Dr. Renato Linhares de Assis pela magistral orientação neste trabalho. Por acreditar nessa investigação e apostar nesse sempre aprendiz de pesquisador. Suas reflexões, suas posições, seus textos nortearão, sempre, a minha carreira acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária – PPGCTIA/UFRRJ, em especial a Prof^a. Dra. Lúcia Helena Cunha dos Anjos (Coordenadora do Programa), pelo profissionalismo e comprometimento em possibilitar aos alunos e alunas condições de pesquisa.

Aos homens e mulheres do Assentamento Coqueirinho, em Palmas/TO (Brasil), meu especialíssimo agradecimento por permitirem mais uma vez minha inserção em suas vidas e em suas rotinas.

Ao Centro Universitário Luterano de Palmas/CEULP/ULBRA por colocar à disposição alunos, professores e funcionários na ocasião da pesquisa de campo no Assentamento Coqueirinho. Um especial agradecimento aos alunos Goianyr Barbosae Rosalino Silva, hoje competentes profissionais de Jornalismo e Administração.

Aos meus pais, Eunice Henrique Miranda e Elza Miranda que não sabem direito o que esse trabalho representa, mas se alegram comigo.

Às minhas irmãs e amigos, em especial, meu amigo e colega de doutoramento (e agora doutor) Francisco de Assis Mendespelo incondicional apoio nessa caminhada.

Aos meus colegas e amigos do Ruraltins e do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da UFRRJ, em especial Renata Gomes (Secretária do PPGCTIA), pelo pronto atendimento às minhas necessidades acadêmicas.

A todos os professores do PPGCTIA da UFRRJ, à Banca Examinadora desta Tese pelo incentivo, orientações e conhecimentos compartilhados durante o processo de doutoramento.

Aos meus co-orientadores: Prof. Dr. Hector Alberto Alimonda (UFRRJ – Brasil) e Prof. Dr. Gustavo Ramón Cimadevilla (UNRC-Argentina) pelas reflexões e indicativos de leitura sobre o tema estudado. Em especial, agradeço ao Prof. Cimadevilla pela gentil e carinhosa acolhida na Argentina.

Aos meus amigos Alan Monteiro e Emerson Elias, profissionais da área de Publicidade e Propaganda, que emprestaram talento e competência estética neste trabalho.

Ao Prof. Dr. Eli Pereira pela revisão textual deste trabalho.

BIOGRAFIA

JOSÉ CARLOS DE MIRANDA, nascido em 04 de novembro de 1954, em Piranga/MG. Filho de Eunice Henrique de Miranda e Elza Assis Miranda.

1. Formação

De família humilde, não tínhamos possibilidades de adquirir melhores condições de vida, a não ser sair do interior para um grande centro, em busca de dias melhores. E lá fomos nós para São Paulo, onde iniciei meus estudos fundamentais. Após o término destes, o sonho por formação superior se fez presente, mas teve de ser interrompido pela necessidade de trabalhar para sobreviver na grande cidade. Esta interrupção durou alguns longos anos e terminou com o surgimento do Estado do Tocantins, em 1988. Em 1994, seis anos após a criação deste Estado, vislumbrei, novamente, o sonho de estudar, ao fazer um concurso público, ser bem sucedido e tomar posse no mesmo ano. Na época, sonhava em fazer Comunicação Social e crédito esse desejo às minhas primeiras leituras que alicerçaram a construção desse desejo.

1.1 Graduação em Comunicação Social - Como o Tocantins precisava de mão de obra especializada, cursos foram implantados em algumas cidades do Estado pela Universidade do Tocantins - Unitins. Entendia que aquela era a minha chance e me inscrevi no vestibular, em 1998. Com a aprovação, iniciei minha graduação. O curso acontecia em período integral e como trabalhava à noite, não encontrei problemas para sua conclusão. Durante meu período de formação, participei ativamente de vários projetos, inclusive do processo de federalização da universidade e do processo de reconhecimento do curso de comunicação social. Durante esse processo, produzi vários textos que foram publicados nos principais jornais do Estado. Em novembro de 2001 aconteceu a colação de grau e, por ser eu o primeiro de várias gerações a concluir um curso superior, o acontecimento foi festejado por toda a família.

1.2 Especialização em Sociedade, Espaço e Meio Ambiente - Após longas conversas com minha companheira, professora universitária, pesquisadora e uma grande incentivadora da carreira acadêmica, decidi aprofundar meus conhecimentos. Por meio de pesquisas, fiquei sabendo da existência de uma universidade - FACET - Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná - que oferecia especialização em meio ambiente, o que me interessou. Não hesitei, com algumas economias, iniciei o curso. Disciplinas ligadas à ecologia, geografia e história despertaram em mim o interesse por algumas questões conceituais, entre elas as discussões que envolviam a questão ambiental como elemento de integração e interação com as demais áreas do conhecimento.

Nesse período, com as discussões em sala de aula, percebi o homem como um ser constituído por meio de seu discurso e identifiquei novas possibilidades de estudos para compreender o sujeito e suas linguagens no campo da mobilidade social. Decidi, pois, a partir dessas provocações, estudar turismo. Esse desejo levou ao curso de guia de turismo, pelo SENAC, o que me permitiu compreender, respeitar e valorizar a singularidade de cada sujeito, por meio de sua interação com a natureza, com o ser social, e em saber como acontece esta mobilidade em busca do “estar de bem com a vida”.

O término da especialização em Sociedade, Espaço e Meio Ambiente e da qualificação em guia de turismo me fez consciente de que o exercício do olhar e a fascinação que as imagens exercem sobre o homem fazem com que o mesmo represente a realidade de forma a

influenciar o comportamento social. Compreendi o turismo, enquanto representação, como uma importante ferramenta de distribuição de riquezas, de conhecimento e de comunicação. Por mais de sete anos, tive a oportunidade de trabalhar como guia de turismo, o que me permitiu conhecer o funcionamento do mercado nessa área.

1.3 Mestrado em Geografia e doutoramento em Ciência, tecnologia e inovação em agropecuária - Em 2006, iniciei os créditos do mestrado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS. Como morava em Aquidauana/MS, cidade onde o curso aconteceu, cumpri todas as disciplinas do programa naquele mesmo ano. Três disciplinas foram importantes em minha formação: Turismo com base regional, Produção territorial e ideário do desenvolvimento.

Os resultados apresentados na defesa da dissertação, em março de 2007, ganharam espaço, despertaram interesses da comunidade acadêmica e artigos científicos foram apresentados nos principais eventos científicos da Geografia. No **XIV Encontro Nacional de Geógrafos, em Rio Branco – Acre**, por exemplo, foi apresentado, numa comunicação oral: “A inserção do fetiche no espaço rural: o turismo na agricultura familiar reproduzindo o consumo e o lugar”. Na revista portuguesa **Finisterra**, foi publicado o artigo: “O desenvolvimento territorial para avaliação de políticas públicas: o exemplo do assentamento de uma fazenda em Tocantins/Brasil”.

O artigo científico “A inserção do turismo rural como opção socioeconômica de desenvolvimento local em espaços rurais e naturais no município de Palmas/TO (Brasil)”, foi apresentado no **X Encontro Nacional de Turismo com Base Local**, na UFPB, João Pessoa/PB. Outro artigo ainda obteve aceite o **VI Congresso da Geografia Portuguesa em Lisboa – Portugal**. Um dos grandes momentos nessa etapa foi, sem dúvida, a possibilidade de vivenciar experiências como pesquisador, divulgar os resultados, entrar em contato com o pensamento de profissionais da área da geografia, como Milton Santos, Aziz Ab'Saber, Caio Prado Júnior, Josué de Castro, entre outros. Em 2009 fui aprovado no Programa Binacional de Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do RJ.

2. Experiências Profissionais

2.1 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins - Iniciei minha carreira profissional na assistência técnica e extensão rural como técnico, participando das atividades do homem do campo e sua interação com a natureza, ministrando cursos e palestras a agricultores de todo o estado. Trabalhei na implantação de projetos de turismo rural e participo como membro efetivo de diversos conselhos e comissões pertinentes ao setor, entre eles: Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Tocantins – CIEA; Comissão Estadual de Agrotóxicos; Comissão Estadual de Meio Ambiente; Pro-comitê Estadual de Bacias Hidrográficas; Comissão de Produção Orgânica Estadual.

Ainda como funcionário público, ministrei cursos de capacitação e formação de técnicos em cursos como: revitalização de microbacias hidrográficas - sistemas agroflorestais - SAFs, entre outros. Estão em fase de avaliação e aprovação os seguintes projetos na área de turismo: * "Caminhos Azuis" - referente a inserção do turismo rural como alternativa econômica, em municípios da região sudeste do Estado do Tocantins; * "Quanto + Azuis Melhor" - referente a recuperação e proteção ambiental compartilhada da Micro-bacia do Rio Azuis para fins turísticos; * "Sangra D'água" - referente à revitalização do entorno do balneário, arborização da cidade e implantação de arranjo produtivo local na cidade de Lizarda (região do

Jalapão/TO) para fins turísticos; "Caminhos do Taquaruçu" - referente à recuperação e proteção ambiental compartilhada da microbacia do córrego Taquaruçu.

2.2 Faculdades Objetivo, Palmas – Tocantins - Em 2002 integrei o corpo docente da Sociedade Objetivo de Ensino Superior – SOES/TO, ministrando as disciplinas Comunicação e Marketing para o curso de Marketing e Teoria da Comunicação, para o curso de Administração.

2.3 Nobre Express - De 1997 a 1998, fiz parte da empresa Nobre Express, onde atuei como consultor e guia de turismo, além de fazer trabalhos especializados em monitoramento ambiental, no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins, qual sou vice-presidente. Acompanhando clientes da Nobre Express tive a oportunidade de conhecer melhor o Jalapão¹. Fruto desse trabalho, o Jalapão ganhou espaço além das estradas de terra da região e se tornou global. Atuei também em alguns projetos no Cantão, região próxima à Ilha do Bananal, também no Tocantins. Além de orientação às aberturas de trilhas interpretativas na região de Taquaruçu, povoado próximo à cidade de Palmas, que recebe, durante todo o ano, inúmeros turistas.

2.3 Instituto Gênesis de Pós-graduação – IGEP - Em 2007 comecei minha atuação na pós-graduação, como professor. No IGEP, fui responsável pelas disciplinas Comunicação e Educação Ambiental e Educação Ambiental no Turismo.

2.4 SENAC - Em 2003, fui convidado a trabalhar no SENAC, como professor, em curso técnico, na área de turismo e hotelaria. Ministrei as disciplinas: Introdução ao turismo e Técnicas Aplicadas ao Turismo Receptivo. Ainda no SENAC, sou credenciado e trabalho como guia nacional de turismo.

2.5 Polícia Militar do Estado do Tocantins - Ministrei aulas, em 2003, na Academia de polícia do Estado do Tocantins, na formação de cabos, sargentos e oficiais da administração da PM – TO. As disciplinas trabalhadas foram: Sociologia Aplicada e Sociologia do Crime e da Violência.

¹ Hoje, Parque Estadual do Jalapão. O Parque foi criado em 12 de janeiro de 2001 e abrange uma área de quase 150 mil hectares, sendo o maior parque estadual do estado do Tocantins. A vegetação predominantemente de cerrado ralo e campo limpo com veredas.

QUEM PLANTA COLHE

(Juraildes Da Cruz – Compositor tocantinense)

*Eu nem imaginava
Que a vida fosse me trazer histórias
Que nem sonhava ouvir
Ou me atrevesse a contar*

*Eu nem imaginava
Que aparecesse tantos becos
Quase sem saída mostrando que na vida
Tem que se virar, se virar como a terra
Que não derrama o mar, que não desvia os rios
Nem os trilhos do lugar
Se virar pra colher o que foi plantado
E receber o seu fardo
Ou o brilho de um reino encantado*

*Eu nem imaginava
Pelos caminhos que andei
O espinho e o pranto
Aprendi do tanto que amei
E eu que imaginava
Que a vida fosse uma charada
Pensei que sabia tudo
Sem saber da estrada
Hoje sei que a vida é uma semente
Quem planta colhe o perfume da flor
Ou o veneno da serpente*

*Eu nem imaginava girar como a terra
Que não derrama o mar, que não desvia os rios
Nem os trilhos do lugar
Se virar pra colher o que foi plantado
E receber o seu fardo
Ou o brilho de um reino encantado
Eu nem imaginava.*

RESUMO

MIRANDA, José Carlos de. **O processo de comunicação rural e sustentabilidade: uma caracterização em Palmas – TO (Brasil) e Rio Cuarto – COR (Argentina)**. 123f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

Esta pesquisa teve como foco a inserção de tecnologias de informação e comunicação na agricultura familiar, a partir do reconhecimento de sua importância para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. O objetivo geral desse estudo foi o de avaliar a contribuição das tecnologias no processo de comunicação rural e na construção de práticas ambientalmente sustentáveis, com base em análise do modelo de comunicação rural no contexto da produção agrícola em Palmas e Rio Cuarto. Os objetivos específicos foram: analisar a realidade da comunicação rural em Palmas e Rio Cuarto e avaliar como o apoio das tecnologias da informação e de comunicação pode auxiliar nesses procedimentos. A metodologia adotada teve caráter quanti-qualitativo. Foi definido como estratégia de pesquisa, fazer estudo de caso no Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, se optou pela pesquisa documental, visitas técnicas, observação direta e coleta de depoimentos, por amostragem, no Assentamento Coqueirinho, no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins e na TV Anhanguera, especificamente na produção do Programa Jornal do Campo, em Palmas. Em Rio Cuarto, foram buscados o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA e a Universidade Nacional de Rio Cuarto – UNRC. Em ambos os casos, foram obtidas informações de pessoas e instituições ligadas ao processo de comunicação estabelecido com os agricultores familiares. A coleta de dados foi realizada entre fevereiro de 2010 e dezembro de 2011. Os resultados desta investigação revelaram que embora o cenário das novas ruralidades já esteja presente em Palmas, as estratégias de comunicação que prevalecem ainda são do modelo difusionista de comunicação, tanto no que se refere aos extensionistas rurais quanto aos meios de comunicação de massa. No que se refere a Rio Cuarto, também prevalece o modelo difusionista, quando do processo de comunicação estabelecido entre governo e agricultores. A maior gama do discurso, em Rio Cuarto, é promovida pelas instituições privadas e meios de comunicação não oficiais. Nesse aspecto, Rio Cuarto difere de Palmas, pois essa não conta com setores privados de fomento à agricultura familiar e os meios de comunicação existentes não têm políticas editoriais fortes nessa discussão. Espera-se que este estudo sobre políticas públicas comparadas, com foco no processo de comunicação rural, possa colaborar para construir, inovar e difundir políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento sustentável e tendo como base um processo de comunicação voltado à transparência, à democratização e à participação cidadã de todos os homens e mulheres do campo.

Palavras-chave: Modelos de comunicação. Agricultura familiar. Políticas públicas. Desenvolvimento local. Sustentabilidade. Produção agrícola.

ABSTRACT

MIRANDA, José Carlos. **The rural communication process and the sustainability: a diagnostic of Palmas-TO (Brazil) and Rio Cuarto-COR (Argentina)**. 123p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

This research was focused on the insertion of the technology of information and family farming, highlighting its importance for public politics focused on sustainable rural development. This research general goal was to evaluate the technology contribution for the process of rural communication, and building of the environmentally sustainable practices, based on analyse the model of rural communication on the context of agricultural production in Palmas (TO) and Rio Cuarto (Cordoba). The specific goals were: to analyse the reality of the rural communication in Palmas and Rio Cuarto and to evaluate how the information technologies and communication could support these procedures. The methodology applied was quantitative and qualitative. It was defined as the research strategy to study the Assentamento Coqueirinho (settlement) in Palmas-Tocantins State. Regarding data collecting, documental searching, direct observation and gathering of testimonials were applied from: Coqueirinho's farmers, the Rural Development Institute of Tocantins (Ruraltins) and personel from TV Anhaguera (specifically from the Jornal do Campo) in Palmas. In Rio Cuarto (Cordoba) searches were concentrated on the National Institute of Cattle Raising Technology (INTA) and the National University of Rio Cuarto (UNRC). In both cases information was obtained from people and institutions connected to the communication process established among the farming families. The data gathering was made between February 2010 and December 2011. The results of the study showed that, although the new rural scenery is present in Palmas, the prevalent strategies of communication are still the diffusionist model, both referring to the rural extension personnel or to the means of mass communication. Also in Rio Cuarto the diffusionist model prevails when it refers to the process of communication established between the government and farmers. The biggest gamma of the speech in Rio Cuarto is promoted by the private institutions and non official communication means. In this aspect Rio Cuarto differs from Palmas, as Palmas does not have a private sector for foment of family farming, and the existing means of communication do not have strong editorial polices about this discussion. It is expected that this study comparing public polices, focused on the rural process of communication, may collaborate to build, innovate and disseminate public polices, visioning the sustainable development based on the communication process focused on transparence, democratization and participation of all farmers, women and men.

Keywords: Communication model. Family farming. Public polices. Local development. Sustainability. Agricultural production.

RESUMEN AMPLIADO

MIRANDA, José Carlos. **El proceso de comunicación rural y sostenibilidad: una caracterización de Palmas - TO (Brasil) y Río Cuarto - COR (Argentina)**. 123p. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en la Agricultura), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

1. Introducción

Este trabajo pretende evaluar la contribución del proceso de comunicación rural en la construcción de prácticas ambientalmente sostenibles, en base al análisis del modelo de construcción rural dentro del contexto de la producción agrícola en Palmas/TO (Brasil), y Río Cuarto/COR (Argentina). Esta discusión suscitó el estudio de las bases referenciales de las tecnologías contemporáneas, dentro de la agricultura familiar.

La tesis resulta de dos campos en permanente disputa socio-política, sin embargo relacionados: las políticas públicas dirigidas a la agricultura familiar y la inserción de las tecnologías de la información y comunicación en el uso cotidiano de las nuevas zonas rurales. Un desafío que nos instigó, desde el comienzo, a intentar entender las aproximaciones, los avances y las im(possibilidades) de un proceso más interactivo entre las instituciones públicas y las familias de agricultores.

Nos referenciamos en el cuadro teórico de las cuestiones que envuelven la ciencia de campo y las tecnologías de la información y comunicación, de forma que fuera posible formular cuestiones de estudio sobre el objeto de estudio. Estas se convirtieron en nuestra matriz contextual para el entendimiento y delimitación de nuestro objeto de estudio: Instituto de Desarrollo Rural del Estado de Tocantins – Ruraltins y los agricultores familiares del Asentamiento Coqueirinho (Palmas/TO), en un esfuerzo con la realidad de Río Cuarto/COR. El acercamiento de los dos campos (ciencias de campo y tecnologías de la información y comunicación) se justifica a partir de las reflexiones de Bourdieu, al discutir los conceptos de “habitus” y “campos”.

Los dos conceptos están íntimamente relacionados. Mientras *habitus* se procesa como un sistema de disposiciones, modos de percepción, modo de hacer, pensar y actuar, *Campos* hace referencia a estructuras temporales, producto de la historia que los hechos constituyen y privilegian. A partir de los presupuestos expuestos encima, identificamos contradicciones en las discusiones que proponemos y estas nos incentivarán en la investigación y construcción de la tesis.

Dentro del panorama agrícola familiar en Palmas, se detectan problemas relacionados con la falta de continuidad y de sistematización institucional. Estos problemas son derivados de las políticas de apoyo al conocimiento y al desarrollo científico y tecnológico, y de la falta de tradición en la búsqueda de ciencias básicas, obstáculos para el desarrollo social y económico del campesino y su sistema productivo. A partir de ese presupuesto, planteamos el siguiente problema de estudio: ¿Cómo la información y el conocimiento influyen en la relación del hombre con la Naturaleza e interviene en la construcción de prácticas agrícolas sostenibles? Nuestra hipótesis es que existe en la sociedad una valorización de prácticas que aproximan al Ser Humano a la Naturaleza, o que, aliado a las tecnologías de la información y comunicación, si están presentes en el campo, refuerzan posiciones sociales y políticas más encaminadas hacia las prácticas sostenibles.

La información y la comunicación de ese valor y la importancia de la ciencia y de la tecnología deben encontrar su espacio en la capacidad de trabajo del productor rural, capaz de distribuir riquezas dentro de los límites de los territorios rurales. La importancia de esta

práctica en las políticas públicas, que pretenden el desarrollo sostenible, aumenta debido al nacimiento de nuevos actores sociales en las disposiciones productivas, que, de forma directa o indirecta poseen clara relación con la ciencia y la tecnología.

De esta influencia, resulta el crecimiento de la atención a los procesos organizativos de producción agrícola potencializados por la cultura científica, elemento importante en el proceso de desarrollo local. Por tanto, para que efectivamente suceda el desarrollo local es preciso tener estrategias de comunicación encaminadas al campesino. El interés en comprender dichas estrategias posee dos vertientes. La primera de ellas se configura en la constatación de que, entre las políticas públicas del gobierno brasileño, el Programa de Asesoramiento Técnico, Social y Ambiental a la Reforma Agraria (ATES), bien al encuentro de la temática de las nuevas ruralidades², encontradas en el campo tras el incremento de la agricultura familiar. Ya dentro de la segunda vertiente, estas mismas estrategias nacen de la necesidad de la comunicación rural, frente a los escasos estudios de los modelos informativos que pretenden ayudar en la composición e inserción de prácticas sostenibles en los sistemas de producción familiares, pretendiendo contribuir en el desarrollo rural.

Este estudio se encuadra dentro de los esfuerzos para entender el proceso de inserción de innovaciones ambientalmente adecuadas en los sistemas familiares de producción agrícola, y tiene como objetivo general evaluar la contribución del proceso de comunicación rural en la mencionada dinámica de mudanza tecnológica. Los objetivos específicos son: analizar la realidad de la comunicación rural en Palmas y Río Cuarto; establecer una propuesta de construcción de prácticas agrícolas adecuadas ambientalmente y evaluar como el apoyo de las tecnologías de la información y comunicación pueden agilizar este proceso.

2. Material y Métodos

Para la consecución del objetivo, la perspectiva metodológica recurrida contempló un recuento bibliográfico de la producción científica en las áreas de extensión y comunicación rural, con la finalidad de identificar los puntos de confluencia dentro de ellas, específicamente en lo que se refiere al uso de las tecnologías contemporáneas, en el proceso de construcción y socialización de conocimientos, con vistas a la formación de un individuo crítico, activo, consciente y empleado socialmente. El medio rural fue percibido como un “laboratorio de observación”.

La metodología adoptada tiene un carácter cuantificativo. Referente a la estrategia de investigación definimos hacer un estudio de base en el Asentamiento Coqueirinho – Palmas. En cuanto a los instrumentos de colecta de datos optamos por la búsqueda documental, visitas técnicas, observación directa y recogida de declaraciones, por muestreo, en Palmas: en el Asentamiento Coqueirinho, en el Instituto de Desarrollo Rural del Estado de Tocantins – Ruraltins y en la TV Anhanguera, específicamente en la producción del programa “Jornal do Campo”; en Río Cuarto, en el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria – INTA y en la Universidad Nacional de Río Cuarto – UNRC, con el propósito de obtener informaciones de personas e instituciones relacionadas al proceso de comunicación establecido con las familias de agricultores en Palmas y en Río Cuarto. La recogida de datos se realizó durante el período de Febrero de 2010 a Diciembre de 2011.

3. Resultados y Discusión

Considerando las observaciones realizadas en los dos países, se observa una enorme distancia en cuanto a las prácticas de comunicación. Mientras en Río Cuarto la información es mucho más accesible, por medio de diversas herramientas, en Palmas, el orden es inverso: las

²“Conjunto de nuevas actividades agrícolas localizadas en nichos especiales de mercados (SILVA, J.G., 2004).

herramientas todavía son escasas, dado el poco interés del Estado y del sector privado en incentivar la comunicación como instrumento de desarrollo rural-local. Esta condición contradice lo que sucede en la actualidad, pues esta se caracteriza por la presencia sólida de instrumentos tecnológico-comunicacionales.

En Río Cuarto, respecto a Palmas, existe una disponibilidad mayor de los medios de comunicación, privados, que en sus programas incluyen asuntos dirigidos al sector rural. Mientras tanto en Palmas el número de medios de comunicación es bastante reducido, principalmente por el hecho de que la ciudad y la región no cuenta con empresas que patrocinen o fomenten la política agropecuaria en el Estado.

En Río Cuarto, la comunicación rural promovida por la INTA sucede con representantes en puestos avanzados o en los despachos oficiales. Desde fuera, ella se configura como una política de comunicación encaminada hacia el hombre del campo, su visibilidad es mucho menor que las promovidas por el sector privado que sirve de interlocutor del lenguaje rural. “Esto se debe principalmente por el hecho de que el Gobierno no tiene políticas específicas para la comunicación sectorizada. La INTA canaliza esa comunicación, pero sin un presupuesto específico para la misma. Pero en el conjunto de sus actividades se dedica también al repaso de informaciones sobre algunas cuestiones de interés para los agricultores” (CIMADEVILLA, 2012)³.

En Palmas, la comunicación rural está concentrada, en su mayor parte, en los gabinetes oficiales, que ofrecen asesoramiento técnico para la divulgación de los “hechos gubernamentales”, demasiado distantes de la realidad rural-local. Y cuando es interés del Gobierno, las informaciones son puestas a disposición de los medios de comunicación. Es como si no percibiesen que la comunicación es el elemento diferenciador en los procesos de desarrollo social.

En Río Cuarto existen programas, privados en su mayoría, que consisten en acciones de difusión, habilitación y producción de material técnico informativo, con la finalidad de sistematizar esfuerzos para hacer llegar a los técnicos, extensionistas y productores, los resultados de las investigaciones e informaciones sobre productividad y calidad de lo producido. En Palmas existen seminarios y encuentros, en su mayoría de ámbito académico, con el objetivo de divulgar resultados de investigación.

Los interlocutores involucrados, entre tanto, no engloban a los productores rurales, técnicos y extensionistas. Las discusiones se limitan a los investigadores, profesores y alumnos universitarios. Esporádicamente, Ruraltins promueve los días de campo, orientados a los agricultores familiares. Una vez por año, durante el mes de Junio, el Gobierno del estado realiza la Feria de Tecnología Agropecuaria – Agrotins, en la cual son presentados productos, tecnologías, innovaciones, estudios etc.

En Palmas, las instituciones públicas y privadas, promotoras de los eventos, tanto de estudio como de extensión agropecuaria, no parecen comprender que, durante el proceso de transferencia y difusión de tecnología, la comunicación es uno de los elementos clave para el buen desempeño de las acciones programadas. Las políticas son pensadas sobre y para el campesino, pese a no hacerlo partícipe de la discusión ni de los debates, lo que evidencia que se trata más de propaganda de las acciones gubernamentales y empresariales que de una creación real de conocimiento con la participación de los agricultores familiares.

Esa postura está en sentido contrario a la realidad Rural. El conocimiento es el resultado de la relación del sujeto con el mundo, mediado por el lenguaje. Porque de modo provisional necesita de argumentos constantes para su validación. Alcanzada esa condición de válido y al entrar en contacto con nuevas informaciones, el conocimiento adquiere (re)significado y genera nuevos conocimientos. Estos, organizados, sistematizados e

³ En la comunicación oral.

introducidos en el mundo cotidiano de los sujetos adquieren significado para ellos. Por eso, las familias agrícolas no pueden ser reducidas a la condición de agentes pasivos en el proceso de creación de conocimientos de su interés.

Es necesario implantar y/o potencializar medios y canales de comunicación interpersonales entre los que producen informaciones y los que las reciben, permitiendo así el establecimiento de una comunicación dialéctica más próxima, más allá de posibilitar el desarrollo, el flujo de informaciones y la participación de los involucrados, bien como la concentración de acciones como encuentros periódicos, conferencias técnicas, cursos de habilitación, eventos técnicos científicos regionales y la producción de boletines o revistas especializadas, que permitirán mejores resultados para el proceso de transferencia y difusión de tecnología rural-local.

Cabe resaltar la importancia del relacionamiento y contacto entre la investigación y la extensión, pretendiendo no sólo facilitar la transferencia de tecnologías a los productores, sino también auxiliar en la identificación de problemas relevantes, socialmente apropiados y favorables a la creación de mejores condiciones de vida para los agricultores familiares, y en un último análisis, redefinir el proceso de desarrollo rural-local.

Al igual que en Río Cuarto, aunque con números menores, Palmas también dispone de canales de comunicación. Las familias de agricultores del Asentamiento Coqueirinho buscan informarse sobre aquellos asuntos que envuelven al sector rural por medio de los siguientes espacios: TV(64.29%); asociación(42.86%); prensa(42.86%); radio(21.43%); iglesia(14.29%) y amistades(7.14%).

Del mismo modo, entre Río Cuarto y Palmas, existe un distanciamiento en lo que se refiere a las políticas de comunicación orientadas al campesino. Mientras en Río Cuarto a pesar de no existir emisiones de gran circulación, exclusivos para los asuntos ligados al campo, los diversos vehículos y programas existentes son bien explotados en favor de los agricultores rurales.

En Palmas se cuenta apenas con un programa, emitido los domingos, por la TV Anhanguera, y una editorial diaria, en el noticiero de la mañana, de la misma emisora. Los sábados, el periódico de Tocantins (Jornal do Tocantins) trae un suplemento: Jornal do campo, producido en Goiânia, que no tiene como foco principal atraer a los agricultores locales. Esta realidad se transforma en un cuadro soso relativo a las noticias, programas e informaciones orientadas al hombre del campo. Luego, la televisión y la prensa escrita, aunque son los medios de comunicación más presentes en el uso cotidiano de los agricultores familiares en Palmas, no contribuyen en la suma de valores orientados al desarrollo rural-local.

Ese papel pertenece a la asociación, según informaron el 50% de los entrevistados. Ella repasa informaciones para hacer viables actos colectivos que se transformen en un desarrollo rural-local sostenible, minimizando los problemas correlacionados a la falta de políticas públicas para la agricultura familiar. Actuando conjuntamente con las instituciones mancomunadas, la asociación identifica la existencia de obstáculos internos, y a partir de ellos, busca desarrollar mecanismos que ayuden a los agricultores familiares a enfrentarse a las dificultades de la cadena productiva, proporcionando, de este modo, una mejoría en las acciones locales, producción, empleo y renta. Con la asociación informando sobre los asuntos que provocan respeto en los agricultores, la producción agrícola, mismo con dificultades, se desarrolla localmente y mejora las condiciones de vida de las familias de agricultores. La generación, el tratamiento y la transmisión de información representan fuentes fundamentales de productividad.

En relación a la prensa, podemos decir que, a pesar de ser un vehículo comunicativo más lento que la radio y la Televisión, esto no implica una disminución de su importancia, pues el 42,86% de los agricultores defienden el papel de este medio de comunicación, aunque

no explote toda su capacidad de información en beneficio de la mejora de la producción agrícola, una vez que la prensa escrita que circula en Palmas no tiene ninguna editorial orientada a los asuntos del campo. Lo que tiene es esporádicamente materias dedicadas por los organismos públicos sobre algún asunto de interés gubernamental encuancto a las cuestiones ligadas a la agropecuaria.

En Río Cuarto, al contrario, existen diversos vehículos impresos segmentados a los asuntos agropecuarios. Estos vehículos se preocupan en profundizar en las informaciones, contribuyendo así, de forma mucho más efectiva, al desarrollo de la producción agrícola local.

En relación a la radio, los agricultores familiares de Palmas mantienen una relación de añoranza con este vehículo. De acuerdo con el estudio, el 21,43% de los agricultores familiares poseen por lo menos un aparato receptor de radio. Sin embargo no existe en Palmas ninguna emisora con una programación encaminada al hombre del campo. Lo que existe, en el canal oficial del Gobierno, son espacios para notas oficiales.

La programación más próxima al campesino son programas de música sertaneja, no necesariamente orientados a las familias agrícolas. En Río Cuarto, según lo expuesto anteriormente, las emisoras de radio se hacen presentes por medio de las frecuencias AM, FM y la radio universitaria. Todas las emisoras tienen como foco editorial asuntos agropecuarios, con programaciones diarias. En ese proceso, cuyo código en este caso es un mensaje resonante en el medio rural, amplía las posibilidades de acceso a la información.

La iglesia es otro canal de comunicación. En Coqueirinho, existen dos iglesias evangélicas y un seminario católico. Por comunicar asuntos relacionados a lo cotidiano, dicha institución es mencionada por el 14,29% de los participantes de la investigación, lo que demuestra que la iglesia es también un espacio de información, preocupado al mismo tiempo, con los asuntos cotidianos al medio rural.

La iglesia es una voz influyente en la vida de las personas de esa localidad, llevándolas a una percepción selectiva sobre aquello que se les comunica. De este modo, como agente de información consigue influenciar las acciones de desarrollo locales. Al contrario de lo que sucede en Palmas, en Río Cuarto, la iglesia no tiene un papel relevante en el proceso de tranferencia de información específica al hombre del campo.

En lo que se refiere a la comunicación boca a boca, el 7,14% de los entrevistados tiene contacto con los extensionistas rurales, lo que sólo sucede cuando estos se desplazan de las propiedades para las oficinas locales o regionales. En Río Cuarto, la comunicación boca a boca forma parte de la rutina de los agricultores rurales, por medio de cursos y seminarios de cualificación y actualización promovidos por las instituciones públicas y privadas.

En Río Cuarto, todo el aparato tecnológico-comunicacional es explotado en toda su potencia, con el objetivo de masificar e intensificar las informaciones que interesan a los agricultores rurales, así como las instituciones públicas y privadas, responsables de los programas y políticas que validan la productividad rural. Se trata de la concretización de modo informacional de desarrollo, en la cual, cada transformación provoca y es provocada por otras, resultado de los procesos tecnológico-comunicacionales que estimulan transformaciones en la economía, en las relaciones como el poder y con el saber, así como entre los sujetos.

El teléfono móvil es uno de los instrumentos tecnológico-comunicacional más presentes en el día a día del ámbito rural en Palmas. Esto se debe a la movilidad y a la popularidad del aparato, por medio de planos promocionales más accesibles. Más allá del teléfono móvil, otro instrumento que comienza a invadir el día a día del agricultor en Palmas, es Internet, que ya es accesible en el 35,71% de las propiedades.

Es la invasión del mundo rural por las tecnologías de la información y comunicación – TIC, procesos y productos oriundos de los sistemas computacionales, un soporte para la información y los canales de comunicación. Como la telefonía móvil, Internet ya forma parte

del mundo cotidiano de los agricultores familiares en Palmas. Las instituciones públicas y privadas responsables de las políticas agropecuarias en el estado de Tocantins, por encuaneto, poseen Webs muy institucionalizadas, lo que hace de ellas espacios poco instructivos, al no estar los puntos de pauta orientados a los intereses de los agricultores familiares, y sí para las demandas publicitarias de las propias instituciones. Siendo así, el almacenamiento, tratamiento y transmisión, digitalización de información de estas instituciones, no potencializan nuevos modos de producción material ni simbólica entre los agricultores.

El uso del teléfono móvil es una constante entre los agricultores familiares. Estos individuos, cada vez más, dan preferencia a aparatos con aplicativos más sofisticados, con destaque para aquellos que poseen cámara fotográfica y de grabación de vídeo. En la actualidad, el 66,67% de los agricultores familiares ya poseen estos aplicativos en sus teléfonos, lo que podría facilitar la producción y envío de imágenes referentes a su actividad productiva. La mayor parte de los agricultores familiares posee teléfono con cámara, lo que nos lleva a deducir posibilidades de uso de esta herramienta para resolver problemas de comunicación enfrentados por los agricultores familiares.

A pesar de la preferencia por los equipamientos más sofisticados, percibimos que los agricultores no saben explotar todo el potencial del aparato. Sobre qué función del teléfono es más utilizada por el agricultor, el 57,14% consigue apenas realizar o recibir llamadas. Entre los asuntos que las familias agrícolas ven o escuchan, destacan las noticias, con un 92,86%, lo que demuestra el interés de los individuos en saber que está sucediendo a su alrededor, una vez que estos tienen consciencia de la profundidad de las relaciones rural-urbano y del impacto que este hecho provoca en el uso cotidiano. El estudio reveló, también, que el deporte es el segundo asunto preferido entre las familias agrícolas. Esto se debe al hecho de que estas no tienen tiempo para dedicarse a otro tipo de entretenimiento, una vez que las actividades rurales se sobrepone a las funciones de uso cotidiano.

4. Conclusión

El estudio de la contribución del proceso de comunicación rural en la construcción de prácticas ambientalmente sostenibles, en el Asentamiento Coqueirinho, en Palmas (Brasil) y en Río Cuarto (Argentina) reveló un escenario necesitado de políticas públicas orientadas a la implementación de procesos tecno-comunicacionales adecuados a las iniciativas de desarrollo sostenible en el ámbito rural. No existe estímulo satisfactorio, por parte de los Gobiernos, para implementar acciones colectivas y articular actores orientados hacia las cuestiones del campo alrededor de objetivos que buscan el desarrollo rural.

En la actualidad, las relaciones con los diversos colectivos sociales exigen una política de comunicación innovadora, con base en instrumentos y medios apropiados al enfrentamiento de los desafíos provocados por una sociedad globalizada, a partir de la consciencia de que las tecnologías de la comunicación son factores decisivos en la promoción del desarrollo rural sostenible. Aplicadas dentro del contexto del Asentamiento Coqueirinho, en Palmas, y en Río Cuarto, estas tecnologías pueden provocar un impacto positivo en las actividades rurales, en la medida en que afectan significativamente el proceso productivo, pues pueden subsidiar las tomas de decisiones en favor del desarrollo sostenible.

El estímulo para el uso de las tecnologías de la información y comunicación en el día a día rural da como resultado una mejor articulación de las sociedades, promoción de la cooperación, aproximación de saberes, fortalecimiento de los agricultores envueltos en una cultura de aprendizaje local, reducción de costes operacionales y contribuye al desarrollo sostenible de manera política, social, económica y cultural, reforzando posiciones más orientadas a prácticas sostenibles.

El desarrollo rural sostenible, tanto en Palmas como en Río Cuarto, debe ser trabajado de forma sistemática, envolviendo instituciones públicas y privadas, vehículos de comunicación social (en sus más diversos medios y formatos) e asuntos de campo, en una perspectiva que contemple las cuestiones exógenas, en armonía con las endógenas, para promover el desarrollo rural sostenible, por medio de la exploración de tecnologías contemporáneas.

La importancia y la necesidad de hacer uso de las tecnologías de la información y comunicación – como un sistema social, en el cual el agricultor familiar sea incluido por las políticas públicas orientadas al desarrollo rural sostenible, considerado protagonista del proceso y dotado de autonomía propia para proponer, producir y distribuir bienes culturales – implica a las instituciones a proporcionar canales de comunicación más democráticos, más horizontalizados y más accesibles, a través de los cuales hombres y mujeres del campo puedan intercambiar, con los diversos sectores de la realidad social, conocimientos, más allá de discutir, proponer y ser agentes activos en la efectividad de las políticas públicas encaminadas al desarrollo rural sostenible.

Los diferentes individuos del campo no pueden consentir la adopción de un modelo de comunicación rural basado en un padrón vertical de difusión simple. Existe una emergencia en la adopción de un modelo dialéctico participativo y problematizador entre todos los actores que componen el sector rural, pues quien realmente conoce los problemas de la agricultura y sus limitaciones en los sistemas de producción son los agricultores; quienes pueden indicar el tiempo y los lugares apropiados para la llegada de innovaciones y tecnologías necesarias también son ellos; quienes detectan más rápidamente las distorsiones del mercado son, en definitiva, los productores rurales, personas más conocedoras de su propia realidad.

Las instituciones gubernamentales deben, por lo tanto, promover diálogos interactivos por medio de los cuales las realidades deben ser percibidas y las informaciones analizadas en toda su urgencia y en tiempo real, teniendo las tecnologías contemporáneas como canales aproximativos entre los individuos envueltos en la formulación de políticas públicas más realistas y eficientes. Por tanto, es necesario dotar y entrenar a los agricultores familiares para la auto-expresión y el uso de las nuevas tecnologías.

Uno de los resultados de la utilización de estas tecnologías es la facilidad de acceder y disponer de información. Los agricultores familiares pueden minimizar los problemas de producción en su localidad, en tiempo real, con los peritos y técnicos rurales, sin necesitar de los tradicionales desplazamientos a las instituciones que estimulan el desarrollo rural. Estas, a su vez, también se benefician, pues no disponen de cuadro técnico personal ni operacional suficiente para dar asistencia local a los agricultores familiares. La utilización de las tecnologías comunicacionales promueve, a más, la reducción de costes relativos al desplazamiento del funcionariado para la resolución de problemas puntuales en las localidades rurales.

El uso de tecnologías es un proceso histórico acumulativo. De una etapa tecnológicamente muy primitiva y tras la incorporación de sucesivas innovaciones, se llega a una etapa tecnológicamente más compleja. Es importante para la comunicación rural llevar un control sobre la etapa tecnológica en la cual se encuentran las familias de agricultores de una determinada región, ya sea en Palmas o en Río Cuarto, como subsidio para la formulación de cualquier programa educativo o de mudanza.

En efecto, la mudanza tecnológica no debe ser promovida como si fuese un simple objeto de decisión tecnocrático o comercial. Ella debe tener un crecimiento orgánico, funcional, adecuado al desarrollo educativo y social de la agricultura familiar, a las oportunidades de empleo, al progreso de prácticas agrícolas sostenibles. Cuando se ignora la etapa tecnológica y su relación con otros aspectos del desarrollo, las consecuencias pueden ser desempleo, éxodo rural, pobreza urbana y tensiones sociales.

Este trabajo, en concordancia con otros autores que formaron nuestro cuadro teórico, nunca tuvo la pretensión de levantar una bandera indicando que las tecnologías de la información y comunicación son capaces de resolver los problemas relativos al desarrollo rural sostenible. Pero creemos que puede servir a modo de reflexión en la creación de políticas públicas orientadas a un entorno rural sostenible y a la inserción de políticas y modelos de comunicación más democráticos.

Palabras clave: Modelos de comunicación. Agricultura familiar. Políticas públicas. Desarrollo local. Sostenibilidad. Producción Agrícola.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema elaborado por Shannon e Weaver em 1946	06
Figura 2 - Modelo do processo de Comunicação Dialógica	07
Figura 3 - Ordenamento Territorial de Palmas.....	41
Figura 4 - Parcelamento do Assentamento Coqueirinho, Palmas/TO.....	46
Figura 5 - Material utilizado na construção de moradias no Coqueirinho	47
Figura 6 - Modelo de moradia no Assentamento Coqueirinho	47
Figura 7 - Número de associados divididos por associação	48
Figura 8 - Sede do laticínio pertencente à ASCABRAS	48
Figura 9 - Manejo de ovelhas e cabras pelo agricultor familiar	49
Figura 10 - Área restrita para criação de gado no Assentamento Coqueirinho.....	49
Figura 11 : Criatório de aves em regime fechado.....	50
Figura 12 - Números da suinocultura existente no Assentamento Coqueirinho	50
Figura 13 - Percentual de propriedades com criação de suínos.....	51
Figura 14 - Área de cultivo da mandioca	51
Figura 15 - Área da propriedade utilizada na cultura da mandioca.....	52
Figura 16 - Tratos culturais no manejo de hortaliças	53
Figura 17 - Plantio de milho para subsistência.....	53
Figura 18 - Área ocupada com plantio de milho	54
Figura 19 - Percentual das práticas de conservação de solo utilizadas no Assentamento Coqueirinho	54
Figura 20 - Situação das estradas que dão acesso às propriedades do Assentamento Coqueirinho	55
Figura 21 - Destinação do lixo no Assentamento Coqueirinho.....	56
Figura 22 - Espaço físico-geográfico em que está inserida a região de Rio Cuarto.....	60
Figura 23 - Meios de comunicação mais utilizados no Assentamento Coqueirinho.....	70
Figura 24 - Assuntos de preferência nos meios de comunicação pelos entrevistados no Assentamento Coqueirinho	71
Figura 25 - Exposição Agropecuária do Tocantins/AGROTINS.....	74
Figura 26 - Tecnologias mais utilizadas pelos entrevistados no Assentamento Coqueirinho.	75
Figura 27 - Instrumentos tecno-comunicacionais presentes no cotidiano do Assentamento Coqueirinho	76
Figura 28 - Números de celulares com câmeras utilizados pelos entrevistados no Assentamento Coqueirinho.....	76
Figura 29 - Funções mais conhecidas nos celulares pelos assentados	77
Figura 30 - Esquema de comunicação a partir de telefonia móvel elaborado pelo autor da tese. Origem do processo: agricultores familiares	78
Figura 31 - Esquema de comunicação a partir de telefonia móvel elaborado pelo autor da tese. Origem do processo: Ruraltins	79
Figura 32 - Esquema simultâneo de comunicação a partir de telefonia móvel elaborado pelo autor da tese. Processo dinâmico	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo da metodologia aplicada em Palmas e Rio Cuarto	39
Tabela 2 - Condição legal do produtor: propriedades e áreas	42
Tabela 3 - Divisão dos estabelecimentos quanto ao gênero	43
Tabela 4 - Número de assentados sem titulação definitiva em Palmas, TO (Brasil).....	43
Tabela 5 - Relação proprietários/propriedades em Palmas.....	43
Tabela6 -Quadro característico entre Palmas e Rio Cuarto quanto ao processo de comunicação rural e sustentabilidades.....	68
Tabela7 - Relação quanto aos espaços de mídia destinados aos assuntos agropecuários entre Palmas (Brasil) e Rio Cuarto (Argentina).....	69

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGESP	Agência de Estrutura Viária de Palmas.
AGROTINS	Feira Tecnológica do Tocantins
AM	Modulação em amplitude.
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância.
APALCO	Associação dos Pequenos Agricultores do Coqueirinho
ASCABRAS	Associação dos Criadores de Cabras
ASCOM	Assessoria de comunicação
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Concepção Ecológica
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEE	Conselho da Concepção Ecológica
CEULP	Centro Universitário Luterano de Palmas
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Tocantins
CMMAD	Comissão Mundial Meio Ambiente Desenvolvimento
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COR	Córdoba, província da Argentina
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETHOS	Instituto de Pesquisa e Gestão Empresarial
EUA	Estados Unidos da América
FACET	Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná
FINISTERRA	Revista Portuguesa de Geografia
FM	Frequência modulada
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEP	Instituto Gênese de Pós-graduação
INTA	Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária
ITERTINS	Instituto de Terras do Tocantins
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCDR	<i>Organización para la Cooperación y el Desarrollo Rural</i>
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
OJC	Organização Jaime Câmara
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PB	Paraíba
PM	Polícia Militar

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPGCTIA	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
RJ	Rio de Janeiro
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SAFs	Sistemas agroflorestais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SOES	Sociedade Objetivo de Ensino Superior
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TO	Tocantins, estado do Brasil.
TV	Televisão.
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNITINS	Universidade do Tocantins.
UNRC	Universidade Nacional de Rio Cuarto
VHF	Very High Frequency (Frequência Muito Alta)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	3
2.1 Marcas Distintivas da Sociedade da Informação e da Comunicação	3
2.1.1 O aparelho comunicacional rural e sua importância no processo de desenvolvimento sustentável	5
2.1.2 Uma aproximação necessária com o sentido de comunicação e seus mecanismos midiáticos	12
2.2 Os Contornos do “Novo Rural”	16
2.3 Tecnologias da Informação, Comunicação e Desenvolvimento Sustentável	24
2.3.1 Discursos sobre sustentabilidade	25
2.3.2 A incorporação do discurso da sustentabilidade na comunicação rural	29
3. MATERIAL E MÉTODOS	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1 Uma Análise da Realidade Comunicacional de Palmas, TO (Brasil) e Rio Cuarto, COR (Argentina).....	41
4.1.1 Caracterização do espaço rural de Palmas.....	41
4.1.2 Os participantes da pesquisa em Palmas	45
4.1.3 Assentamento Coqueirinho.....	46
4.1.4 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins.....	56
4.1.5 Um retrato da comunicação midiática em Palmas.....	58
4.1.7 TV Ananguera	58
4.2 Caracterização do Espaço Rural de Rio Cuarto.....	60
4.2.1 Participantes da pesquisa em Rio Cuarto	63
4.2.2 Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA	63
4.3 Análise do Processo de Comunicação Rural em Palmas e Rio Cuarto	68
5. CONCLUSÕES.....	81
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
7. ANEXOS	91

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa avaliar a contribuição do processo de comunicação rural na construção de práticas ambientalmente sustentáveis, com base em análise do modelo de comunicação rural no contexto da produção agrícola em Palmas, e Rio Cuarto. Essa discussão suscitou o estudo das bases referenciais das tecnologias da informação e comunicação, no contexto da agricultura familiar. Na atualidade, essas áreas, Comunicação e Ruralidades, “[...] se invadem mutuamente, entram em forte relação de fluxo” (BRAGA e CALAZANS, 2001, p. 10), e apontam questões de pesquisa importantes no seu processo de (inter) relacionamento.

A tese resulta de dois campos em permanente disputa sociopolítica, porém inter-relacionados: as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a inserção das tecnologias da informação e comunicação no cotidiano das novas ruralidades. Um desafio que nos instigou, desde o início, a buscar entender as aproximações, os avanços e as im(possibilidades) de um processo mais interativo entre as instituições públicas e os agricultores familiares.

O quadro teórico das questões que envolvem a sustentabilidade e as tecnologias da informação e da comunicação são as referências principais. Isto de forma que fosse possível formular questões de pesquisa ao objeto pesquisado. Essas se tornaram nossa matriz contextual para o entendimento e delimitação do nosso objeto de estudo: em Palmas – TO (Brasil), o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins e os agricultores familiares do Assentamento Coqueirinho (Palmas); e em Rio Cuarto – CBA (Argentina), Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola – INTA e Universidad Nacional de Rio Cuarto – UNRC.

No panorama da agricultura familiar em Palmas, detectam-se problemas relacionados à falta de continuidade de programas e projetos de caráter governamental e de sistematização institucional. Esses problemas são decorrentes das políticas de apoio ao conhecimento e ao desenvolvimento científico e tecnológico, e da falta de tradição na pesquisa das ciências básicas, obstáculos ao desenvolvimento social e econômico do homem do campo e seu sistema produtivo.

A partir desse pressuposto, formulamos o seguinte problema de pesquisa: como a informação e o conhecimento influenciam a relação do homem com a natureza e como construir as práticas agrícolas sustentáveis? Nossa hipótese é de que há na sociedade uma valorização de práticas que aproximam o ser humano da natureza, o que, aliado às tecnologias da informação e comunicação, se presentes no campo, reforça posições sociais e políticas mais voltadas para as práticas sustentáveis.

A informação e a comunicação devem valorizar a importância da ciência e da tecnologia, que devem encontrar seu espaço na capacidade de trabalho do agricultor, capaz de distribuir riquezas nos limites dos territórios rurais. A importância desta prática nas políticas públicas, que visem o desenvolvimento sustentável, aumenta devido ao surgimento de novos atores sociais nos arranjos produtivos, que, de forma direta ou indireta possuem clara relação com a ciência e a tecnologia. Dessa influência, resulta o crescimento da atenção aos processos organizacionais da produção agrícola potencializados pela cultura científica, elemento importante no processo de desenvolvimento sustentável.

Portanto, para que efetivamente aconteça o desenvolvimento sustentável é preciso ter estratégias de comunicação voltadas ao homem do campo. O interesse em compreender essas estratégias possui duas vertentes. A primeira configura-se na constatação de que, dentre as políticas públicas do governo brasileiro, o Programa de Assessoria Técnica, Social e

Ambiental à Reforma Agrária (ATES), vem ao encontro da temática das novas ruralidades⁴, encontradas no campo, depois do incremento da agricultura familiar. Já na segunda vertente, essas mesmas estratégias surgem da necessidade da comunicação rural, em face de escassos estudos dos modelos informativos para ajudar na composição e inserção de práticas sustentáveis nos sistemas de produção familiar, contribuindo para o desenvolvimento ruralsustentável.

Esta pesquisa se enquadra nos esforços para entender o processo de inserção de inovações ambientalmente adequadas nos sistemas familiares de produção agrícola, e tem como objetivo geral avaliar a contribuição do processo de comunicação rural na referida dinâmica de mudança tecnológica. Os objetivos específicos são: analisar a realidade da comunicação rural em Palmas e Rio Cuarto; e avaliar como o apoio de tecnologias da informação e de comunicação pode contribuir para agilizar o processo de desenvolvimento rural sustentável em Palmas e em Rio Cuarto.

Para consecução do objetivo, a perspectiva metodológica que recorremos contemplou um levantamento bibliográfico da produção científica nas áreas de extensão e comunicação rural, a fim de identificar os pontos de confluência entre elas, especificamente no que se refere ao uso das tecnologias contemporâneas, no processo de construção e socialização de conhecimentos, com vistas à formação de um sujeito crítico, ativo, consciente e engajado socialmente. O meio rural foi percebido como um “laboratório de observação”.

A metodologia adotada teve caráter exploratório quanti-qualitativo e permitiu analisar a realidade dos sujeitos envolvidos. O trabalho de campo foi feito em Palmas, Assentamento Coqueirinho, com base em informações fornecidas pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, Ruraltins e na TV Anhanguera, especificamente na produção do Programa Jornal do Campo; em Rio Cuarto, no Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária, INTA e na Universidade Nacional de Rio Cuarto, UNRC. As informações permitiram caracterizar as realidades no campo em Palmas e Rio Cuarto.

Durante todo o trabalho foi preciso “[...] experimentar possibilidades, refazer etapas, criar saídas, tomar decisões” (COUTO, 2000, p. 262) para chegar à sistematização e estruturação desta tese, organizada em capítulos, conforme o referencial teórico e a pesquisa empírica. A tese assume a seguinte estrutura: Introdução – a proposta foi apresentar nossos deslocamentos, movimentos de aprendizagem teórico-metodológicos e exposição dos contextos, problemática, objetivos e questões que nortearam a nossa pesquisa. No segundo capítulo, que se refere a revisão da literatura, abordamos as **Marcas distintivas da sociedade da informação e da comunicação**. O objetivo foi estudar os mecanismos comunicacionais no contexto tecnocultural da sociedade contemporânea, imersos nas tecnologias da informação e da comunicação e suas implicações; no item **Os contornos do “novo rural”**, apresentamos conceptualizações sobre a construção do espaço na cotidianidade das novas ruralidades, no contexto da comunicação rural, e como esse processo contribui para a proposta de desenvolvimento local; ao discutirmos **Tecnologias contemporâneas e desenvolvimento local sustentável**, tratamos a relação comunicação e sustentabilidade, revelando que o desenvolvimento sustentável vem, cada vez mais, ganhando espaço nos cenários social, acadêmico e político. No capítulo III, intitulado **Material e Métodos**, apresentamos nosso percurso metodológico adotado na pesquisa. No capítulo IV - **Resultados e Discussão**, estão disponíveis as análises dos dados da pesquisa e propõe a implementação de uma forma de comunicação mais e dialogical através do uso da telefonia móvel entre agricultores familiares e Ruraltins. Nas **Conclusões**, são indicados aspectos pontuais da tese, fazendo referências às possibilidades de novos estudos e pesquisas na área.

⁴“Conjunto de novas atividades agrícolas localizadas em nichos especiais de mercados (SILVA, J.G).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Marcas Distintivas da Sociedade da Informação e da Comunicação

Se considerarmos cada objeto da cultura como qualquer coisa de comunicável, veremos imediatamente que ele se integra numa cadeia de comunicação. É criado por um sujeito individual ou coletivo, é produzido segundo certos mecanismos de produção, manifesta-se segundo certas formas e conteúdos, passa através de certos canais, é percebido por um destinatário, individual ou coletivo, e determina certos comportamentos (Calabrese).

Compreender a condição dos sujeitos rurais na sociedade da informação e da comunicação, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, impõe que estudemos o cotidiano desses atores e suas interações com os espaços de comunicação presentes em seus territórios. As marcas de comunicação, no aspecto midiático, que se estabelecem no universo de Palmas, bem como na cidade de Rio Cuarto são oportunidades para isso. O objetivo desse capítulo é analisar os mecanismos de comunicação no contexto tecnocultural da sociedade contemporânea, imersas nas tecnologias da informação e da comunicação, e suas implicações no contexto das novas ruralidades.

A sociedade contemporânea está fortemente estruturada com base nas tecnologias da informação e comunicação – TIC. Estas constituem um conjunto de processos e produtos derivados dos sistemas computacionais, suportes da informação e canais de comunicação. Relacionados ao armazenamento, processamento e transmissão digitalizados da informação, esses suportes potencializam novos modos de produção material da sociedade e reorganizam todos os seus aspectos – os simbólicos, inclusive - com impactos e consequências em toda sociedade.

As TIC foram desenvolvidas a partir dos anos 1980, quando redefiniram os modos de produção de bens materiais e simbólicos da sociedade. As raízes remotas da sociedade da informação e da comunicação podem ser identificadas na Revolução Industrial, que rompeu com as relações tradicionais de produção (manufaturas) e instaurou o domínio completo da máquina e do capital sobre a sociedade.

Nessa sociedade, um conjunto de macro-invenções plasmou micro-invenções na agropecuária, indústria e comunicações, configurando, assim, um período de transformações tecnológicas, aceleradas e sem precedentes (CASTELLS, 2003). As tecnologias alteraram a maneira como acessamos a informação, as outras pessoas, os serviços e as próprias tecnologias. Disso resultaram a estruturação e reestruturação constante da própria sociedade, influenciando o que se sabe, como se sabe, o que se consome e a competência que se deve possuir para realizar essas funções. A complexidade é a principal característica do mundo contemporâneo. Os processos de significação, aprendizagem, cidadania, produção de cultura e conhecimento passaram a ser pensados e repensados a partir da consciência dessa complexidade.

Na sociedade da comunicação, informação e conhecimento relacionam-se e influenciam-se, mas não devem ser confundidos. O significado da informação depende do contexto humano com o qual ela interage, provocando compreensão do fenômeno posto. Necessária para constituir e formar o sujeito humano, o uso da informação depende da maneira como os sujeitos a interpretam, numa determinada circunstância.

O processo de atribuição de significado às informações é o que se chama de conhecimento, resultado da relação do sujeito com o mundo, mediada pela linguagem, o que, na verdade, é uma interação entre sujeitos. O conhecimento nunca está pronto. Sempre provisório, necessita de argumentações constantes para ser validado. O conhecimento validado, ao entrar em contato com novas informações, é (res)significado e gera novos conhecimentos, que, organizados, sistematizados e inseridos no contexto de vida dos sujeitos, tornam-se significativos para eles. Sendo assim,

[...] os conhecimentos são transformados ao mesmo tempo em que transformam os sujeitos que os produziram, pois abrem-se espaços para outras significações, para novas perspectivas de conhecimento e ação, e também para novas questões, para novas áreas, que vão produzir novas discussões, negociações e debates (BONILLA, 2005, p. 19).

O conhecimento, portanto, não é algo puro. Ao contrário, é um objeto visto, percebido e co-produzido por nós, na condição de observadores-conceptores. Não é o reflexo do mundo, mas um constante diálogo entre nós e o universo, o que implica a participação dos sujeitos, mídia, instrumentos materiais, conceitos, relações sociais e informações.

Ao ser refletido, pensado e discutido por sujeitos sociais, ele passa a ser incorporado na vida desses sujeitos, constituindo o conjunto de saberes que utilizam para viver e se relacionar cotidianamente (BONILLA, 2005, p. 19).

Ao ser organizado e transmitido a outros sujeitos, o conhecimento transforma-se novamente em informação que será, mais uma vez, organizada e significada para produzir outras formas de saber. Esse processo se concretiza individual e coletivamente por sujeitos que se agrupam em torno de um interesse comum. Quanto mais informação, mais comunicação, mais ideias, mais complexidade, mais possibilidades de mergulhos no desconhecido (MORIN, 1996). Mas também possibilidades de transformar esse desconhecido, tornando-o criativo e potencializador de novos conhecimentos e novas ações.

A sociedade contemporânea, em sua complexidade, está nos colocando em face de um grande volume de informações, novos meios de comunicação e várias formas de organizações sociais. Nesse contexto, a geração, o processamento e a transmissão de informação representam as fontes fundamentais de produtividade e poder. Isso em virtude das condições tecnológicas, particularmente de suas estruturas em redes (CASTELLS, 1999), que produzem uma nova base material e tecnológica para a atividade econômica e a organização social: o novo modo de desenvolvimento – o informacional, próprio da sociedade da informação. Em resumo, podemos dizer que:

O contexto contemporâneo é fortemente marcado pela velocidade das transformações que estão ocorrendo nos mais diferentes âmbitos da vida social. Cada transformação provoca e é provocada pelas outras, de forma que a complexidade é uma de suas características básicas. As mudanças nos processos tecnológicos provocam transformações na economia, nas relações com o saber, nas de poder, nas relações entre os sujeitos (BONILLA, 2005, p. 20).

Tecnologia e sociedade, no mundo contemporâneo, são as duas faces da mesma moeda: não se pode pensar tecnologia sem sociedade e nem conceber sociedade sem ferramentas tecnológicas. Ambas protagonizam um complexo processo interativo. Mas as tecnologias não podem ser reduzidas ao simples avanço do desenvolvimento das técnicas. São, ao contrário, uma virada conceitual, na medida em que elas deixaram de ser apenas uma extensão dos sentidos humanos para tornar-se tecnologias intelectuais:

[...] ao operarem com proposições passam a operar sobre o próprio pensamento, um pensamento que é coletivo, que se encontra disperso, horizontalmente, na estrutura em rede da sociedade contemporânea (BONILLA, 2005, p. 21).

O desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade pós-industrial impactou todas as áreas do conhecimento, promovendo transformações significativas, na medida em que aproximou as máquinas da rotina diária dos seres humanos. Os sistemas de comunicação oportunizaram ao homem viver numa sociedade de comunicação generalizada, na qual malhas óticas e eletromagnéticas estruturam territórios e novas formas de agir, pensar e sentir. A informação tornou-se o principal elemento da infra-estrutura econômica do mundo contemporâneo, no qual o conceito de sociedade democrática está relacionado à capacidade dessa sociedade para produzir conhecimento.

Na contemporaneidade, percebemos intensa presença de instrumentos tecnológicos, entre eles os espaços de mídia, possibilitando o surgimento de uma nova razão cognitiva, um novo pensar, novos caminhos voltados à construção do conhecimento de forma lúdica e prazerosa. De acordo com Levy (1993), esses elementos tecnológicos são tecnologias da inteligência, pois possibilitam transformar a ecologia cognitiva e

[...] reorganizam, [...] a visão de mundo dos seus usuários e modificam seus reflexos mentais. [...] Na medida em que a informatização avança, certas funções são eliminadas, novas habilidades aparecem, a ecologia cognitiva se transforma (p. 94).

A interação dos sujeitos com as mais variadas formas de mídias representa a possibilidade de mudanças nas estruturas cognitivas desses sujeitos, uma vez que, além de gerar um desequilíbrio, inaugura uma nova forma de pensar. Por isso, os sujeitos inseridos no mundo das tecnologias da informação e comunicação, constroem novos mecanismos de produção de conhecimento não excludentes, mas complementares. Esses mecanismos são resultados de uma significativa imersão dos sujeitos contemporâneos nas mídias disponíveis e cada vez mais acessíveis aos grupos sociais. Comunicação se tornou produto, que se manifesta como elemento diferenciador nos processos de desenvolvimento social. A primeira leitura desses processos implica uma análise das mídias a que os grupos sociais estão sujeitos.

2.1.10 aparelho comunicacional rural e sua importância no processo de desenvolvimento sustentável

Os mecanismos de desenvolvimento de qualquer grupo social – inclusive os agricultores familiares - têm uma estreita relação com o processo comunicacional. Segundo Sousa (2006), esse processo fundamenta-se na troca de mensagens propositalmente codificadas – gestos, palavras, imagens etc. – através de um canal, em um determinado contexto, gerando determinados efeito e atividade social. Tendo atividade social, “[...] as pessoas, imersas numa determinada cultura, criam e trocam significados, respondendo, desta forma, à realidade que quotidianamente experimentam” (GILL e ADAMS, 1998, p. 41). Essa perspectiva, ainda segundo os autores, atribui à comunicação um caráter de processo social.

[...] um processo de troca simbólica generalizada, processo de que a sociabilidade, que gera os laços sociais que estabelecemos com os outros, sobrepondo-se às relações naturais que estabelecemos com o meio ambiente. [...] é mediatizada por símbolos culturais concebidos, elaborados e legados por sucessivas gerações, como a linguagem verbal, os gestos e os comportamentos, o vestuário, a arte, a disposição e o arranjo do espaço

público ou do espaço privado. Discursos e silêncios, gestos, comportamentos, ações e omissões constituem as manifestações dos processos comunicacionais, na medida em que correspondem as expectativas geradas pelas regularidades que formam o tecido das relações sociais (RODRIGUES, 1999, p. 22).

Uma rede que liga pessoas, com a ajuda dos meios de comunicação, num movimento que vai além da troca de informações, visaa partilha de pensamentos, sentimentos, opiniões e experiências, gerando significados e desenvolvimento dos grupos sociais e seus territórios.

[...] um espaço social estruturado, [...] – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Portanto, podemos tomar a comunicação como um mecanismo de poder em duas acepções dadas pelo seu significado “tornar comum”. O primeiro sentido é de “transmitir e persuadir”. Isso requer um sujeito que fala e um outro que escuta – modelo unidirecional – transferência de mensagem.

[...] propõe a noção mecânica de comunicação como transmissão de informações de fontes ativas a receptores passivos. De fato, não há transmissão; há apenas transformações de significados já existentes nas pessoas que, ao decodificarem os símbolos, participam ativamente. Estes modelos baseiam-se, além disto, na noção errônea de que comunicação é um ato, um fenômeno estático no qual a fonte é a privilegiada; [...] (BELTRAN SALOMÓN, 1981, p.17).

O esquema da Figura 1 nos leva ao entendimento que aquele que transmite é o detentor de conhecimento; e aquele que recebe, é “um ser sem luz”, provido de ignorância. O conhecimento para esse último só ocorre quando é estabelecido um processo de “doação”.

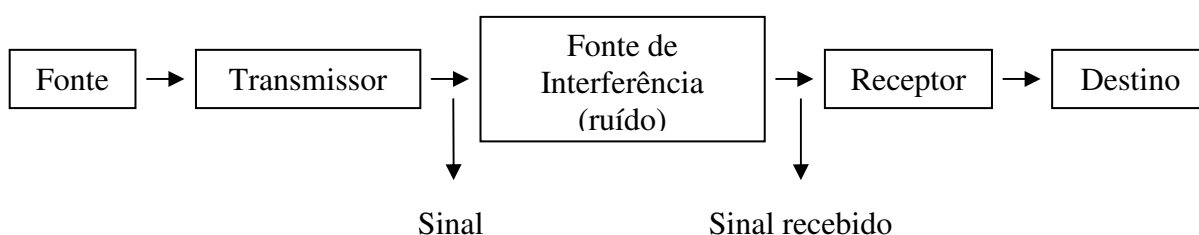


Figura 1: Esquema elaborado por Shannon e Weaver em 1946.
Fonte: Trigueiro (2001).

Em um segundo sentido, conforme ilustrado na Figura 2, o “tornar comum” está associado à “partilha” e ao “diálogo” modelo participativo.

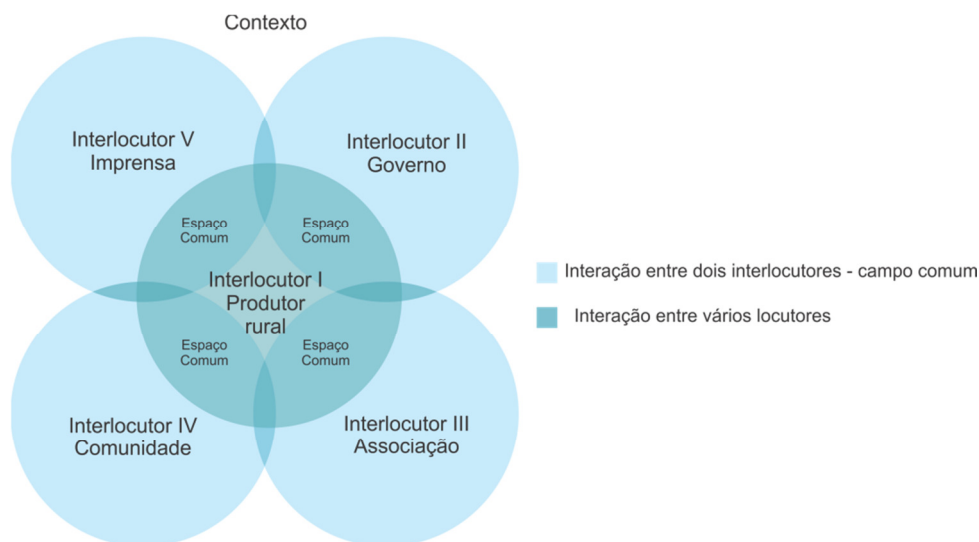


Figura 2. Modelo do processo de Comunicação Dialógica.

Fonte: Gomes (2004) – adaptado pelo autor.

Esse sentido é o ideal de comunicação, na qual as ações dos sujeitos envolvidos no processo caminham para o entendimento mútuo.

Ao considerar as partes envolvidas como interlocutores, pressupõe-se uma predisposição ao diálogo e à negociação com vistas a construir programas de ação [...]. O espaço comum é o lugar onde a argumentação de opiniões propostas e divergências ocorrem [...] a interação [...] pode acontecer tanto numa interface específica com um interlocutor quanto com vários interlocutores (OLIVEIRA; PAULA, 2005, p.08).

Nesse caso, tanto o emissor quanto o receptor são sujeitos ativos no processo de socialização. Logo, detentores de conhecimentos e agentes de desenvolvimento.

[...] é no desenrolar desses processos (os comunicacionais) que ocorre a articulação estratégica de sentidos: a concretização de uma logística de sentido num mundo desmaterializado que opera crescentemente através de redes de sentido. É a compreensão do que aqui estamos denominando como ‘logística do sentido’, ou seja, da natureza, da distribuição e das formas de circulação de fluxos de sentidos em determinado ambiente ou contexto, que nos vai permitir a construção de estratégias comunicacionais, de gestão, realmente eficientes (PEREIRA e HERSCHMANN, 2002, p. 34).

Nos últimos anos, a questão do desenvolvimento relacionado às práticas de comunicação vem sendo objeto de intensos debates entre especialistas, principalmente porque o desenvolvimento “[...] é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar” (ONU, 1986). De acordo com Gómez (2006), o desenvolvimento é um mecanismo de controle social que, fundamentado em saber e poder de considerável penetração e difusão, torna-se um objetivo a ser perseguido como

desejo e necessidade de todos, inclusive para os pequenos grupos sociais localizados, que veem no desenvolvimento um impulso para a transformação.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformando para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento deve ser refletido à luz dos aspectos locais, em um território distinto. Acredita-se que o desenvolvimento sustentável representa uma estratégia que deve assegurar para o território em questão uma melhoria das condições socioeconômicas, a médio e longo prazo. A lógica desse conceito é de caráter fundamentalmente endógeno, pois necessita do surgimento e fortalecimento dos atores locais, com capacidade de incentivo e proposta socioeconômica para catalisar as potencialidades locais. Além disso, deve apostar em uma melhora integral da qualidade de vida da população, o que inclui alterações nas composições de produtos, alocações de recursos pelos diferentes setores da economia, com vistas à melhoria dos indicadores de bem-estar econômico e social.

Pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia, conforme nos asseguram Vasconcellos e Garcia (1998), figuram entre esses indicadores, inter-relacionados, interdependentes e indissociados das questões ambientais.

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias das sociedades, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9).

Uma transformação efetiva e consciente da realidade local, com vistas ao desenvolvimento sustentável, implica pensar nas gerações futuras, com uma política séria quanto às questões ambientais. Outro fator a ser verificado é a necessidade de articulação política entre os diversos atores e instâncias de poder: governos, sociedade civil, organizações não governamentais, instituições privadas e públicas (BUARQUE, 1999). Dentre esses atores, destacam-se também os agentes dos aparelhos midiáticos, como elementos de considerável importância no processo de modernização dos grupos sociais, em especial o grupo social rural. O ponto de partida dessa argumentação localiza-se na ideia de que há uma necessidade premente em criar estratégias que visem disponibilizar espaços e mensagens aos sujeitos que se dediquem à causa do campo, buscando diversificar, melhorar e estimular para inovar o território em questão.

Os primeiros movimentos referentes às reflexões sobre a importância da comunicação e dos seus agentes no desenvolvimento dos espaços rurais são encontrados nos Estados Unidos, nos anos de 1940, época em que os estudos científicos em torno das questões midiáticas começaram a ter destaque. Segundo Oliveira (1988), essa preocupação se deve, principalmente, aos sociólogos rurais, que buscavam identificar os fatores psicológicos e

comunicacionais que interferiam diretamente no processo de adoção ou rejeição das práticas agrícolas inovadoras, por parte dos agricultores americanos.

Ainda segundo o autor, logo após a Segunda Guerra Mundial, os estudos ganharam notoriedade em outros territórios, principalmente nos países subdesenvolvidos, como os da América Latina. O cenário social se caracterizava pela divisão do mundo em dois grandes blocos. De um lado, o mundo ocidental capitalista e, do outro, o mundo oriental socialista. As tensões que envolviam a divisão levaram os Estados Unidos a adotar a “política mantenedora e ampliadora da sua hegemonia ideológica e econômica sobre uma grande parte dos países subdesenvolvidos” (OLIVEIRA, 1988, p. 38).

Essa lógica levou os Estados Unidos à preocupação de estar criando ao mesmo tempo mecanismos de desestabilização social e também de possíveis revoluções populares nos países subdesenvolvidos. De acordo com Oliveira (1988, p. 38), essa preocupação, levou os Estados Unidos a criar “[...] vários convênios de cooperação econômica e de assistência técnica, política e militar com inúmeros países do chamado Terceiro Mundo”. Foi a partir desse movimento que surgiram as primeiras tentativas em explicar as causas do subdesenvolvimento e os possíveis mecanismos de superação daquela conjuntura econômico-social.

As primeiras hipóteses dos estudos se baseavam na (inter) relação entre desenvolvimento e comunicação rural, implicada no modelo difusionista, que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1940, dentro da Escola Funcionalista⁵, com o objetivo de difundir as inovações tecnológicas no campo. Ao longo da história, foram apresentadas três versões do modelo: modelo de difusão, modelo de programas de pacotes e modelo de inovação. Esses modelos contemplam desde a mais primária troca de informações até o mais complexo processo de comunicação, entre todos os níveis de um país em desenvolvimento agrícola.

Os difusionistas fazem uma leitura dicotômica e comparativa entre as sociedades (desenvolvidas e subdesenvolvidas) e subsistemas de uma mesma sociedade (meio urbano e meio rural, por exemplo). De um lado, um pólo valorado negativamente (“atrasado”), e de outro, um pólo valorado positivamente (“moderno”). Segundo os difusionistas, a existência desses pólos diferenciados não só inibe o progresso, mas, também, cria tensões sociais e coloca em risco o equilíbrio do sistema (OLIVEIRA, 1988, p. 39).

Para os difusionistas, superar as tensões sociais que colocam em risco o sistema, e também avançar progressivamente, impõe o aparelhamento da sociedade, com vistas à eliminação ou transformação do pólo atrasado. Esta situação ocorre com a modernização dos recursos sociais, no que tange aos aspectos financeiros, tecnológicos, adoção de novos padrões de comportamentos, alfabetização e implantação de uma cultura comunicacional. A proposta seria promover uma integração mais pontual dos agricultores aos esforços de modernização da sociedade, por meio de canais de comunicação e de procedimentos agrícolas mais inovadores. Por intermédio de unidades demonstrativas, sob a égide das tecnologias, essas rapidamente, num movimento vertical, tornaram-se símbolo de desenvolvimento, para países carentes, de novas maneiras de trabalhar a agricultura. E a isso veio atrelado à percepção do homem do campo como sujeito com potencialidades para a aplicação dos métodos sugeridos pelo difusionismo.

⁵ Fundamentada no positivismo, essa escola buscava compreender os fenômenos sociais e conseqüentemente respostas para a organização das sociedades, seus costumes e suas tradições. Para a escola funcionalista, cada elemento do sistema exerce uma função em prol do grupo que participa.

De acordo com Rogers (1995), os elementos que tipificavam o funcionamento dos métodos baseavam-se principalmente no perfil socioeconômico dos usuários das novas tecnologias - capacidade em adotá-las ou rejeitá-las, nos prazos adequados, segundo variáveis de informação e comunicação para assimilar os conhecimentos direcionados. Com isso, acreditava-se que era possível realizar a otimização da transferência de tecnologia pelo responsável no setor agrícola que iria determinar a abordagem para cada ação. Nessa perspectiva, ainda de acordo com o autor, a difusão é “o processo em que uma inovação é comunicada através de certos canais de comunicação, em determinado espaço de tempo, entre os membros de um sistema social” (ROGERS, 1995, p. 5). Nessa lógica, a inovação, os canais de comunicação, o tempo e o sistema social são indicadores para a “difusão de tecnologia”.

Entretanto, Rogers (1995) afirma que a aceitação de uma tecnologia é o efeito de um procedimento decisório que acontece em momentos bem distintos. O sujeito é informado de que existe determinada inovação, e por intermédio de pessoas ligadas à inovação e ao setor agrícola são repassadas as técnicas de funcionamento. Com o conhecimento desta inovação este sujeito é persuadido a aceitar ou rejeitar, dependendo da sua formação socioeconômica. A partir desta escolha sua decisão é tomada de acordo com atitudes convenientes. Decisão tomada, o sujeito implementa a inovação e, caso os resultados não correspondam a sua expectativa, ele pode vir a tomar outra decisão. Uma tecnologia é aceita quando essa é percebida pelos sujeitos como compatível quanto aos seus interesses e necessidades, sem contudo serem cortados os laços com seus valores tradicionais. Isso ainda vai depender da legitimação da viabilidade informada pelos amigos e vizinhos daquele que a aceitou. Nesse contexto, para que uma tecnologia seja experimentada e adotada, são necessários que os resultados sejam repassados para haver maiores possibilidades de adoção por outros sujeitos.

Contudo, o modelo difusionista foi duramente criticado por outros pesquisadores, entre eles Chambers (1986), que se contrapõe a essa escola. Para Chambers (1986), a tecnologia precisa ser difundida por intermédio da pesquisa agrícola participativa, na qual as atividades praticadas pelos agricultores também façam parte do arcabouço da pesquisa e eles passem a participar de maneira ativa, como protagonistas do caminho em busca de tecnologias que melhor se adequem ao seu dia a dia. Chambers (1992) defende essa posição a partir dos seguintes argumentos:

- a) *O ponto de vista do produtor precisa ser incluído em qualquer processo de decisão para assegurar que esta será uma decisão apropriada para eles.*
- b) *Se eles participam de todos os aspectos do projeto, também se sentirão mais comprometidos, mais dispostos a confiar nos técnicos, e mais dispostos a esperar um retorno que pode levar anos para se manifestar;*
- c) *Um dos objetivos de qualquer iniciativa deve ser a eventual autogestão do projeto pela família ou comunidade. A auto-gestão se torna possível somente quando as famílias sabem por que e como o projeto foi desenvolvido;*
- d) *As famílias e/ou comunidade devem também aprender a partir dos diagnósticos, não só os técnicos, extensionistas e pesquisadores, uma vez que a informação é muito importante para todos* (CHAMBERS, 1992 apud GARRAFIEL; NOBRE; DAIN, 1999, p. 6).

Essa posição é uma clara defesa dos agricultores, cuja renda não atinge o montante necessário para uma melhor qualidade de produção, cujas atividades são desenvolvidas com pouco uso de insumos e expostas a riscos ambientais. Geralmente são culturas de áreas periféricas, em países menos desenvolvidos (CHAMBERS, 1993). Para o autor, é preciso se atentar para três obstáculos a serem transpostos para minimizar as dificuldades encontradas na ação participativa dos agricultores. São elas: uma intervenção prática no processo de

pesquisa e extensão, propiciando ao agricultor uma análise quanto aos métodos empregados; uma significativa mudança nos hábitos dos pesquisadores, técnicos e extensionistas, no sentido de sistematizar conhecimento sensível e pertencimento telúrico, bem como reorientar as instituições agrícolas a uma administração mais interventiva e crítica do agricultor quanto às questões presentes e futuras (CHAMBERS, 1993).

Outra discussão que trazemos é a do modelo de transformação estrutural. Este modelo consiste na realocação do trabalho entre os setores agrícola, industrial e de serviços. Mais precisamente, esse processo se caracteriza por dois estágios de mudanças na composição do trabalho, onde se observa uma queda da parcela de empregados do setor agrícola, que é realocada aos setores industrial e de serviços. Segundo Oliveira (1988, p. 40),

As críticas ao difusionismo feitas por essa corrente tiveram [...] dois enfoques básicos. [...] a questão de que na corrente difusionista não se consideravam os fatores estruturais e políticos das sociedades subdesenvolvidas e as especificidades culturais do meio rural, e [...] criticava-se a concepção mecanicista de comunicação.

Contrapondo-se ao modelo estrutural surge o modelo de transformação cultural, apoiado, entre outras, pelas posições de Paulo Freire, que criticava a técnica de transmissão unilateral de informações de um pólo a outro. O educador era enfático ao afirmar que a comunicação verdadeira, com propósitos de transformar a condição humana, não está “na exclusiva transferência ou transmissão de conhecimento de um pólo para o outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente” (1971, p. 70). De acordo com Lima⁶(2011):

Freire recorre à raiz semântica da palavra comunicação e nela inclui a dimensão política da igualdade, a ausência de dominação. Para ele comunicação implica um diálogo entre sujeitos mediados pelo objeto de conhecimento que por sua vez decorre da experiência e do trabalho cotidiano. Ao restringir a comunicação a uma relação entre sujeitos, necessariamente iguais, toda relação de poder fica excluída. O próprio conhecimento gerado pelo diálogo comunicativo só será verdadeiro e autêntico quando comprometido com a justiça e a transformação social. A comunicação passa a ser, portanto, por definição dialógica, vale dizer, de ‘mão dupla’, contemplando, ao mesmo tempo, o direito de ser informado e o direito à plena liberdade de expressão (s/p).

Com o apoio de vários teóricos, entre eles Beltran (1981) e Bodernave (1988), o modelo de transformação cultural ganha território acadêmico e passa a defender que os meios de comunicação são co-responsáveis pelo desenvolvimento rural e deveriam romper com a prática de transmitir conteúdos distantes da realidade concreta dos agricultores e dos setores populares. Nesse processo, possibilitariam uma abertura aos grupos menos privilegiados para que tivessem poder de voz nos espaços de mídia. O objetivo era promover outro formato no processo de comunicação, instituindo o modelo horizontal: “[...] em que as classes dominadas tenham não só um controle político sobre os meios, mas, fundamentalmente, sejam sujeitos, e não objetos da comunicação” (OLIVEIRA, 1988, p. 42) – uma comunicação pautada pelo diálogo e pela democratização da informação. Mas essa corrente também foi alvo de críticas.

A ênfase excessiva na transformação estrutural, em detrimento de questões mais específicas da comunicação, terminou por levar à ideologização de

⁶ Texto disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=4959. Acessado em 06 de junho de 2011.

suas premissas, as quais se tornaram mais doutrinárias do que científicas. [...] a vertente estrutural procurava explicar [o meio rural] pelas suas potencialidades revolucionárias de per se, uma vez que atribuía às instituições públicas, o Estado, os agentes promotores do desenvolvimento, os meios de comunicação de massa e até mesmo a tecnologia, o papel demeros instrumentos de transmissão da ideologia da classe dominante (OLIVEIRA, 1988, p. 46).

No início da década de 1980, os estudos quanto à comunicação nos espaços rurais perderam terreno para novas perspectivas. As reflexões em torno da comunicação rural passaram a se restringir às questões de marketing rural⁷, que visavam à criação e implantação de estratégias de publicidade e propaganda, na oferta de produtos e serviços para os sujeitos rurais. Os sujeitos do campo deixaram de ser agentes passivos do sistema e se tornaram protagonistas das contingências sociais, históricas, políticas e culturais, mediados pelos meios de comunicação, mediadores nos processos de avanço ou retardo nas mudanças da sociedade.

A transferência de tecnologias e de informações modificou não somente as novas formas de produzir, mas também legitimou os veículos midiáticos como instrumentos de mudança sociocultural, no meio ambiente social agrário. Desse expediente, resultou a adaptação do sistema produtivo e da dinâmica cultural local. Embora o modelo de transformação cultural tenha sido criticado em função da ênfase na transformação estrutural, em detrimento das questões da comunicação, o que implicou a ideologização de suas premissas, optamos por adotá-lo nesta investigação: concordamos com Beltran (1981) e Bodernave (1988) em que os meios de comunicação são co-responsáveis pelo desenvolvimento rural, devendo, portanto, reorientar a prática de transmitir conteúdos distantes da realidade concreta dos agricultores familiares.

2.1.2 Uma aproximação necessária com o sentido de comunicação e seus mecanismos midiáticos

O cotidiano ruralestá inserido no mundo de novas experiências tecnossociais, no qual a organização e reorganização das informações, catalisadas pela mídia, produzem grandes efeitos sociais. Em face disso, cumpre-nos refletir sobre o papel da mídia e a correlação entre esta e os agricultores familiares, objeto deste item. No século XX, com as mídias de massa⁸, como o rádio, o cinema e a televisão, a fase da comunicação de mensagens e imagens passou a imprimir à sociedade impactos sem precedentes.

Nesse cenário, marcas de uma era sob o predomínio das tecnologias midiáticas deram um novo movimento na elaboração, negociação e na difusão dos discursos capazes, inclusive, de exercer influência na definição de valores que formam as identidades (COGO, 2000). Essas identidades adquiriram novos modelos e deram aos sujeitos novos contornos e novas leituras da realidade social.

Segundo Hall (1997), antes do fenômeno das mídias, as identidades eram percebidas como estáveis e únicas. Com os avanços midiáticos, tornaram-se fragmentadas, provisórias,

⁷ Segundo Araújo (2005), é uma área relacionada à agricultura e concentra atividades ligadas aos serviços, produtos e ações diversas do setor rural. Pela sua natureza traz como principal objetivo identificar necessidades, desejos e demandas do mercado rural.

⁸ “[...] um importante setor industrial, um universo simbólico objeto de consumo de massa, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual cotidiana, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de passar o tempo (um entretenimento) etc” (WOLF, 1987, p.09).

plurais e contraditórias: as mídias exercem controle direto na construção das identidades culturais e ajudam a compreender o mundo.

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (HALL, 1997, p. 26).

Essas são resultantes dos novos espaços sociais multiculturais em que os sujeitos passaram a transitar: o espaço das mídias. Etimologicamente, o termo mídia deriva do substantivo latino *medium* (meios), que significa canalização. Esta concepção traz em seu ambiente estrutura e códigos próprios, que permitem à informação exclusividade de um único canal ou veículo de comunicação e dos aparatos socio-político e ideológicos que lhes dão sustentação (SODRÉ, 2006). O uso, porém, da expressão mídia não obedece a uma cronologia linear.

Acredita-se, [...], que ele tenha se iniciado com as primeiras pesquisas estadunidenses sobre os mass-media, no campo político, entre as décadas de 20 e 40 do século XX. Nesse período, surge a pesquisa em comunicação, concretizada, principalmente, pela ausência de um campo acadêmico, consolidado, em torno da chamada “comunicação de massa”. Os estudos centravam-se ora nos meios de comunicação, ora na cultura de massa ou sociedade de massa (SILVA, 2007, p.33).

Na contemporaneidade é comum a utilização da expressão meios de comunicação de massa, como sinônimo de mídia, o que permite a palavra ter uma dimensão globalizante à medida que integra os meios impressos e de rádio, televisão, cinema e atualmente, também, os espaços da internet. De acordo com Silva (2007), no Brasil, o uso generalizado da expressão mídia é datada de 1990, a partir do aprofundamento dos estudos no campo da comunicação política.

Com a transição democrática e os usos da máquina eleitoral midiática, no final da década de 1980, esses estudos foram intensificados. A palavra mídia recebeu destaque e passou a ser empregada com sentidos diversos, entre eles o de jornalismo, de veículo de comunicação, de grande imprensa etc. O termo ganhou, também, espaço no campo acadêmico e,

[...] muitos autores brasileiros de Comunicação e Política se referem à mídia quando a utilizam, ainda que a maioria não a defina conceitualmente em seus trabalhos e prefira o subentendimento do significado do senso comum. Porém a falta de uma discussão conceitual consistente sobre o termo mídia não impediu seu uso, pelo contrário. As mudanças históricas na Comunicação e a sofisticação do aparato tecnológico contribuíram para o fortalecimento do uso do termo mídia como um conceito-ônibus que pode significar uma gama de fenômenos, acontecimentos e transformações que envolvem a política, o jornalismo, a publicidade, o marketing, o entretenimento, nos diferentes meios (GUAZINA, 2004, p.5).

Os estudos científicos que envolvem a mídia, porém, migraram de diferentes campos do conhecimento. Em destaque estão a sociologia, a ciência política e a psicologia, cujos princípios auxiliaram e ainda hoje favorecem compreender os efeitos que a mídia exerce sobre as pessoas, por meio das mensagens veiculadas pela imprensa e pela propaganda (LIMA,

2004). Essa ideia é reforçada por vários estudiosos. Entre estes, Traquina (1995) afirma que os assuntos abordados pela mídia são absorvidos pelos indivíduos como determinantes e de relevância na construção de uma consciência social.

Ao selecionarem e divulgarem as notícias, os editores, os profissionais da redação e os meios de difusão desempenham um papel importante na configuração da realidade política. Os eleitores não só ficam a conhecer um determinado assunto, como também ficam a saber qual [sic] importância atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada (p. 47).

A partir dos avanços midiáticos, portanto, os ambientes sociais sofrem alterações, cujos resultados são outras formas de ser e estar na sociedade contemporânea. As relações entre sujeitos e meios de comunicação transformam as experiências nos mais diversos campos sociais, dinamizam os processos culturais, políticos e econômicos e são responsáveis por profundas transformações históricas, que resultam no surgimento de uma nova ordem mundial: a homogeneização dos centros urbanos e rurais e na expansão de grupos sociais para região fora de seus núcleos geopolíticos – o globalismo.

O globalismo é uma configuração histórico-social abrangente, convivendo com as mais diversas formas sociais de vida e trabalho, mas também assinalando condições e possibilidades, impasses e perspectivas, dilemas e horizontes. Tanto é assim que no âmbito do globalismo emergem ou ressurgem localismos, provincianismos, nacionalismos, regionalismos, colonialismos; assim como reavivam-se os debates, as pesquisas e as aflições sobre a identidade e a diversidade, a integração e a fragmentação. [...] São realidades sociais, econômicas, políticas e culturais que emergem e dinamizam-se com a globalização do mundo, ou a formação da sociedade global (IANNI, 1996, p. 183).

Essas realidades são resultados de interações transnacionais que se intensificaram drasticamente a partir do globalismo dos mais variados sistemas, dentre eles a disseminação de informações por intermédio do aparelho midiático. A profunda amplitude dessas interações encontra nos meios de comunicação, em especial a televisão e atualmente a internet, a matriz original da dimensão da globalização.

Esses instrumentos de disseminação da informação são denominados de “príncipes eletrônicos”. De acordo com Santos (2005), essa situação, gerada pelos sistemas midiáticos, modifica consideravelmente a cultura dos grupos sociais, acarretando outros contornos que geram homogeneização e diversidade nas práticas, sobretudo, econômicas e políticas, sinalizadas pelas diferenças e pelas particularidades. Ainda segundo o autor:

Acredita-se que a intensificação dramática de fluxos transfronteiriços de bens, capital, trabalho, pessoas, ideias e informação originou convergências, isomorfismos e hibridizações entre as diferenças culturais nacionais, sejam elas estilos arquitetônicos, moda, hábitos alimentares ou consumo cultural de massas. Contudo, a maior parte dos autores sustenta que, apesar da sua importância, estes processos estão longe de conduzirem a uma cultura global (SANTOS, 2002, p. 47).

Nesse movimento, embora com poder limitado, a mídia protagoniza os diversos movimentos culturais, quando seleciona e hierarquiza os temas da agenda do setor público e influencia nos comportamentos e na realidade dos agrupamentos sociais, entre eles o grupo social rural, objeto de nossa análise.

Os meios de comunicação de massa exercem uma significativa influência no processo social, uma vez que eles trabalham na formação e legitimação da opinião pública. Por intermédio desses dispositivos, os grupos sociais tomam conhecimento das informações que são disponibilizadas cotidianamente. De acordo com Brum (2003, p.1), “A pauta das conversas interpessoais é sugerida pelos jornais, televisão, rádio e internet, propiciando aos receptores a hierarquização dos assuntos que devem ser pensados/falados. A realidade social passa a ser representada por um cenário montado a partir dos meios de comunicação de massa”.

É nesse contexto de organização e reorganização constante de informações que o cotidiano rural se insere. A mídia passa a exercer um efeito social quando ela seleciona, dispõe e incide sobre as notícias que deverão fazer parte das discussões dos agricultores. Essa prática se observa principalmente nos elementos de maior visibilidade, como as capas de revistas, jornais e chamadas de telejornais. Nessa lógica, a notícia é uma construção, processada de acordo com os interesses mercadológico, político e ideológico, aos quais a mídia está submetida.

Se esses interesses influenciam a construção das notícias, não é arriscado afirmar a existência de diferentes conceitos que as representam. Transcrição pura e simples de um fato ocorrido, produto das rotinas jornalísticas, mera forma de representação da realidade: esses são os principais conceitos de notícia. Entretanto, o que interessa ser discutido aqui – em função do nosso objeto de estudo – é a notícia como produto dos interesses capitalistas e da necessidade de manutenção do *status quo*, a fim de que seja garantida a concretização desses interesses, sempre fundamentados na ideia de lucro.

Marcondes Filho (1989, p. 13), por exemplo, ratifica essa compreensão da notícia quando afirma que:

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político.

Por essa razão, os fatos noticiosos são dosados, selecionados, hierarquizados e encaminhados aos processos de produção. Esses procedimentos são imprescindíveis à definição dos critérios de noticiabilidade dos eventos:

Proximidade (quanto mais próximo ocorrer um acontecimento, mais probabilidade tem de se tornar notícia. A proximidade pode assumir várias formas: geográfica, afetiva, cultural, etc.); Momento do acontecimento (quanto mais recente for um acontecimento, mais probabilidade tem de se tornar notícia); Significância (quanto mais intenso ou relevante for um acontecimento, quantas mais pessoas estiverem envolvidas ou sofrerem consequências, quanto maior for a sua dimensão, mais probabilidade tem de se tornar notícia; além disso, quanto menos ambíguo for um acontecimento, mais probabilidades tem de se tornar notícia); Proeminência social dos sujeitos envolvidos (quanto mais proeminentes forem as pessoas envolvidas num acontecimento, mais hipótese ele tem de se tornar notícia); Proeminência das nações envolvidas (quanto mais proeminentes forem as nações envolvidas num acontecimento internacional, mais probabilidades ele tem de se tornar notícia); Consonância (quanto mais agendável for um acontecimento, quanto mais corresponder às expectativas e quanto mais o seu relato se adaptar ao médium, mais probabilidades tem de se tornar notícia); Imprevisibilidade (quanto mais surpreendente for um

acontecimento, mais hipóteses terá de se tornar notícia); Continuidade (os desenvolvimentos de acontecimentos já noticiados têm grandes probabilidades de se tornar notícia); Composição (quanto mais um acontecimento se enquadrar num noticiário tematicamente equilibrado, ou seja, num noticiário com espaço para diversos temas, mais probabilidades tem de se tornar notícia); Negatividade (quanto mais um acontecimento se desvia para negatividade, mais probabilidades tem de se tornar notícia) (SOUZA, apud Galtung e Ruge, 2005, p.31).

Tendo em vista o “interesse” do receptor da informação e a adequação ao que é pertinente ao governo divulgar. Os acontecimentos noticiáveis são enquadrados em categorias: exótico, impactante; notoriedade, poder; religião, arte, vida em sociedade. As instituições públicas que definem as políticas do Estado trabalham os fatos noticiosos na perspectiva dos critérios de notoriedade e poder.

Isso significa que os fatos que envolvem os interesses públicos passam por um processo de manipulação, para chegar aos receptores. Nesse processo, prevalecem os interesses e os pontos de vista de quem detém o poder. Mas não está garantido, ainda, que o discurso elaborado pelo governo, a partir do fato, será reproduzido pelos meios de comunicação de massa. Os atrelamentos ideológicos, econômicos e políticos é que determinarão à natureza da notícia que será veiculada pelo meio de comunicação.

As instituições geradoras de políticas públicas encaminham os fatos noticiáveis já filtrados por seus interesses. Os meios de comunicação de massa constroem a notícia, reproduzindo-os ou não, de acordo com seus atrelamentos ideológico, político e econômicos. Seja reproduzindo ou manipulando os fatos recebidos das instituições governamentais, os meios de comunicação de massa preparam a notícia que chegará ao público, obedecendo aos seguintes valores-notícias:

1) Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; 2) Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; 3) Quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; 4) Relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação (WOLF, 2003, p. 208 e 213).

Aspectos subjetivos construídos a partir dos cinco ramos da investigação noticiosa – Quem diz? Para quem diz? O que diz? Em que canal? Com que efeito? -permeiam a concretização dos valores-notícia. A percepção que o jornalista envolvido na notícia tem do público a que esta se destina, a percepção do público sobre o jornalista que produz a notícia, o veículo de comunicação que socializa a notícia e a capacidade do mesmo jornalista para oferecer material relevante aos públicos são aspectos dessa subjetividade. Tais aspectos refletem-se no cotidiano dos pequenos produtores rurais, condicionando sua forma de estar, ver e agir sobre o mundo.

2.2 Os Contornos do “Novo Rural”

A era na qual as cidades esperavam somente que o seu entorno rural as suprisse com comida barata acabou. Hoje em dia, há novos desejos e expectativas (Van der Ploeg et al.).

Neste ítem tratamos o rural, na perspectiva das transformações que vêm modificando seus contornos e criando uma nova concepção de ruralidade. O desenvolvimento rural é outro objeto com destaque para o desenvolvimento endógeno e suas nuances. O marco teórico que

predominou inicialmente e serviu de suporte a muitos estudos sociológicos sobre a sistematização produtiva considerava a questão do espaço e do tempo como de longo prazo.

Nessa perspectiva, tanto as transformações quanto as permanências, no que se refere ao perfil do mundo rural, são operações marcadas pela lentidão das mudanças nos diversos aspectos da vida do sujeito rural, envolvendo os hábitos sociais (comportamentais e linguísticos) e paisagísticos dos territórios distintos pela ruralidade tradicional. A condição tradicional da ruralidade se configura em um espaço, no qual os contatos homem/natureza e homem/homem são permeados pela incompreensão e pelo medo.

O resultado dessa vicissitude é uma existência que se concretiza pelo contato direto com a natureza, rusticidade, não-acesso aos serviços públicos, atraso social e ingenuidade. Contraditoriamente, o urbano é o lugar da técnica, da inovação, do acesso facilitado aos serviços públicos, do conforto e da proximidade social, uma vez que se trata de uma sociedade organizada e organizativa, que dispõe de diferentes mecanismos de sedução e criação de consenso.

O rural tradicional e o “novo rural”, embora pareça o contrário, não são condições excludentes. Sendo assim, mesmo que não seja mais hegemônico, aquele continua sendo marca das práticas rurais em muitas regiões do Brasil, enquanto este avança progressivamente sobre os territórios, onde o rural tradicional é praticado.

De acordo com Souza (2004), o “novo rural” se configura a partir do alargamento das formas de ocupação e obtenção de rendimentos processados pelas unidades produtivas, a partir da diminuição do quantitativo dos indivíduos economicamente ativos (provocada pelo êxodo rural) e da incorporação de outra mentalidade e ferramentas às atividades tradicionais dos agricultores familiares. Isso implica transformações substanciais e, circunstancialmente, provoca novo olhar sobre os novos modos de produção nas pequenas propriedades rurais.

Em nome dessas transformações - promovidas pelas inovações tecnológicas e pela inserção de atividades não agrícolas no meio rural, conforme sinalizado acima - foram projetados novos enfoques, para orientar os agricultores familiares sobre a produção agrícola, no momento em que se torna cada vez mais palpável a transitividade recíproca entre o meio urbano e o rural, o que vem impactando as formas tradicionais de ser, estar, criar e produzir no campo.

As instituições públicas e privadas são responsáveis diretas por essa nova orientação do comportamento dos envolvidos com a produção rural: elas, além de contribuir com o modular de uma nova concepção sobre o rural, instala novas formas de participação. Por isso, a sociedade rural passa a ser sujeito nas negociações que visam à resolução das controvérsias científicas e tecnológicas que buscam assegurar o desenvolvimento rural.

A “osmose” entre as práticas rural e urbana se concretiza na perspectiva da construção do diálogo entre os dois territórios. Uma boa disposição para compreender e aplicar as novas orientações das instituições (públicas e privadas) - com vistas a ações participativas - bem como ter em consideração os fatores socioculturais - determinantes quando da aplicação das novas orientações, tendo em vista torná-las eficazes - são condições imprescindíveis à abordagem e modificação dos valores plasmados, originalmente, pela agricultura tradicional. Por meio desse processo, as instituições buscam adaptá-los à transitividade do rural-urbano.

Isso configura um novo sistema organizacional voltado para a atualização e potencialização da produção agrícola. O que caracteriza esse novo sistema é sua natureza “caleidoscópica”, na qual a noção de conhecimento científico relativo à produção agrícola não se fundamenta mais na ortodoxia dos conceitos, mas, sim, numa percepção do “entrelaçamento” de aspectos diversos do conhecimento empírico do produtor rural – modos de agir, reagir, pensar, sentir e atuar – aos conhecimentos gerados pelas tecnologias, o que implica nova noção de pertencimento, a partir da qual são realizadas mudanças.

Segundo Santos (1999, p. 65), “o sentimento de pertencimento a um determinado lugar constrói uma introspecção de valores que condiciona o modo de vida dos indivíduos”. Isto quer dizer que, o sentido de pertencimento é dado pelo espaço onde se maneja os sujeitos. É a partir desse espaço que sua identidade biográfica é construída e reconstruída permanentemente. A história de cada sujeito se confunde com a história dos objetos que o rodeiam, uma vez que, reciprocamente, ambos se pertencem.

A reestruturação físico/social, baseada na absorção de conhecimentos técnico-científicos, objetiva reduzir a exploração indiscriminada dos recursos naturais, aumentar o nível de produção dessa mesma área e humanizar as condições de vida dos sujeitos assentados, para harmonizá-las ao grau de desenvolvimento tecnológico (caso brasileiro). O espaço e o tempo locais são os vetores mais importantes dessa mudança. A rapidez dos fluxos comunicacionais, ao deslocar espaço e tempo, engendra valores materiais e simbólicos que afetam o tradicional rural (CALLOU, 2002), cujas marcas principais, segundo Wanderley (2000), são

[...] a fraca densidade de sua população; a menor parte do trabalho assalariado no conjunto das atividades rurais; a predominância de empresas de pequena dimensão; a predominância do habitat individual; a importância da paisagem (p. 109).

As mudanças observadas nesse contexto sinalizam a construção de um novo rural⁹. Nesse novo rural, segundo Pires (2003), as relações sociais e de trabalho no campo estão em processo de transformação, no qual as atividades agrícolas são tão importantes quanto as atividades vinculadas ao lazer, à indústria de serviços, à cultura, à moradia e construção civil: atividades não-agrícolas que romperam os limites do urbano e passaram a fazer parte do cotidiano rural.

Em face disso, os valores do rural tradicional metamorfoseiam-se. Se antes – conforme já assinalamos – a realidade do campo se limitava à produção animal e vegetal, quase que exclusivamente para a subsistência, passa, agora, a focalizar atividades que extrapolam os limites do agrícola. Constituem-se, portanto, novas formas e modos de vida, voltadas para novas atividades econômicas, inseridas nos territórios rurais: condomínios residenciais, *resorts*, hotéis-fazenda, chácaras, clubes, produção de artesanato, pesque-pague, agroindústrias, criação de animais exóticos e plantas ornamentais, camping, lazer entre outros. Nesse movimento, surgem também novos espaços de trabalhos e novos atores na cena rural: motoristas, administradores, prestadores de serviços, assessores etc.

Outro ponto importante: na atualidade se postula que a comunicação e a extensão rural devem operar com base no conceito de desenvolvimento sustentável, significando que deve haver uma “concertação social”. Em outras palavras: todos os atores sociais devem se engajar em um projeto coletivo, em torno de objetivos comuns. A noção de desenvolvimento local encontra-se, portanto, associada à ideia democrática de que todos estes atores são responsáveis por uma parcela na construção da vida social.

O êxito na implementação dos projetos de extensão depende, em grande medida, dos diversos atores sociais, da possibilidade de estabelecimento de parcerias, de mobilização de todos os recursos endógenos e exógenos a partir de uma perspectiva de compromisso social, valorização do patrimônio histórico-cultural e de sentimento de pertencimento (PIRES, 2002, p.65). E para isso a comunicação rural deve eleger como foro por excelência de atuação e de compreensão da realidade a relação entre o grupo hegemônico (Estados, empresas, investidores, latifundiários), as

⁹ Termo cunhado por José Graziano da Silva para entender rural como uma construção social, múltipla, aberta a diferentes percepções e contestações.

culturas populares (classes subalternas: trabalhadores, pequenos proprietários, desempregados, assentados, reassentados) e a cultura massiva e tecnológica (meios de comunicação de massa, internet, intranet, redes telemáticas), numa orientação crítica frente à realidade (SPENILLO, 2003, p.32).

Logo, essas atuações se aproximam do que denominamos modelo participativo e, principalmente, de alguns formatos da divulgação científica e agrícola, nos quais já se considera o público (agricultores familiares) como um ator competente, capaz de gerar, diferenciar e receber conhecimento do sistema rural organizado e da comunidade científica, ao mesmo tempo.

Uma tendência crescente nessas situações é o “pensar globalmente, agir localmente”, a partir de temas únicos de uma mesma localidade baseados nas raízes, condições e práticas locais. Esses eventos são pontos de interface mediadora de quatro setores específicos do desenvolvimento econômico, potencializado pelo uso das ferramentas informacionais, para dispor o conhecimento técnico-científico para o setor agrícola: a sociedade que se beneficia com a aplicação tecnológica dos conhecimentos científicos; a comunidade científica onde se cria este conhecimento; o setor produtivo e de serviços onde se aplica a ciência e o agricultor, responsável pela gestão do sistema organizacional da produção.

O desenvolvimento rural, antes uma atividade não orientada por conhecimentos sistematizados, teve avanços consideráveis culminados na grande variedade de novas práticas, que implicaram novas dinâmicas, impactos e imprevistos: *"uma nova agenda de pesquisa em desenvolvimento rural"* (OCDE¹⁰, 2006, p.19). De acordo com essa agenda, a natureza dinâmica e heterogênea do desenvolvimento rural teria, na prática, que adequar-se às perspectivas teóricas “naturais” do mundo em rápida mutação. Uma proposta para o desenvolvimento rural num mundo mutante, portanto, deve partir de uma análise *"dos aspectos conceituais do desenvolvimento sustentável e integrado ao desenvolvimento rural"* (CE¹¹, 2005, p.32.).

A política de desenvolvimento rural, pois, não deve basear-se exclusivamente na agricultura. Em face disso, uma “[...] maior diversificação, inovação e valor acrescentado dos produtos e serviços, tanto dentro como forasão indispensáveis a fim de promover um desenvolvimento rural integrado e sustentável, do setor agrícola” (ibid), cujos pilares vão do da política rural às interações mútuas entre agricultura, meio ambiente e outros aspectos econômicos e sociais.

Essas transformações na política para desenvolvimento rural sustentável configuram uma nova ruralidade, caracterizada pelo encontro, interação e transformação mútua do homem e da natureza, no contexto de práticas espacialmente e temporalmente delimitadas, que transformam cada realidade social, na medida em que novos movimentos são incorporados ao cotidiano rural.

O turismo rural, os novos modelos de habitação e novas modalidades esportivas, bem como novas maneiras de uso da terra, novos padrões de assentamento e etc. transformaram o mundo rural. Na contemporaneidade, deixa de ser somente território de produção para ser, também, território de consumo.

¹⁰ Fundada em 1960, a OCDE é uma organização de cooperação internacional e sua sede fica na cidade de Paris (França). A OCDE é sucessora da OECE, que foi criada no contexto do Plano Marshall. Portanto, tinha como objetivo buscar soluções para a reconstrução dos países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial. A OECE existiu entre 1948 e 1960, ou seja, até a fundação da OCDE).

¹¹ Concepção Ecológica – Directiva 2005/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Julho de 2005 relativa à criação de um quadro para definir os requisitos de Concepção Ecológica -CE dos produtos que consomem energia e que altera as Directivas 92/42/CEE do Conselho e 96/57/CE e 2000/55//CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

Esses novos contornos das inter-relações entre homem e natureza, entretanto, ainda não é um processo generalizado. Não são raros os exemplos que mostram a agricultura cada vez mais distanciada da natureza, em razão da existência de mecanismos artificiais de crescimento, potencializadores da multiplicação de lucros, embora desenvolvimento rural não signifique apenas crescimento econômico ou desenvolvimento das regiões rurais: o desenvolvimento rural (re)posiciona o rural na sociedade, para torná-lo atraente, acessível, valioso e útil. As áreas rurais

[...] desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Assim, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional (KAGEYAMA, 2004, p.389).

Segundo Terluin (2003), desenvolvimento rural é um tema que pode ser estudado, pelo ponto de vista da economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, dentre outros. No campo dos estudos rurais, podem ser identificados três enfoques: o do desenvolvimento exógeno, o do desenvolvimento endógeno e o enfoque que combina os dois primeiros.

No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. [...] O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; [...] Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões (KAGEYAMA, 2004, p.384).

O foco escolhido para realização desta pesquisa é o endógeno, cuja preocupação é a prosperidade coletiva de um lugar, assegurada pelos bens materiais e simbólicos disponíveis na comunidade em foco. A endogeneidade não é um conceito excludente, uma vez que seu objetivo primeiro é o desenvolvimento simultâneo e harmônico dos espaços regional e local, a partir de recursos endógenos e exógenos que implicam a exploração de padrões de cooperação entre os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento.

Essa co-produção, além de ampliar os horizontes do endógeno, pavimenta o caminho que leva à prosperidade, por meio de processos sinérgicos que tornam possível a implementação do processo de desenvolvimento. Soma-se a isso o fato de os próprios sujeitos envolvidos nessa produção perceber-se refletido nela e dispor-se a reproduzi-la.

A endogeneidade não é um dado. É uma construção. Sua natureza processual avança sobre a realidade, desconstruindo-a e reconstruindo-a, simultaneamente, em diferentes direções e diferentes formas. Esse proceder revela nuances de contornos do rural, que incluem recursos materiais, sociais, locais, ativos intangíveis, cultura cívica, padrões de cooperação entre os agentes econômicos e qualidades institucionais, tudo isso voltado a construção do

perfil do rural em sua pluralidade. Dessa natureza plural, destacamos duas nuances, por estarem voltadas aos interesses imediatos deste estudo: inovação e sustentabilidade.

A inovação tem como suporte os avanços tecnológicos que ampliam a capacidade de produção, o melhoramento de produtos e serviços, aproximam os padrões de cooperação, simplificando o cotidiano rural, que substituiu o viver simples pelo fazer simples, deslocando as noções de espaço e tempo. A inovação, portanto, implica melhorar as condições já existentes e criar novos mecanismos, com vista a desenvolver novas formas de manejar o que se tem. Isso significa integrar atividades e construir uma rede mais eficiente de arranjos produtivos. A inovação

[...] está localizada na fronteira que separa o conhecido do desconhecido. [...] é algo novo [...]. [...] é desvio de regra. Ela não corresponde ao conhecimento acumulado até agora - ela desafia, por assim dizer, compreensão convencional. Inovação vai além do já existente e explica melhor a funcionalidade (PLOEG, 2004, p.36).

Quando se diz inovar, tem-se, subjacente, a ideia de avanços tecnológicos e a consciência da necessidade de incorporar esses avanços às práticas produtivas, para superar limitações como escassez de infraestrutura física e social. O papel das tecnologias da informação na comunicação rural, no entanto, ainda não está amplamente reconhecido, como potencializador da capacitação tecnológica rural, do desenvolvimento econômico e da melhoria das relações entre instituições públicas e privadas e o homem do campo: incorporar tecnologias contemporâneas de comunicação ao universo rural pode significar transformação no processo produtivo, pois permite a transferência do conhecimento especializado aos agricultores familiares e aumenta o poder de negociação destes.

Nesse processo, a sustentabilidade - conceito que envolve meio ambiente, a sociedade e suas necessidades e expectativas - implica discutir os limites da matéria, as taxas de uso e apropriação dos recursos naturais, a dinâmica de regeneração desses recursos, e a concepção desocial que define o necessário para a preservação da vida no presente, sem comprometer sua continuidade, uma vez que o desenvolvimento sustentável deve evitar as crises ambientais, econômicas e sociais sucessivas, que vêm comprometendo a existência humana.

O saber científico, portanto, deveter sempre em foco a natureza e a sociedade, a fim de que o desenvolvimento desta tenha como referência a mudança de valores éticos, com vistas a assegurar novos padrões de comportamento. A natureza não deve ser vista apenas como fonte dos recursos naturais: capital natural, que deve ser conservado, para garantir sua continuidade e assegurar o desenvolvimento social (ALMEIDA, 1997). Em face disso, diversidade regional, estilos de agricultura diversificados e desenvolvimento endógeno são questões incandescentes no atual debate político sobre a agricultura brasileira, com vistas a transformá-la.

Outros agricultores e outras regiões, ao contrário, desconstroem e remodelam esse padrão de desenvolvimento rural, na medida em que, num ato de resistência, vêm se afastando, conscientemente, de iniciativas inovadoras que reforçam o modelo dominante, na medida em que questionam sua sustentabilidade. Política para o desenvolvimento rural deve, portanto, reconhecer este embate, notadamente se a base da ação é a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que se deve lembrar que agricultura é resultado de uma construção social:

[...] el espacio territorial rural es concebido como um ámbito social que es, al mismo tiempo, substrato condicionante y producto de acción social conducentes a su construcción y cambio social” (DURAN, 1998, p.19).

Essa construção deve ser organizada e orientada pelos sujeitos nela envolvidos, responsáveis que são por definir as estratégias utilizadas, para garantir o vínculo entre as práticas e os interesses dos mercados. Os avanços tecnológicos devem sempre acompanhar esse processo. Essas complexas decisões implicam a diversificação da prática agrícola. Os efeitos da modernização agrícola, produzidos pelo desenvolvimento tecnológico são, quase sempre, causa e efeito de políticas exógenas ao setor agrícola. São frutos da recorrência de modelos agrícolas que comprometem o meio ambiente.

Os conhecimentos elaborados pelos novos procedimentos agrícolas têm em foco o desenvolvimento endógeno, mas ainda carece de um corpo teórico que oriente essa modalidade de desenvolvimento, seu impacto e potencial. Esse modelo de desenvolvimento – para alguns estudiosos conservadores – é ineficiente na resolução dos atuais problemas da produção agrícola. Com raízes históricas, essa crença vem dificultando o desenvolvimento rural em todo o mundo. Um dos critérios que podem ser utilizados para analisar esse fenômeno é o nível de autonomia assegurado aos sujeitos do campo pelos avanços tecnológicos e pelas demandas dos mercados.

Na contemporaneidade, os padrões de desenvolvimento do meio rural devem envolver recursos locais e elementos externos, configurando um equilíbrio entre os dois elementos (internos e externos). No desenvolvimento endógeno os recursos locais são ponto de partida para o novo rural e, também, critérios para avaliar a funcionalidade dos elementos externos, no mesmo processo que demanda a nova ruralidade.

Por essa razão, elementos externos são internalizados, na medida em que podem fortalecer e agregar valor ao desenvolvimento endógeno. Isto implica “desconstrução” e “recomposição” de padrões de cooperação social, reconexão ecológica, modos agrícolas, tecnologias externas. Esse processo visa a harmonizar realidades, condições, perspectivas e interesses locais.

O desenvolvimento endógeno não é promovido apenas por fatores globais, mas principalmente por fatores locais. O cuidado na exploração de novos modos de ruralidade, resultante da integração entre elementos internos e externos, potencializados pelas tecnologias, produzem “*insights*” que orientam as perspectivas dessa modalidade de desenvolvimento.

No mundo contemporâneo, desenvolvimento e sustentabilidade são faces de uma mesma moeda. Por isso, a modalidade de desenvolvimento rural desconectada do seu ambiente social e natural, com potencial de poluição ambiental, problemas de conservação de recursos naturais e desintegração social deve ser superada.

Em seu lugar, deve haver empenho do Estado e dos próprios sujeitos do campo, na busca da melhor maneira de avançar tecnologicamente, partindo do princípio de que as tecnologias são um dos aliados do desenvolvimento rural. Muitos dos tradicionais sistemas de cultivos e criações, que estariam condenados a desaparecer sob os influxos do paradigma da modernização, agora estão sendo incorporados às preocupações das agendas de política ambiental, tornando-se, assim, parte da construção dos contornos de um novo rural, com base em pesquisas desenvolvidas pela Embrapa (Brasil) e pelo INTA (Argentina).

Essa nova política contempla a pluriatividade no campo. A agricultura orgânica, o turismo, o marketing de produtos locais, o processamento de produtos alimentares locais e/ou regionais, como formas de reforçar os seus negócios, constam dessa pluriatividade. Isso significa revitalizar práticas para corresponder a uma nova razão de desenvolvimento, sob a orientação do paradigma da sustentabilidade ambiental (PLOEG & RENTING, 2000).

Um dos pilares desse paradigma são as políticas das instituições públicas e privadas que se preocupam com o desenvolvimento sustentável, porque fundamentado na conservação ambiental, em nível local e/ou regional, o que implica preocupar-se, por exemplo, com a problemática da gestão da água, turismo, produção de alimentos com qualidade e incentivos à

prática da agricultura orgânica, com vistas a responder à crise do modelo industrial de produção agrícola.

A transgenia e o emprego abusivo de agrotóxicos resultam desse *boom* tecnológico, que provoca a deterioração da imagem pública da agricultura, implicando um número crescente de regulações ambientais, editadas pelos governos. Mas as instituições desenvolvem estratégias de defesa para enfrentar esse quadro.

As redes e coalizões entre os sujeitos rurais, as agências ligadas à sustentabilidade ambiental e as organizações empresariais são mecanismos desenvolvidos pelas instituições, para fazer frente aos efeitos negativos dos avanços tecnológicos sobre o desenvolvimento rural. Essa nova postura das instituições e dos agricultores, na medida em que impacta positivamente as atividades no campo e objetivam melhorar a receita dos agricultores familiares, oportuniza melhorar a administração dos recursos das propriedades.

Nessa perspectiva, pode-se constatar a redução da inadimplência no sistema financeiro, pela melhor administração, dos recursos nas propriedades, ou, ainda, por evitar recorrer a financiamentos. Isso significa que desenvolvimento requer novas diretrizes, que incluam a busca de mudanças, envolvendo aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais.

O desenvolvimento da industrialização e a busca do crescimento econômico, no Pós-Guerra, trouxeram como conseqüência a utilização indisciplinada dos recursos naturais, que, a partir de então, passaram a ser considerados capital natural (MARZALL, 1999): os parâmetros do desenvolvimento sustentável, por sua vez, passaram a preocupar-se com o estoque desse capital, agora medido pelos indicadores específicos de cada região e localidade, a partir da percepção dos diferentes ecossistemas e níveis de degradação e da consciência de que os impactos ambientais não são apenas antrópicos, mas também naturais.

São sérios problemas ambientais, provocados principalmente pela forma de produção humana, ou seja, pela maneira com que as sociedades se relacionam com os recursos naturais.

Na Natureza, existe uma harmonia nas relações entre os seres vivos, entre si e entre os seres vivos e o meio ambiente. É o chamado equilíbrio ecológico. Ao quebrar essa harmonia, o homem provoca o que chamamos de impacto ambiental. (ALMEIDA; RIGOLIN, 2003, p. 36).

Sendo assim, dizemos que os impactos ambientais são uma espécie de “choque” entre o modo de produção humano e os recursos naturais, que rompem o equilíbrio ecológico causando danos ao meio ambiente. Para que possamos compreender a problemática ambiental em toda sua amplitude, devemos entendê-la como um fenômeno histórico-social, fruto da estrutura de funcionamento de uma determinada sociedade.

O aparecimento do homem e, portanto, da sociedade humana, está diretamente ligado à capacidade que certos seres desenvolveram de produzir a sua própria existência. Esta capacidade supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio (SANTOS, 1978, p. 84).

Conhecer um determinado impacto ambiental implica, antes de tudo, compreender-lhe as causas: é com base no conhecimento destas que serão construídas soluções. Num sistema de produção, por exemplo, necessita-se conhecer os fatores que regulam os componentes bióticos e abióticos que compõem esse sistema. De posse desse conhecimento, são definidos os critérios globais e práticos da sustentabilidade, nos aspectos sociais, econômicos, agroecológicos, físicos e biológicos (TAUK-TORNISIELO, 1997).

O capítulo 40, da Agenda 21, evidencia a necessidade de cada país definir indicadores de desenvolvimento, de acordo com sua realidade. Encontros e conferências entre

representantes de vários países veicularam novos parâmetros para a sustentabilidade. Jesus citado por Nolasco (1999) assegura que a sustentabilidade de um agroecossistema¹² pode ter como indicadores básicos a produtividade, estabilidade, conservação de água, capacidade de resistir a pragas e doenças, ciclagem de carbono, diversidade cultural, recursos externos e capacidade de produzir receita. Numa palavra: a sustentabilidade deve apoiar-se na realidade em questão, numa perspectiva sistêmica.

Quanto aos agricultores familiares, esses indicadores devem contemplar a manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema; conservação dos recursos naturais e da biodiversidade; fortalecimento da organização social, o que implica diminuição da pobreza; fortalecimento das comunidades locais, à medida que preserva suas tradições e garante sua participação no desenvolvimento.

2.3 Tecnologias da Informação, Comunicação e Desenvolvimento Sustentável

Basta termos clareza de que as mudanças não acontecerão pela onipotência dos nossos pensamentos. É fundamental criar meios para alcançar essa mudança (Marina Silva).

No começo toda mudança é um atalho (Miranda).

O objetivo deste item é identificar e discutir algumas questões relevantes sobre a formação dos agricultores familiares para o desenvolvimento sustentável. A perspectiva em que nos colocamos é a da comunicação e nosso foco são os processos de intervenção em uma nova ruralidade. Que é possível um desenvolvimento sustentável é o nosso pressuposto. Com base neste, discutimos diferentes conceitos de sustentabilidade e destacamos o papel das tecnologias da informação, na construção e socialização dialógicas do conhecimento entre agricultores familiares. A inserção dos agricultores familiares neste universo - com a finalidade de minimizar as distâncias que separam as instituições responsáveis pelas políticas públicas e esses agricultores - é o que defendemos neste texto.

A discussão em torno do desenvolvimento rural sustentável vem ganhando espaço cada vez maior no cenário acadêmico e político. Esse assunto não se restringe somente às questões de conceito, mas também e principalmente aos fatores que potencializam as práticas sustentáveis. Entender o desenvolvimento é, antes de tudo, compreender que este não está associado apenas ao crescimento econômico, mas acima de tudo à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, ao bem comum e ao meio ambiente em que eles estão inseridos. De acordo com Petitinga (s/d),

O aspecto econômico implica em aumento da renda e riqueza, além das condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais. Do mesmo modo, a problemática ambiental não pode ser dissociada da social. [...] O desgaste ambiental pode não interferir diretamente a geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações (p.2).

As crises ambientais e agrárias que o mundo assiste é consequência de um modelo adotado pelas economias capitalistas que privilegiam as práticas produtivas, dissociadas de estratégias de conservação de recursos naturais. Vivemos uma época definida e caracterizada,

¹² Segundo Gliessman (2000), agroecossistema é um espaço onde se dá a produção agrícola.

por alguns pesquisadores, pela cultura do excesso, do sempre mais, da exacerbação do consumo, do individualismo e do modo de vida intenso e urgente. Vivemos em um mundo de contrastes, sofrendo a iminência da falta de água doce e o excesso de resíduos de diferentes procedências, cuja destinação é ainda ignorada.

Na contemporaneidade, viver é uma aventura complexa. Em virtude disso, estamos nos inviabilizando como espécie, num processo irreversível e alarmante de autodestruição. Em face desse quadro, Hawken et al. (1999) ressaltam que em se mantendo os padrões atuais de uso e degradação do meio ambiente, há de restar muito pouco, no final deste século. Ao longo dos últimos anos, vem crescendo a quantidade e a qualidade da consciência ambiental no mundo. Se as pessoas passaram a adotar hábitos menos agressivos em relação ao meio ambiente, algumas empresas incorporaram o conceito de sustentabilidade, usando-o com frequência, seja no campo puramente retórico, seja em intervenções efetivas para conservar o espaço onde estão inseridos.

Outros empreendimentos, por sua vez, assumiram de fato um compromisso com o mundo: não só repensam seus processos de produção de bens, serviços e valores, como também se preocupam com o futuro, por meio da disseminação da consciência de conservação e sustentabilidade.

2.3.1 Discursos sobre sustentabilidade

A sustentabilidade, na perspectiva do meio ambiente é um fator estratégico para a sobrevivência das espécies. Além disso, é mais que um princípio de gestão ou uma nova onda de conceitos abstratos: representa um conjunto de valores e práticas que deve ser incorporado ao posicionamento estratégico das pessoas para definir posturas, permear relações e orientar escolhas. Só depois se espera que esteja presente nos discursos proferidos pelos porta-vozes (CEBDS, 2009).

Os conceitos de sustentabilidade já eram discutidos na década de 1950¹³. Ao longo dos anos seguintes até o final dos anos 1980, houve um aprofundamento não só do conceito de sustentabilidade, mas de desenvolvimento sustentável. A urgência da introdução de práticas sustentáveis no dia a dia da humanidade também passou a ser percebida a partir de então. Em 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, conceituou desenvolvimento sustentável.

De acordo com esse conceito, desenvolvimento sustentável é aquele “capaz de permitir a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a satisfação das necessidades e a sobrevivência das gerações futuras” [...]. Sustentabilidade, portanto, é condição de sobrevivência do planeta, do homem e de seus empreendimentos (ALMEIDA, 2007), na medida em que se configura como ponto de intersecção entre os negócios e os interesses da sociedade e do planeta. De acordo com Constanza, Daly, Bartholomew (1991, p. 19):

La sostenibilidad es una relación entre los sistemas económicos humanos dinámicos y los sistemas ecológicos más grandes, dinámicos, pero concambios más lentos, enlacualla vida humana pueda continuar indefinidamente, los seres humanos puedan prosperar, y las culturas humanas se puedandesarrollar. Sin embargo, endicharelación, losefectos de lasactividades humanas permanecen dentro de límites, de manera de no

¹³Pitts, C. (ed.), M. Kerr, R. Janda, & C. Pitts (2009). Corporate Social Responsibility: A Legal Analysis (Toronto: LexisNexis).

destruir la diversidad, complejidad y funciones del sistema ecológico de soporte de la vida.

O sustentável deve contemplar a satisfação contínua das carências humanas, compreendidas como necessidade de um nível social e cultural mais elevado. Segurança, liberdade, educação, emprego e recreação devem, portanto, ser considerados no conceito de sustentabilidade. No Brasil, a década de 1990 foi marcada por um forte movimento das instituições públicas e privadas, na busca da conscientização do papel social dessas instituições sobre a questão ambiental, considerada como

[...] um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. [...] trata-se da incapacidade do planeta de prover indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo (SILVA, 2010, p. 67).

Um importante marco no direcionamento desse processo de conscientização, na década de 1990, foi a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92. Nesse encontro foram debatidos e elaborados documentos fundamentais, com a participação empresarial: a Agenda 21 e a Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e a Convenção Sobre Diversidade Biológica.

A partir de então, com o objetivo de discutir e aplicar o conceito de sustentabilidade surgiram importantes organizações, como: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – Gife. Dez anos após o encontro do Rio de Janeiro, foi realizada a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul. Ali, perante representantes do mundo inteiro, ficou claro que as instituições, como os Estados e as ONGs, são partes do processo de conscientização para a sustentabilidade, o que revela o poder e a importância de todos esses atores sociais no desafio de fazer da sustentabilidade um ponto de pauta de suas agendas.

Por muito tempo, e ainda hoje, algumas instituições vêm preferindo trabalhar os conceitos de sustentabilidade, sob a ótica da responsabilidade social. De acordo com o Instituto Ethos (2010, s/p), esta

[...] pode ser compreendida como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da instituição com todos os públicos com os quais elas se relacionam e pelo estabelecimento de metas institucionais com o desenvolvimento da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as futuras gerações, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Outras instituições, por sua vez, seguem a lógica da conservação ambiental, bem como do gerenciamento dos impactos ambientais, nos processos produtivos. A dinâmica do sustentável, aplicada aos negócios das instituições e das pessoas, nos mais diversos setores, potencializa o conceito de sustentabilidade. Esse conceito envolve aspectos cruciais referentes à manutenção, continuidade, sobrevivência e reputação do empreendimento.

Embora usados como sinônimos, desenvolvimento sustentável difere do conceito de sustentabilidade. Segundo Moles et al. (2008), sustentabilidade é uma “situação futura

desejável”, enquanto desenvolvimento sustentável é o “processo pelo qual nos movemos do presente *status quo* para o futuro desejável”:

A sustentabilidade está voltada para uma condição desejável e necessita do desenvolvimento como processo para alcançá-la, tendo em perspectiva a melhoria da qualidade de vida, mas sem implicar aumento da quantidade de recursos necessários para tal. Como política de obtenção de resultados em longo prazo:

[...] o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991. p. 49).

As contínuas transformações da sociedade, do indivíduo e da coletividade comprometem a sustentabilidade. Esse comprometimento decorre das mudanças dos objetivos individuais, pela transformação do coletivo, e dos fatores que afetam a dinâmica da própria sociedade: as dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica. A dimensão espacial é uma das primeiras questões do estudo do desenvolvimento sustentável. Trata-se do espaço de análise, no qual devem ser definidos os atores e recursos referentes ao processo de desenvolvimento.

Essa delimitação depende dos objetivos da análise e da própria dinâmica da região em discussão, posto que algumas vezes o corte analítico pode ser expresso pela divisão política, enquanto as dinâmicas econômica social, cultural e ambiental demonstram realidades completamente diferentes [...] (SILVA, 2010, p. 29).

A percepção do espaço analítico visa à dinâmica regional, a fim de que se possam definir os objetivos e recursos existentes em uma região e refletir sobre a interação com os demais meios. O espaço de abrangência é delimitado justamente pela interação e integração da comunidade local. Os objetivos dessa comunidade serão definidos por ela mesma, tendo em vista seus próprios recursos e a influência da sociedade mais ampla, avaliada como meio e não como fim.

Pensar a dimensão espacial implica ter em consideração as questões sociais, econômicas e culturais que delimitam os objetivos da sociedade naquele espaço. A ótica econômica e ambiental e os recursos para a consecução dos objetivos também devem estar em foco. Se ocorrem mudanças na dinâmica dessas dimensões, a abrangência espacial pode ser alterada, na medida em que as inter-relações e as variáveis se alteram.

A dimensão social diz respeito a temas referentes à interação dos indivíduos e à situação da condição de vida da sociedade. A interação dos indivíduos envolve o capital social, entendendo este como

[...]valor obtido em uma determinada região, a partir da interação existente naquela sociedade [...]Um alto capital social pode viabilizar projetos que economicamente seriam inviáveis em outro local, em razão das externalidades possíveis, provenientes da sociedade local. Esse capital é acumulado historicamente pela confiança e objetivos comuns dos indivíduos em um determinado local. (SILVA, 2010, p. 31).

A condição de vida, um dos principais tópicos do debate na dimensão da sustentabilidade social, tem como eixo central a discussão da pobreza e o crescimento populacional. Considera os recursos ambientais e econômicos - incluso neles o capital natural - escassos. Além disso, implica o incremento contínuo da sociedade, fator sempre responsável

pela estagnação de seu processo de desenvolvimento e crise generalizada. Em face disso, ações para garantir o uso mínimo de recursos de forma individual são necessárias, mas não suficientes. Ainda segundo o autor, a dimensão social é influenciada e afeta a dimensão econômica: uma das principais formas e fontes de inter-relacionamento da sociedade concretiza-se pelas transações econômicas.

Sociedade implica associação de pessoas com um objetivo comum, seja cultural, econômico e etc. A dimensão cultural e a dimensão econômica, na medida em que se relacionam com a base social, tornam-se elementos da dimensão social. Na medida em que pode ser motivo de agregação ou desagregação da sociedade, a questão ambiental – ponto de convergência de objetivos - também pode ser considerada. A interação dos indivíduos e a constituição de uma dinâmica social resultam, principalmente, de questões econômicas e culturais, delimitadas em um determinado espaço e tempo.

A dimensão ambiental reflete um novo direcionamento para o sistema capitalista: suas potencialidades para o desenvolvimento sustentável. Esse capital, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal, permite redimensionar o conceito de desenvolvimento para a ótica sustentável:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

As instituições formais, expressas em leis e na Constituição de 1988, são responsáveis por essa conservação e promoção do desenvolvimento econômico e social, em harmonia com a natureza, o que significa exploração equilibrada dos recursos naturais necessários ao bem-estar da sociedade. A dimensão ambiental interage com as dimensões econômica e social, limitando-as com vistas ao desenvolvimento sustentável.

A cultura – conjunto das experiências humanas de uma determinada sociedade (SILVA & MENDES et al., 2005, p. 32) – alimenta-se de um processo de aprendizagem social contínuo, que implica a construção de princípios e valores que podem estar preocupados com o desenvolvimento sustentável de uma sociedade. O processo contínuo de aprendizagem social e troca de experiências na sociedade, ao longo do tempo, transforma a cultura e a percepção do que se espera da sustentabilidade.

Nesse processo, o Estado e suas diferentes instituições têm papel preponderante. Todas as dimensões que interferem nos valores da sociedade afetam a dimensão cultural. As razões são as mais diversas: evitar a reedição de problemas indesejáveis no futuro; amadurecimento social e busca de novos rumos e, ainda, a vivência de um presente marcado por questionamentos de valores, que pode ter origem individual, coletiva, econômica, social, ambiental ou espacial.

A dimensão econômica, a mais discutida no sistema capitalista, parte do princípio de que o capital é a mola propulsora das relações sociais. Estas relações, por intermédio das transações econômicas, têm importância substantiva no desenvolvimento da sociedade. Preocupar-se com a dimensão econômica implica estar preocupado com três questões: como?; para quem?; o que produzir?. A primeira questão – como produzir? – ganhou relevância com o discurso ambientalista e a percepção dos principais agentes econômicos: os recursos, cada vez mais escassos, impõem limites ao crescimento contínuo da economia e reorienta o desenvolvimento de novas tecnologias e formas de produção.

Esse questionamento envolve duas outras questões: a otimização dos recursos e a tentativa de maximizar os resultados dos benefícios em relação aos custos. A dimensão econômica interage com a sociedade, em seus aspectos econômicos e sociais e culturais, isso motiva os impulsos consumistas da sociedade e redireciona os objetivos individuais. As

dimensões ambiental e espacial são entendidas como fontes de recursos. Por isso, devem ser consideradas sempre que se pretende transformar recursos em produtos. De acordo com esta visão as regras do jogo do mercado devem influenciar essas inter-relações, com vistas a garantir o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Em resumo: a dimensão espacial diz respeito à relação entre os atores e as potencialidades materiais e intelectuais do meio onde eles se encontram inseridos. A dimensão social se refere à percepção que se tem da forma de interação dos indivíduos com o contexto em que vivem e suas possibilidades de atuação para preservá-lo ou modificá-lo. A dimensão ambiental - ao contrário do que se pode pensar - trata o meio ambiente não como valor em si, mas sim como possibilidade de novos investimentos e lucros. Logo, os recursos naturais são encarados como potencialidades que garantem a permanência dos processos produtivos capitalistas. A dimensão econômica, aspecto mais discutido pelo capitalismo, em função de seus objetivos, considera o capital como suporte das relações sociais. Todas essas dimensões afetam, direta ou indiretamente, a dimensão cultural, influenciando a maneira como os sujeitos se percebem no contexto em que vivem, o que redimensiona sua maneira de pensar, agir e produzir.

No caso da agricultura familiar, os discursos institucionais sobre sustentabilidade chegam aos atores, por meio do processo comunicacional unidirecional, que recorre, principalmente, a dois canais: a televisão aberta e o rádio. Esse processo, apoiado por esses canais, reorienta a produção, por intermédio da transferência de um conhecimento plasmado sem ter em consideração a cultura dos atores a quem se destina. Isso significa que o conhecimento transmitido unilateralmente pela mídia não é construído a partir da realidade dos atores por ela afetados.

2.3.2 A incorporação do discurso da sustentabilidade na comunicação rural

O alheamento dos atores sociais em relação ao processo de construção do conhecimento a eles unilateralmente comunicado tem a ver com a própria lógica desse processo. Os avanços da ciência orientam as políticas institucionais. Estas abastecem o sistema de comunicação com ideias fragmentadas e terminologias esvaziadas de seu conteúdo original. Os canais de comunicação, por sua vez, elaboram seus discursos a partir dos significantes apresentados pelas políticas públicas, amalgamados pela ideologia que permeia essas políticas.

Esse discurso, veiculado principalmente pela televisão aberta e pelo rádio, conforme já referimos acima, contém as orientações que os governos pretendem sejam assimiladas pelos agricultores familiares. Essas orientações ganham objetividade, ignorando os conhecimentos empíricos dos sujeitos, construídos a partir de sua experiência sensível. Esse fato implica uma consequência: a baixa capacidade de intervenção dos conhecimentos veiculados pelos meios de comunicação na realidade concreta dos sujeitos.

Para potencializar a capacidade de intervenção dos conhecimentos produzidos pela ciência, recortados pelas políticas públicas e agendados pelos meios de comunicação, faz-se necessário reestruturar o modelo de comunicação estabelecido pelas instituições públicas cujas políticas estão voltadas para os agricultores familiares. Essa reestruturação implica aperfeiçoamento no processo comunicacional, para superar a dicotomia entre conhecimento sensível - conhecimento decorrente da experiência - e conhecimento científico.

O conhecimento sensível, fruto da atividade dos sentidos, é a primeira forma de conhecimento humano. Por meio dele, entramos em contato com a materialidade do mundo. O agricultor familiar, em sua grande maioria, maneja-se no mundo, tendo como bússola o fruto da atividade dos sentidos – conhecimento empírico – como a percepção de cores, sons,

imagens e lembranças. O objeto do conhecimento sensível são as coisas materiais. Logo, conhecer significa ver, ouvir, provar, exalar e apalpar.

Enfim, conhecer é sentir. Quanto às lembranças, elas são responsáveis não só pela utilização desse tipo de conhecimento pelos agricultores familiares, mas também por transmiti-lo às gerações futuras, influenciando sua vida, particularmente no que diz respeito aos mecanismos de produção. O conhecimento científico é a forma de conhecimento da realidade distinta por ser racional, sistemática, exata e verificável. Os métodos de verificação, fundamentados na metodologia científica, são a origem desse conhecimento, ao mesmo tempo, objetivo, analítico, além de ater-se aos fatos e transcendê-los.

Trata-se, portanto, de um modo de conhecer que exige mais do que o saber adquirido na chave de tentativa-erro-repetição, característica do conhecimento empírico. Logo, constitui-se um novo modo de apreender as coisas. Agora, não mais como mera ocorrência fortuita, mas a partir da relação entre essas ocorrências (efeitos) e suas causas, tendo sempre em perspectiva as leis que as regem.

Os agricultores familiares, mesmo aqueles detentores do saber adquirido por meio da tentativa-erro-repetição, podem tornar-se, também, agentes orientados pelos conhecimentos baseados na metodologia científica, sem, contudo, prescindir de seu conhecimento primeiro: o conhecimento sensível. Para que isso se concretize, faz-se necessário trabalhar a materialidade do ambiente, em que se encontram os atores, numa perspectiva científica. O conhecimento gerado com método, técnica, procedimentos, instrumentos e etc deve ter como ponto de partida o conhecimento sensível desses atores.

Logo, a ideia de interação entre conhecimento sensível e conhecimento científico, particularmente no que se refere ao processo comunicacional, deve ser considerada. Sendo assim, as relações dos agricultores familiares com as instituições responsáveis pelas políticas públicas destinadas ao meio rural, devem ser submetidas a um contínuo processo de transformação. Portanto, o processo comunicacional no meio rural necessita

[...] de um trabalho de comunicação, no sentido de comunhão de ideias[...] no qual extensionistas, respeitando (e valorizando) a cultura do trabalhador rural, junto com ele (no seu grupo) problematizam a situação (com suas injustiças e contradições), buscando (sempre juntos e comprometidos integralmente) soluções alternativas aos problemas evidenciados (soluções que podem ser técnicas, políticas, econômicas, sociais ou culturais) (MUSSOI, 1985, p. 18).

A base desse processo de reestruturação do modelo comunicacional deve ser a ideia de intervir, no espaço dos agricultores familiares, sem desconsiderar o conhecimento técnico genérico como um dos principais insumos para a produção agrícola (CIMADEVILLA, 2004) sustentável, num processo de transferência de conhecimento que visa a administrar o fluxo de informações entre os atores: sujeitos do campo e instituições públicas.

Nessa perspectiva, as instituições públicas não devem ditar suas determinações aos agricultores familiares. Ao contrário, deve preocupar-se em conhecer a realidade desses produtores e, a partir dela e com eles, discutir, elaborar e propor políticas que não ignorem a urgente necessidade do desenvolvimento sustentável. A disseminação das ideias que sustentam as políticas elaboradas pelas instituições públicas - com a participação direta dos produtores rurais - deve ser feita por um processo comunicacional, compreendido como ato educativo, no qual se concretizam a troca de conhecimento e o entendimento mútuo entre os sujeitos.

Segundo Freire (2002) a produção do conhecimento implica uma relação social igualitária e dialógica entre os sujeitos. Esse ato comunicacional culmina em uma prática social transformadora. Isso significa que a comunicação é imprescindível para educar. O

processo de aprendizagem, por sua vez, torna-se autêntico quando resulta em mudança de comportamento naquele que aprende (GUTIÉRREZ, 1978).

Insertos nesse processo, os agricultores familiares desenvolverão sua consciência crítica, exigindo que as instituições públicas respeitem e levem em consideração o conhecimento sensível. Esse conhecimento, conforme já discutimos anteriormente, resulta da atuação dos sujeitos sobre o meio, na medida em que o explora em seu favor, ao longo do tempo.

Autonomia e dialogicidade presidem esse processo: homem e meio estabelecem uma comunicação inter-transitiva e de mão dupla. De acordo com Freire (2002), cada ser humano é detentor de um saber único, mesmo que rudimentar. A partir dessa lógica, as instituições públicas podem inaugurar um processo comunicacional dialógico, superando o modelo vertical (tradicional) de transmitir informações, próprio da dominação cultural.

De acordo com esse modelo (tradicional), o recorte temático é definido pela instituição e programado a partir de suas demandas e necessidades. Por isso, a mensagem nem sempre atinge o objetivo proposto. A linguagem, muitas vezes é inadequada, por não partir do repertório cultural do agricultor familiar. Nesse modelo, a comunicação rural tradicionalmente se distinguiu, entre outras características, por uma comunicação face-a-face entre instituições fomentadoras e a população rural, para difundir inovações e políticas. Mas nem por isso a comunicação efetivamente se estabelecia.

Um dos fundamentos da comunicação inter-transitiva é o fluxo programado e sistemático de informações entre os diferentes interlocutores e setores sociais implicados no desenvolvimento rural. Porque programado e sistemático, esse fluxo de comunicação culmina em uma conscientização plena e efetiva dos interlocutores. Sujeitos mais críticos e, portanto, mais conscientes de seu papel social atuam, agora, numa perspectiva sustentável: o desenvolvimento rural não pode como acontecia em outras épocas, prescindir da preocupação com a sobrevivência das gerações futuras.

A comunicação, portanto, é um processo de dupla via, é diálogo e interação. A fonte e o receptor são ativos interlocutores e intercambiam poder. A compreensão recíproca, o enriquecimento mútuo, a comunhão, e particularmente a participação na descoberta e transformação da realidade são o objeto e função da comunicação. O trinômio informação, comunicação e conhecimento é a base desse modelo comunicacional, que gera processos de comunicação capazes de transformar espectadores em atores, sujeitos, cidadãos.

O pressuposto dessa prática comunicativa é o fato de ela estar centrada mais nos processos do que nos instrumentos. Mais nos sentidos do que nos conteúdos. As estratégias de comunicação devem despertar ações e emoções ativas e desdobráveis em atitudes participativas, solidárias e políticas.

A comunicação rural precisa ser vista não como resultado exclusivo de interesses econômicos e políticos hegemônicos, mas como resultado do amadurecimento do diálogo entre o extensionista consciente de seu papel social e do produtor/trabalhador rural como sujeito histórico da relação (CIMADEVILLA, 1993, p. 114).

Para atingir esse amadurecimento, o processo comunicacional deve adequar-se sempre aos avanços tecnológicos impostos pela sociedade da informação. A interatividade, compreendida como um tipo de comunicação decorrente das potencialidades de configurações tecnológicas específicas deve ser uma das preocupações nesse momento. Pela seguinte razão: a sociedade vivencia uma nova revolução, denominada de digital.

A revolução digital implica a passagem progressiva do *mass media* (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação. Em harmonia com as exigências desse novo momento da revolução

digital, as informações não obedecem à hierarquia da árvore (um-todos), e sim à multiplicidade do rizoma (todos-todos) (LEMOS, 2004), num movimento de rede. O advento das tecnologias comunicacionais contemporâneas inaugurou uma estrutura social que Pretto (1996) denomina de “sociedade rede”: não mais como sistemas viários, mas como complexo de teias digitais, responsáveis pelo fortalecimento territorial e por novas territorialidades. Em decorrência desse fato,

As tradicionais divisões em que é repartido o mundo das comunicações de massa desaparecerão gradativamente. Há uma crescente interdependência entre as diversas mídias e uma diluição dos contornos de cada setor [...] A análise das características destes novos meios de comunicação nos leva a concluir, [...], que a distinção mantida mais ou menos artificialmente entre os meios de comunicação impressos e os meios eletrônicos tende a desaparecer, numa velocidade que nos escapa neste momento, [...] (CARITÁ apud GIOVANNINI, 1987, p. 293).

Essas redes, constituídas de um conjunto de unidades sociais que mantêm relações entre eles, direta ou indiretamente, através de cadeias de tamanhos variáveis marcam o fim da centralidade das informações nos meios massivos e estabelecem outras vias comunicacionais. No caso específico das relações entre instituições produtoras de conhecimento e agricultores familiares, essa descentralização confere autonomia às instituições, evitando que o conhecimento que chega ao produtor resulte de um processo de comunicação que, além de fragmentar, manipula conceitos e comunica informações não compatíveis com as reais necessidades do agricultor familiar.

Para fazer frente à veiculação de conceitos fragmentados e manipulados, deve se lançar mão das possibilidades oferecidas pelas tecnologias contemporâneas. Uma dessas possibilidades está configurada na telefonia móvel, por reunir todas as mídias possíveis e conhecíveis até o momento, em um único artefato.

O celular, por meio de suas interfaces, oferece a possibilidade de novas práticas de sociabilidades, graças à sua natureza multifacetada. No campo, essa mídia pode favorecer a atualização e o papel ativo na obtenção das informações comunicadas pelas instituições produtoras de conhecimento voltado para produção agrícola. A telefonia móvel é uma das marcas da contemporaneidade. Por meio dela, são promovidas a descentralidade da informação e ações dialógicas com outros sujeitos, em tempo real (processos interativos). Sendo assim,

[...] não só a cidade, mas qualquer parte do mundo se tornou acessível ao toque de minúsculos dígitos de um pequeno aparelho que quase cabe na palma da mão (SANTAELLA, 2004, p. 231).

No cotidiano dos agricultores familiares, o celular – mesmo aquele ligado a câmeras fotográficas e a sensores meteorológicos, químicos, biológicos, médicos e de raio gama – na maioria das vezes, tem apenas uma de suas funções exploradas, reduzindo-se, neste caso, à condição de simples canal de comunicação, o que favorece o contato entre pessoas distantes fisicamente, numa circunstância de mobilidade, mas não potencializa o desenvolvimento e procura fazê-lo sustentável, como aconteceria caso todas as funções desse artefato fossem exploradas.

Leve e diminuto, o celular oportuniza novas linguagens, novas formas de expressão e novas dimensões de tempo e espaço, permitindo ao sujeito moderno ocupar diferentes lugares ao mesmo tempo e intervir nos processos individuais e coletivos dos diferentes territórios que os agricultores familiares ocupam, modificando as noções de presença-ausência dos sujeitos: o celular coloca diante de seus usuários pessoas e situações remotas, o que significa tornar

virtualmente presente o que de fato está ausente. Acabar com a diferença entre tempo e lugar talvez seja uma das principais características das tecnologias móveis. O sujeito conectado em rede vivencia a ubiquidade, uma vez que pode estar, virtualmente, em vários lugares ao mesmo tempo. Para Bonilla (2005),

Em torno da infra-estrutura material forma-se um espaço de comunicação, que permite articular indivíduos, instituições, comunidades, estando contidos também as informações e os seres humanos que por ele circulam e o alimentam (p. 33).

Essa possibilidade de articulação deve ser explorada pelas instituições produtoras de conhecimento, em suas relações com os agricultores familiares, com o objetivo de promover uma comunicação rural com a autonomia necessária para dar aos sujeitos do campo orientações particulares e coletivas, a fim de que a gestão de seus relacionamentos seja efetiva para objetivar as transformações necessárias ao desenvolvimento sustentável. O celular, por suas virtudes atuais – receber, processar, armazenar, exibir texto, imagem e som juntos – é a ferramenta mais adequada para promover a comunicação com a autonomia que se faz necessária, a fim de que as comunidades rurais tenham o acesso necessário às informações que orientam as atividades de seu cotidiano.

A telefonia móvel potencializa um relacionamento aproximado entre o extensionista rural e os sujeitos do campo, o que pode implicar a melhoria da vida dos agricultores familiares: além de expandir e fortalecer as redes aumenta a capacidade dos atores sociais (extensionistas e agricultores familiares) para lidar com emergências, reduzir custos de viagem e maximizar seus resultados, aumentar a acessibilidade temporal e ampliar a eficiência das atividades.

A exploração adequada das potencialidades do celular viabiliza uma comunicação em tempo real, colocando instituições e agricultores familiares em contato direto e imediato, o que pode contribuir para melhorar as estratégias de produção, a comercialização de possíveis excedentes e a superação das vulnerabilidades próprias ao modelo produtivo praticado nas propriedades rurais.

A informação é um fator fundamental para fins de desenvolvimento. Portanto, no universo rural, os celulares podem tornar-se uma grande ferramenta, na medida em que ampliam a velocidade e a facilidade na introdução de novos conhecimentos, particularmente daqueles oriundos das instituições (públicas e privadas), destinados a potencializar o desenvolvimento rural sustentável.

O celular habilita o fluxo de comunicação interativa, alterando as ecologias comunicativas existentes (TACCHI, 2009). Ainda de acordo com o autor, isso envolve as pessoas num processo comunicativo em uma rede social específica, de onde emanam informações segmentadas para uma comunicação eficiente. Por isso, o antigo discurso da assistência rural é substituído por um eco comunicacional e informativo de desenvolvimento que implica transformação rural, tendo sempre em foco a sustentabilidade. A telefonia celular pode ampliar a possibilidade de acesso a conhecimentos que tem em perspectiva a transformação das atividades do agricultor familiar, modificando, também, o espaço e o tempo no qual ele está inserido, sem prescindir das preocupações relativas ao desenvolvimento sustentável.

Quando o celular é utilizado como ferramenta potencializadora do desenvolvimento sustentável - por meio do conhecimento individual que pode se transformar em coletivo, na medida dos problemas e das necessidades de resolução destes pelos agricultores familiares - alguns impactos ao meio ambiente e à cultura local podem ser diminuídos. A influência da cultura urbana sobre a cultura local, subsumindo esta àquela; a redução do êxodo rural; as

intervenções físicas no meio ambiente são alguns dos choques que podem ser reduzidos quando da utilização do celular numa perspectiva sustentável.

Idealmente, com o celular, teríamos dois caminhos com fluxos próprios: extensão rural à distancia e rastreamento da atividade oferecida. No primeiro caminho -extensão rural – poderíamos recorrer às tecnologias da informação e comunicação disponíveis e já adotadas em várias instituições. Essas, quando bem implantadas, são capazes de reduzir os gastos com combustível e manutenção da frota veicular em uso; os gastos com material gráfico, energia e água. Além desses avanços, outros devem ser considerados: o ganho de qualidade na formação dos agentes transformadores sejam técnicos ou agricultores; a capacitação dos usuários para utilização das tecnologias da informação e a obrigatoriedade de formação nas atividades afins, o que implicará ganhos econômicos e produtividade nas ações propostas.

No segundo caminho - rastreamento da atividade ofertada - seguiremos as pegadas da inovação, a fim de colocar em prática as tecnologias propostas no repasse do conhecimento. E, por meio dessas tecnologias identificar a localização das atividades. Agindo assim, potencializaremos a concretização das possibilidades postas pelo celular: estaremos transformando o campo e, conseqüentemente, o homem do campo, tornando-o multiplicador e legitimador de conhecimentos, além de executor de ações que visam ao desenvolvimento sustentável com o

[...] envolvimento de múltiplas dimensões (sócio-econômicas-ambientais-científicas-tecnológicas-territoriais) e de inter-relações ativas dos atores envolvidos, com a finalidade de assegurar a sustentabilidade territorial, segundo as suas condições naturais e/u vocacionais (TENÓRIO, 2006, p. 13).

O desenvolvimento sustentável, orientado por discussões locais, é possível, embora exija alguns cuidados, que começam pela consciência da necessidade de explorar o meio ambiente, sem, contudo, esquecer das futuras gerações: elas precisarão explorar esse mesmo território, para garantir sua sobrevivência. A materialização dessa percepção se dá pelo aporte da comunicação, tendo como ferramentas as tecnologias da informação. Interação e interatividade são, nesse contexto, os fundamentos de um processo de comunicação “todos-todos”, que amplia os diálogos livres, iguais e fraternos. Por meio desse expediente, o conhecimento, além de ser uma construção dialógica, é socializado na forma de fluxo contínuo de informações, diretamente influenciada por emissores e receptores concomitantemente.

Logo, o desenvolvimento sustentável deve estar atrelado à gestão social, sinônimo de gestão participativa, cujos atores, envolvidos em uma rede, discutem dialogicamente seus projetos e definem seus objetivos comuns, conduzindo à convicções e soluções de problemas. O envolvimento dos atores na gestão social é uma prática cidadã: os envolvidos são co-responsáveis pelas ações, uma vez que são conscientes das suas necessidades e da importância do diálogo.

Os agricultores familiares estariam, portanto, insertos em um pluralismo de ideias e conceitos, que os tornariam sujeitos autônomos e co-autores da construção do bem-comum. A legitimidade dessas decisões locais deve ter origem nos processos de discussão, orientados pela premissa do pluralismo democrático. As decisões tomadas nesses processos devem orientar a implementação de políticas públicas. Busca-se, portanto, ações conjuntas, com a finalidade de desenvolver o local e o territorial, fazendo de suas relações específicas *modus operandi* de desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, as ações desenvolvimentistas devem estar atreladas a um conceito de cultura mais voltado para as questões ecologicamente corretas e inovadoras. Dentre essas a agrobiologia se desponta como um movimento em franca expansão para o desenvolvimento

endógeno. No Brasil, esse movimento já se constitui uma política estabelecida em nível formal, por meio do Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012, em resposta a uma demanda crescente do mercado consumidor. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) tem como objetivo:

[...] integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012).

A partir do Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012, foram formuladas e implementadas políticas públicas que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, como as políticas de financiamento voltadas à diversificação dos sistemas produtivos, com base na Agroecologia, como é o caso do Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar -PRONAF¹⁴ e da Política e Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, que significou uma ampliação de escala dos serviços de ATER, que na prática se orientam pelo enfoque técnico e metodológico de difusão de tecnologias aos agricultores familiares. No entanto, vale ressaltar as diversas iniciativas inovadoras, de organizações da sociedade civil e também de órgãos públicos, que se orientam pelo enfoque agroecológico e por abordagens metodológicas participativas baseadas nos conhecimentos sensíveis dos sujeitos do campo. Outras políticas, como o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vêm promovendo o aumento e a diversificação da produção rural, voltadas às necessidades concretas das populações, em contextos mais próprios dos aspectos socioculturais e ecológicos locais, que podem garantir autonomia, qualidade de vida, renda e segurança alimentar. Essas iniciativas são proposições da PNAPO, com vistas à institucionalização de uma cultura agroecológica efetiva.

Com a institucionalização da agrobiologia, enquanto política, essa pode ser um instrumento de transformação e desenvolvimento rural, com bases fundadas em segurança alimentar. Nesse vácuo, muitos agricultores já experienciam essa cultura, embora alheios a política estabelecida. Em Palmas/TO, por exemplo, pequenas propriedades trazem bons resultados agroecológicos, frutos de práticas oriundas do conhecimento sensível, herdado em meio às dificuldades na aquisição de insumos químicos. A essas práticas, ao longo dos tempos, foram agregados conhecimentos científicos, por meio de instituições voltadas à extensão e assistência técnica rural. A aplicação desses sistemas vem se constituindo mais que um sistema de produção em harmonia com a natureza, mas uma simbiose entre o agricultor e seu lugar. E dessa relação, práticas inovadoras vêm se estabelecendo, como a implementação de biodigestores, energia solar e novas formas de relacionamentos, no que tange o social e o econômico.

Mas, ainda há muito que fazer. É necessário trabalhar para melhorar estes sistemas e seus processos tecnológicos, tornando-os mais eficientes, gerando não apenas os benefícios ambientais conhecidos, mas também os econômicos. No âmbito familiar, em se tratando das

¹⁴ Linha de crédito para implantação dos sistemas de produção agroecológica ou orgânica, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

novas gerações, é preciso criar estratégias específicas e mais sedutoras no fomento à fixação dos jovens nos espaços rurais, considerando que esses sujeitos são elementos contíguos das políticas de equilíbrio ambiental e de produção econômica e socialmente viável sem desconsiderar os aspectos ambientais.

Nesse processo, as tecnologias da informação desempenham papel fundamental, uma vez que elas potencializam um desenvolvimento que seria lento sem a concorrência dessas tecnologias. Isso significa que desenvolver não implica necessariamente apoio tecnológico, mas que este imprime aceleração ao desenvolvimento. Sendo assim, o celular, em sua versão mais atual (sustentável) - carregável com energia solar e itens reaproveitáveis - disporia de funções capazes de promover a integração entre sujeitos, com vistas ao desenvolvimento do homem em todas as suas dimensões e do ambiente onde ele está inserido.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O pesquisador é um eterno viajante que está sempre conectado e conectando vários mundos culturais. Ao sair de casa e adentrar outras esferas da vida social, ele investe energia e a recebe na mesma proporção. Ele se modifica e modifica o mundo (DIÓGENES).

Inicialmente, consideramos a agricultura de um grupo social como conjunto de informação representacional, prática e valorativa que é transmitido pela socialização entre seus membros. O meio informacional-técnico-científico estaria formado, portanto, pelo conjunto de crenças, práticas e valores que são transmitidos entre os sujeitos locais. Esta pesquisa é um esforço de discussão dos mecanismos de comunicação voltados a potencializar a produção dos agricultores familiares, tendo em vista as políticas públicas e a participação cidadã no desenvolvimento local e regional, em um contexto de um novo rural sustentável.

A questão central da pesquisa é avaliar a contribuição do processo de comunicação rural na construção de práticas ambientalmente sustentáveis, com base em análise do modelo de comunicação rural no contexto da produção agrícola em Palmas, e Rio Cuarto. Tem como objetivos específicos: analisar a realidade da comunicação rural em Palmas e Rio Cuarto e construir proposta de participação sustentável, com o apoio de tecnologias da informação e de comunicação.

Para consecução dos nossos objetivos, a perspectiva metodológica recorrida contemplou o levantamento bibliográfico da produção científica nas áreas de extensão e comunicação rural, para identificar os pontos de confluência entre elas. Especificamente no que se refere ao uso das tecnologias contemporâneas, no processo de construção e socialização de conhecimentos, com vistas à formação de um sujeito crítico, ativo, consciente e engajado socialmente. O meio rural foi percebido como um “laboratório de observação”, no qual novos meios produtivos são incorporados a “novos processos sociais, novas socializações, novas questões em jogo” (PIRES, 2003, p. 67).

A metodologia adotada para esta pesquisa teve um caráter exploratório quantitativo, que nos permitiu uma análise da cotidianidade dos sujeitos envolvidos. Isso nos possibilitou um conhecimento mais específico do espaço vivido pelos atores da pesquisa, quanto aos seus problemas, cultura, valores e sentimentos. A proposta em trabalhar nessa frente foi por acreditarmos, segundo Sampieri et al (1991), que os estudos exploratórios

[...] se caracterizam por serem mais flexíveis em sua metodologia em comparação com os estudos descritivos ou explicativos, e são mais amplos e dispersos que estes dois últimos tipos (por exemplo, buscam observar tantas manifestações do fenômeno estudado quanto for possível) (p. 60).

A abordagem quantitativa permitiu uma leitura das causas, a partir dos pressupostos de medidas objetivas, onde foi testada a hipótese da pesquisa, por meio de dados estatísticos (GONSALVES, 2001). Essa perspectiva metodológica nos possibilitou eleger como objetos realidades empíricas múltiplas e uma temática específica para produzir conhecimento novo sobre o fenômeno considerado e contribuir com o debate teórico-acadêmico. Os pressupostos da pesquisa qualitativa nos possibilitaram dar razões, justificações, explicações, efetuar descrições e narrativas sobre o fenômeno pesquisado (MACEDO, 2006). Na fala de Bogdan e Biklen (1994), são as realidades múltiplas que interessam ao investigador qualitativo e não uma única realidade.

Nesta perspectiva, é necessário olhar de dentro, interagindo com o próprio objeto de estudo, tendo o investigador como partícipe da investigação. Essa abordagem fundamentou a crítica feita ao saber fragmentado e especializado, bem como a produção de novos conhecimentos. Além disso, potencializou uma série de leituras sobre o assunto da pesquisa e nos conduziu a diversas correlações, a partir das quais foi construído o ponto de vista do pesquisador.

Foi identificado e analisado o processo de comunicação estabelecido entre as instituições públicas e os agricultores familiares em Palmas e Rio Cuarto. O objetivo foi descobrir padrões, similaridades e diferenças existentes nos mecanismos de difusão das informações agrícolas sustentáveis nos dois grupos sociais. Particularmente, interessou pesquisar o uso das novas tecnologias aplicadas no processo de comunicação entre as instituições públicas e os agricultores familiares, para verificar a possibilidade de torná-los sujeitos críticos, ativos, conscientes e engajados socialmente.

No Brasil, coletamos dados, por amostragem, no Assentamento Coqueirinho em Palmas, por meio de entrevista; no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins e na TV Anhanguera, especificamente na produção do Programa Jornal do Campo - JC, aplicamos uma entrevista semiestruturada. Com esse tipo de entrevista, foi possível explorar mais amplamente as questões postas. As perguntas foram abertas e puderam ser respondidas dentro de uma conversa informal (LAKATOS; MARCONI, 1996). Na Argentina, no Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA (Unidade Rio Cuarto) e na Universidade Nacional de Rio Cuarto – UNRC, se optou também pelo mesmo procedimento. A proposta foi obter informações de pessoas e instituições ligadas ao processo de comunicação estabelecido com os agricultores familiares em Palmas e em Rio Cuarto, com vistas a obter informações de pessoas e instituições ligadas à inovação e ao desenvolvimento da agricultura familiar.

A coleta de dados ocorreu no período de fevereiro de 2010 a dezembro de 2011. Todo o processo da pesquisa foi realizado por meio do contato com os agricultores familiares, assessor de comunicação do Ruraltins, editora do Jornal do Campo da TV Anhanguera, pesquisadores da área de comunicação rural da UNRC e funcionários do INTA, sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa. A aplicação de entrevistas foi utilizada como recurso metodológico para a compreensão das atividades realizadas e das dificuldades encontradas no cotidiano dos agricultores familiares e das instituições ligadas ao desenvolvimento rural sustentável. A entrevista foi realizada somente aos agricultores familiares em Palmas, tendo em vista a restrição de recursos financeiros para a pesquisa e pouca disponibilidade de tempo na Argentina.

Dar voz aos sujeitos nos possibilitou a compreensão sobre as possibilidades desses estarem imersos em um mundo mediado pelos dispositivos tecnológicos de comunicação, numa perspectiva de apropriações múltiplas de informações e conseqüentemente de conhecimentos. A intenção foi:

[...] revelar as múltiplas “vozes” que compõem posicionamentos e perspectivas variadas sobre o tema estudado, desenvolver uma linguagem que revele as dimensões dos sujeitos envolvidos, inclusive a do pesquisador no próprio ato de escrever a sua pesquisa. Essas “vozes”, que podem ser apresentadas sozinhas, ponderadas e sempre entrelaçadas com a “voz” do pesquisador, também se cruzam e se multiplicam, formando uma rede de relações não-hierárquicas (COUTO, 2000, p.259).

Os diálogos, a participação em reuniões e as conversas informais constituíram, também, abordagens importantes na realização da pesquisa: foram elos de aproximação, construção e fortalecimento da relação entre pesquisador e pesquisado. O registro fotográfico,

por sua vez, feito no decorrer do trabalho de campo, foi usado para documentar o cotidiano dos agricultores familiares e ilustrar a apresentação dos resultados da pesquisa. Todos os procedimentos (Tabela 1) levaram em conta os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

Tabela 1: Resumo da metodologia aplicada em Palmas e Rio Cuarto.

Local/ Coleta de dados	Instituições e/ou grupo social	Natureza e critério de escolha para o processo da pesquisa
	Assentamento Coqueirinho	Unidade de produção agrícola. Foi escolhida por sua realidade periurbana, pela facilidade de acesso do pesquisador em função de experiência de pesquisa anteriormente realizada e pela cultura de agricultura familiar.
Palmas/TO	TV Anhanguera	Veículo de comunicação social, emissora da Organização Jaime Câmara, afiliada da Rede Globo de Televisão. Foi escolhida a partir do critério de assuntos noticioso-informativos voltados ao homem do campo em sua grade de programação. Leva ao ar, todos os dias, um quadro do Jornal do Campo, antes da apresentação do jornal “Bom Dia Tocantins” ¹⁵ , e, aos domingos, o programa “Jornal do Campo”, antes do programa “Pequenas empresas, grandes negócios”, promovido pelo SEBRAE.
	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS	Instituição governamental que cuida dos assuntos relacionados à produção agropecuária do Estado.
Rio Cuarto/CBA	Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA.	Agência governamental descentralizada com a autarquia operacional e financeira, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina. Tem como objetivo trabalhar a pesquisa, a inovação e extensão tecnológica em cadeias de valor, regiões e territórios para melhorar a competitividade e o desenvolvimento rural sustentável no país.
	Universidade Nacional de Rio Cuarto – UNRC	Instituição de ensino, pesquisa e extensão parceira da UFRRJ. Foi escolhida como fonte de pesquisa pela excelência nas discussões e estudos sobre as questões ligadas ao desenvolvimento rural, inclusive no que tange às questões da comunicação rural.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

A coleta de dados primários se deu da seguinte forma:

Em outubro de 2010, foi desenvolvida pesquisa de campo em Rio Cuarto sobre “a contribuição da comunicação rural para o desenvolvimento sustentável”. Os dados foram coletados por meio de observação direta e coleta de depoimentos (entrevista não estruturada).

¹⁵ Telejornal local, que vai ao ar todos os dias às 6h. e 15 min.

Foram coletados 05 (cinco) depoimentos, sendo dois com professores de Comunicação Social e Extensão Rural da UNRC (Gustavo Cimadevilla e Edgardo Carniglia); duas com profissionais do INTA (Claudia Sciencia e Ricardo Dominic Thornton). Além destes, realizamos uma entrevista semiestruturada com o professor e pesquisador Roberto Torrado Porto, da Universidad Nacional de La Pampa, em San Luiz – AR, que nos esclareceu quanto às práticas de comunicação rural e desenvolvimento sustentável na região de Rio Cuarto. Na ocasião, novamente com o Professor Gustavo Cimadevilla, realizamos um diagnóstico situacional dos meios de comunicação junto às editorias voltadas às atividades agrícolas de Rio Cuarto. Realizamos também, ainda no Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA, um levantamento bibliográfico, quanto às questões que envolvem comunicação rural e desenvolvimento sustentável na área agrícola argentina. Numa rádio local, participamos de um programa agrícola, produzido pela UNRC, na condição de observador das práticas discursivas e do processo de interação entre a emissora, entrevistado e ouvintes. O que percebemos foi anotado em diário de campo.

Em novembro de 2010, foi iniciada a pesquisa de campo, em Palmas, TO. Primeiro foi feita uma entrevista semiestruturada com o assessor de comunicação do Ruraltins e, em seguida, ouviu-se, por meio do mesmo modelo de entrevista, a editora do Programa Jornal do Campo da TV Anhanguera.

No início de dezembro trabalhando com uma amostra de 11% das unidades de produção familiares do Assentamento Coqueirinho, foram entrevistados 140 agricultores. Em julho de 2012, se consolidou o referencial teórico sobre a contribuição da comunicação rural para o desenvolvimento sustentável, bem como foi feita a tabulação dos dados obtidos na pesquisa de campo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Uma Análise da Realidade Comunicacional de Palmas, TO (Brasil) e Rio Cuarto, COR (Argentina)

Comunicação é [...] a co-participação dos sujeitos no ato de pensar [...] [ela] implica uma reciprocidade que não pode ser rompida [...] comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação do significado (Paulo Freire)

Este item tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de campo, analisando-os do ponto de vista da teoria em que nos apoiamos para realizar este estudo, exposta anteriormente. A pesquisa foi realizada em duas etapas: uma em Palmas e outra em Rio Cuarto. O tema está estruturado em três partes. Primeiramente é apresentada a caracterização do espaço rural de Palmas, para em seguida ter o mesmo procedimento em relação à Rio Cuarto. Finalizando faz-se uma análise das duas realidades pesquisadas.

4.1.1 Caracterização do espaço rural de Palmas

Palmas é a capital do estado do Tocantins. A área original do município, segundo o IBGE é de 2.467 km² - 246.714,81 hectares, conforme figura 3. Sua altitude é de 260 metros e tem como cidades limítrofes Tocantínia ao norte; Paraíso do Tocantins ao oeste; Aparecida do Rio Negro ao leste; e Porto Nacional ao sul. Sua população é de 242.070 habitantes, de acordo com o último censo demográfico do IBGE (2010). O mapa de ordenamento territorial de Palmas é apresentado na Figura 3.



Figura 3: Ordenamento Territorial de Palmas.

Fonte: Caderno de Divisão – Plano Diretor/ Palmas – 2002.

De acordo com o Censo agropecuário (2006), existem no município 937 estabelecimentos agropecuários com proprietários individuais e a questão fundiária legalizada, numa área de 36.529 hectares. As condições da agropecuária em Palmas são apresentadas a seguir na Tabela 2, demonstrando as condições legais dos agricultores e destacando uma grande quantidade de terra para uma baixa quantidade de proprietários.

Tabela 2: Condição legal do produtor: propriedades e áreas.

Condição legal do produtor	Prop.	Área
P1*- Proprietário individual - Número de estabelecimentos agropecuários	937	Unidades
P1*- Proprietário individual - Área dos estabelecimentos agropecuários	36.529	Hectares
P2* - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Número de estabelecimentos agropecuários.	9	Unidades
P2* - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Área dos estabelecimentos agropecuários.	633	Hectares
P3* - Cooperativa - Número de estabelecimentos agropecuários	3	Unidades
P3* - Cooperativa - Área dos estabelecimentos agropecuários	274	Hectares
P4* - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Número de estabelecimentos agropecuários	5	Unidades
P4* - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Área dos estabelecimentos agropecuários	635	Hectares
P5* - Instituição de utilidade pública - Número de estabelecimentos agropecuários	2	Unidades
P5* - Instituição de utilidade pública - Área dos estabelecimentos agropecuários	116	Hectares
P6* - Governo (federal, estadual ou municipal) - Número de estabelecimentos agropecuários.	1	Unidades
P6* - Governo (federal, estadual ou municipal) - Área dos estabelecimentos agropecuários.	7	Hectares
P7* - Outra condição - Número de estabelecimentos agropecuários	5	Unidades
P7* - Área dos estabelecimentos agropecuários	395	Hectares

Fonte: IBGE (2006).

Na Tabela 3, prosseguindo com a análise dos dados agropecuário do IBGE (2006) e considerando a condição legal do produtor, é mostrado o número de estabelecimentos agropecuários, com suas respectivas áreas, distribuídas por homens e mulheres, indicando uma hegemonia masculina nas propriedades existentes no município.

Tabela 3: Divisão dos estabelecimentos quanto ao gênero.

Número de estabelecimento por gênero	Prop.	Área
T1*- Total - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	911	Unidades
T1* - Total - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	37.354	Hectares
T2* - Total - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	51	Unidades
T2* - Total - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	1.234	Hectares
T3* - Proprietário - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	858	Unidades
T3* - Proprietário - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	35.959	Hectares
T4* - Proprietário - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	44	Unidades
T4* - Proprietário - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	1.123	Hectares

Fonte: IBGE (2006).

No Tabela 4, é apresentada a situação das propriedades nas quais se encontram os assentados. Podemos observar que a questão fundiária destes está por ser resolvida.

Tabela 4: Número de assentados sem titulação definitiva em Palmas, TO (Brasil).

Situação fundiária por gênero	Propriedades	Área
M1*- Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	46	Unidades
M1*- Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	975	Hectares
M2*- Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	7	Unidades
M2*- Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	111	Hectares

Fonte: IBGE (2006).

Na Tabela5, são apresentados os números relativos à posse da terra no município de Palmas, verifica-se que poucas são as propriedades utilizadas por terceiros, isso implica que, os proprietários estão fazendo uso da terra.

Tabela 5: Relação proprietários/propriedades em Palmas, TO (Brasil).

Tipo de posse da terra	Número de estabelecimentos	Área (ha)
Arrendatário	4	177
Parceiro	1	não foi informada
Ocupante	2	não foi informada

Fonte: IBGE (2006).

Na agricultura, praticada em Palmas, a maior área de cultivo é ocupada pelas lavouras temporárias – ciclo curto - devido às sazonalidades climáticas. Isto implica em que somente nos períodos do ano, que compreendem de novembro a abril, é possível o cultivo da terra pelos agricultores, dada as suas parcas condições financeiras e de investimentos. Nos demais

meses, pela ausência de chuva, os proprietários colhem e preparam a terra para novos plantios. O preparo do solo tem como objetivo favorecer o desenvolvimento da cultura, melhorando a capacidade de absorção e retenção de água, a atividade biológica e aeração do solo. Os sistemas de preparos utilizados em Palmas são o cultivo convencional, o preparo reduzido e o plantio direto - melhor utilizado quando se tem patrulha mecanizada e pessoal melhor qualificado na propriedade.

Há ainda a cultura de forrageiras para incorporação de matéria orgânica ao solo e também como fonte de alimentação para os animais. A prática de plantio de forrageiras é pequena, uma vez que o agricultor não vê nesta cultura possibilidade de lucro. Por isso, não investe nela. Outro cultivo que aparece na pesquisa é o das flores tropicais. Essas flores têm maior durabilidade, tanto antes quanto após a colheita, o que as torna uma atividade pouco dispendiosa. Isso permite ao produtor concentrar-se em outros cultivos. De acordo com os dados do IBGE (2006), a cultura que mais sobressai em Palmas é a do milho, com 2.156 toneladas/safra, plantados em 193 propriedades rurais, seguido pela soja com 357 toneladas, em quatro propriedades. Em seguida aparece a mandioca, como espécie mais cultivada, acompanhada do feijão, da cana-de-açúcar e da banana.

Outra característica do município de Palmas são as hortas urbanas. A agricultura urbana em Palmas se faz por meio do programa Horta Comunitária, implantado em março de 1992, numa parceria entre a Prefeitura de Palmas e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins. O objetivo do programa é melhorar a alimentação de famílias carentes, distribuir renda, funcionar como terapia e socializar os beneficiários. Desde a implantação do programa a prefeitura de Palmas construiu 22 hortas comunitárias, tendo cada uma a área de 1 hectare. A proposta é atender 50 famílias por horta, cadastradas e indiretamente beneficiar 240 pessoas nesta atividade. Porém só a metade dessas hortas encontra-se em funcionamento e em todas elas de forma precária. Segundo informações da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Palmas e da Assessoria de Comunicação do Ruraltins, bem como das informações colhidas *in loco*, se constatou que as metas propostas inicialmente pelo programa não foram atingidas, visto não haver interesse em completar este quadro, considerando seus rendimentos insuficientes no auxílio da renda familiar.

A proposta do programa era tomar as hortas comunitárias fonte de renda, além de forma de lazer e interação entre as pessoas que participam desta atividade, dando qualidade de vida, agregando saúde aos membros da comunidade, uma das preocupações de sua criação. Nas hortas implantadas cultivados alface, cebolinha, coentro, salsa, couve, mostarda, rúcula, cenoura, pimenta de cheiro, pepino, abóbora, tomate, jiló, brócolis, maxixe e rabanete. Por meio delas os beneficiários enriquecem a alimentação, auxiliam na renda familiar, exercitam a terapia ocupacional, além de estarem num ambiente de socialização. São fornecidos pela prefeitura, periodicamente, kits contendo sementes, adubos, calcário e ferramentas para os permissionários das hortas comunitárias das quadras, onde as hortas se instalam. A entrega dos kits faz parte do programa de revitalização das hortas realizada anualmente. O trabalho de revitalização envolve continuamente recadastramento dos permissionários, buscando manter o benefício àquelas famílias que realmente se enquadram nos critérios do projeto.

Nas hortas em funcionamento, pelo menos uma vez por mês, é feita orientação técnica às famílias, para que os beneficiários tenham um produto de qualidade, para o seu consumo pessoal, ou ainda para comercializá-las, realizando assim o acréscimo na renda familiar. As hortas desempenham papel social de promover a interação entre os moradores e também constituem como renda extra para as famílias, por isso é uma ação de grande relevância. A implantação de poços semi-artesianos é uma necessidade, pelo fato da sazonalidade climática: época de chuvas e período de estiagem. Para as hortas comunitárias, a medida possibilita que as famílias tenham água para produzir o ano inteiro e, em longo prazo, distribuindo renda para

os participantes. Uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal da Agricultura apontou que nenhuma das famílias atendidas obtém menos de um salário mínimo com a atividade.

Além disso, trabalhar nas hortas funciona também como eficiente alternativa de terapia ocupacional para pessoas com idade além da aposentadoria. Quando implantaram as hortas comunitárias em Palmas, o tempo era outro, as necessidades também. Hoje, 20 anos depois da implantação do programa, fazem-se necessárias políticas de promoção e inserção de mais famílias no programa, com uma atuação que rompe com o processo assistencialista promovida pelo poder público: prefeitura paga água, fornece insumos necessários para a produção nas hortas. Não há retorno, nem da limpeza do local. Tudo é subsidiado pelo poder municipal. É necessária uma contrapartida por quem explora o espaço que é público. Parte da produção teria que ir para a escola próxima da horta, a limpeza tem que ser frequente por quem utiliza o espaço. A parte interna ou externa precisa ser fiscalizada para que a finalidade para qual ela foi criada seja mantida, por longo prazo.

Quanto à utilização de pastagens nas áreas do município, foi observado que as pastagens naturais ocupam a maior área das propriedades, juntamente com as pastagens plantadas e em boas condições. Já as pastagens degradadas, mesmo que em menor quantidade, ainda ocupam algumas áreas e propriedades. As áreas de preservação e outros espaços integrantes do território agropecuário e especialmente protegidos como de interesse ambiental para o município são divididas em: reserva legal, áreas de preservação permanente e sistemas agroflorestais. Sendo que o território destinado a reserva legal é o maior em tamanho, comparado com os demais.

Existe no município propriedades que praticam os chamados sistemas mistos produtivos, como solução tecnológica para atender critérios de sustentabilidade. Os benefícios econômicos potenciais desses sistemas refletem diminuição do custo, em razão da produção de múltiplos produtos e nos efeitos de redução de risco de degradação ambiental pela diversificação da produção. Mas, isso ainda não é uma cultura plenamente estabelecida.

Foi observado que embora os agricultores tenham sinalizado o interesse em manter as áreas produzindo com sustentabilidade, vários fatores contribuem para torná-las improdutivas. São elas: erosão, desertificação, salinização, pedreiras, areais e pântanos, além da falta de conhecimento dos agricultores em relação às questões de desenvolvimento sustentável. Mas o conhecimento destas questões e de seus impactos no tempo agrícola já são sinais positivos e fundamentais na abertura de caminhos científicos e inovadores para minimizá-los.

O rebanho bovino alavanca o setor pecuário, com mais de 20.793 cabeças. A produção de suínos se seguida com 5.069 cabeças. A criação de equinos, em Palmas, é de 752 cabeças e a produção de galinhas domina o setor com mais de 40.000 cabeças. Palmas vem registrando, nos últimos anos (IBGE, 2006), aumento significativo e crescente do setor pecuário, isso implica em riscos de degradação ambiental que já dá sinais visíveis no seu entorno.

4.1.2 Os participantes da pesquisa em Palmas

Os participantes da pesquisa foram escolhidos entre os agricultores familiares do Assentamento Coqueirinho, no município de Palmas e foram ouvidos, ainda, o assessor de comunicação do Ruraltins e a editora do Programa Jornal do Campo, da TV Anhanguera. Os instrumentos utilizados na investigação foram entrevistas semi-estruturadas. Quanto ao Assentamento Coqueirinho, os dados resultaram de uma pesquisa de campo, propostas e respondidas pelos entrevistados, sobre o cotidiano do assentamento, composto por 173 propriedades. No dia da aplicação da entrevista, 33 propriedades se encontravam fechadas e

aparentemente sem produção¹⁶. Esta etapa da pesquisa foi realizada por meio de um estudo exploratório, com vistas a conhecer a realidade dos sujeitos do Assentamento Coqueirinho.

Do universo de 140 propriedades, trabalhamos com uma amostra de 11%, com base nos seguintes critérios: características estruturais e produtivas das propriedades, nível de escolaridade, faixa etária dos atores, meios de transporte, comunicação utilizados por esses atores, e suas relações com o Ruraltins. As propriedades selecionadas para a pesquisa diferiam-se das demais porque dispunham de uma infraestrutura básica. Nessa estrutura, encontrava-se água, energia e telefone móvel, o que facilita a permanência dos agricultores familiares em suas propriedades e potencializa a produção agropecuária, nelas desenvolvida.

Quanto aos meios de comunicação de que dispunham os agricultores familiares selecionados para esta pesquisa, o destaque foi a presença de meios de comunicação de massa (rádio e televisão) e a utilização da telefonia móvel. No que se refere à relação com o Ruraltins, o que distingue as propriedades selecionadas é a relação dos agricultores familiares com esse órgão governamental, que fornece informações para fomentar a produção agropecuária no município.

4.1.3 Assentamento Coqueirinho

Criado em 1993, a 7 km do Plano Diretor de Palmas, na microbacia do córrego Taquaruçu, o assentamento Coqueirinho surgiu da compra da fazenda Coqueirinho, pelo governo estadual. O processo de ocupação obedeceu a uma dinâmica, por meio da qual foram distribuídas 173 chácaras com tamanho definido em 1 (um) alqueire, equivalente a 4,84 ha. Nessas glebas, assentaram-se as famílias cadastradas. Deu-se início, assim, ao primeiro assentamento rural nas proximidades de Palmas. O mapa abaixo mostra as divisões das parcelas de lotes no Assentamento Coqueirinho.



Figura 4: Parcelamento do Assentamento Coqueirinho, Palmas/TO.
Fonte: ITERTINS (2007).

¹⁶ Aparentemente, uma vez que não tínhamos autorização para entrar nas propriedades em questão. Essa leitura de não produção foi feita de forma superficial, levando em consideração o aspecto aparente/visível.

Na divisão das parcelas, o Instituto de Terras do Tocantins - Itertins, além de mapear, abriu ruas no assentamento, facilitando assim o trânsito dos agricultores familiares como também o relacionamento entre os novos vizinhos. As famílias foram assentadas num prazo de 120 dias e, nos primeiros dias, o governo levou água e comida aos agricultores familiares, mas, passado esse período, as ações assistencialistas do governo do estado foram interrompidas. Quanto à questão moradia, o modelo utilizado no Assentamento Coqueirinho está representado na Figura 5.

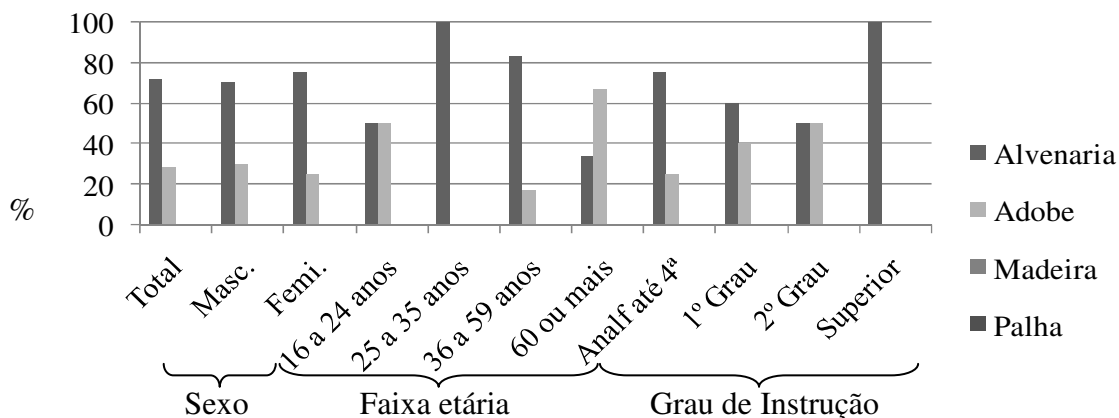


Figura 5: Material utilizado na construção de moradias no Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15. Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

As formas da construção, as quais os agricultores familiares se propuseram a fazer não obedeciam a critérios rígidos de engenharia, mas percebe-se nos tipos de construção a vontade desses sujeitos de permanecer no local. Para isso se desdobraram na compra de material mais consistente que comprovasse durabilidade na constituição de um novo modo de vida no lugar. Houve aqueles que, não dispoendo de fundos financeiros para fazer moradias melhores se valeram da que tinham: sua própria capacidade de construir. Desmataram e, com a madeira cortada, com as palhas retiradas dos coqueiros, abundantes na região, ergueram moradias de palha, madeira ou misturavam capim ao barro, fazendo tijolos artesanais, não queimados e, muito rapidamente, demarcaram suas novas propriedades com uma sede provisória. Outros, bem mais abastados, que adquiriram as propriedades dos primeiros assentados, construíram casas melhores para morar ou passar finais de semana, situações ilustradas na Figura 6.



Figura 6: Modelo de moradias no Assentamento Coqueirinho. Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Para que o assentamento fosse implementado de forma efetiva, sem dependência direta da esfera governamental, foram criadas duas associações: a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Coqueirinho – APALCO - e a Associação dos Criadores de Cabras – ASCABRAS, que atuaram com o objetivo de manter os agricultores familiares mais unidos em busca de estabilidade funcional e oferecer produtos agrícolas para o comércio local, mostrando que é mais fácil se desenvolver dentro do associativismo, revelado na quantidade de associados apresentados na Figura 7.

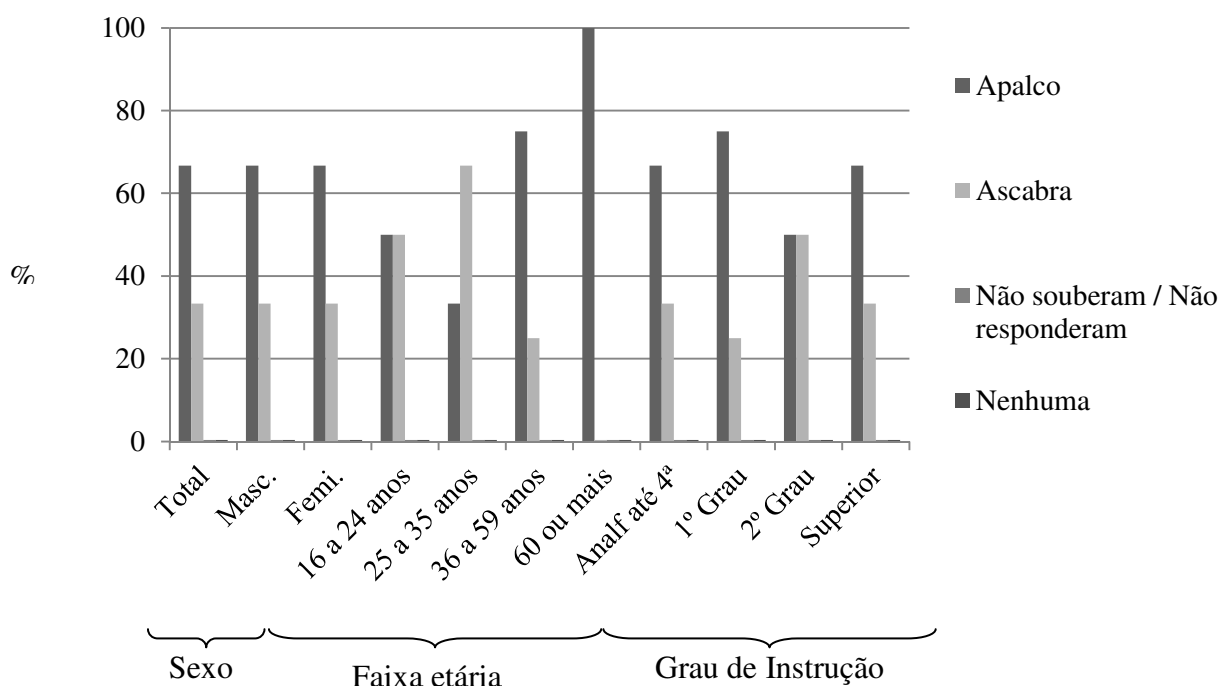


Figura 7: Número de associados divididos por associação, segundo os entrevistados (15 pessoas).

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Com maior escala no momento da compra, as associações conseguem melhores preços junto aos fornecedores e melhores prazos de pagamento, já que o volume negociado é maior. O associativismo levou à construção do laticínio, administrado pela Ascabras (Figura 8).



Figura 8: Sede do laticínio pertencente à ASCABRAS.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

No assentamento desenvolve-se ainda a ovinocaprino cultura por intermédio de quatro apriscos. Os aspectos sociais e mercadológicos desta atividade são favoráveis àqueles que acreditam neste potencial, distribuindo trabalho, renda e oportunidade de novos negócios. Essa prática se justifica, por se tratar de uma opção viável por ser uma atividade que não exige do assentado altos investimentos em infraestrutura e na aquisição de animais.

A Associação dos Criadores de Cabras do Assentamento Coqueirinho beneficia diretamente a população assentada, levando-se em consideração não apenas os criadores, mas também a cidade de Palmas que recebe produtos derivados da dessa atividade. As feiras locais ampliam os benefícios aos criadores pela oportunidade de negócio oferecida. A exploração de caprinos e ovinos representa uma atividade de elevada importância socioeconômica para o Coqueirinho. A carne e o leite representam uma alternativa rentável ao agricultor familiar. Atualmente, o mercado de carne e derivados da cadeia da ovinocaprino cultura é constituído de compradores que dão bom retorno financeiro para aqueles produtores organizados, cuja atividade rural, por se tratar de ruminantes de médio porte, se adaptam bem aos módulos rurais da agricultura familiar, conforme Figura 9.



Figura 9: Manejo de ovelhas e cabras pelo agricultor familiar.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

A criação de outros animais encontra-se restrita ao tamanho das propriedades, onde tal atividade se desenvolve. A bovinocultura, pouco expressiva em relação a postos de trabalho e área de pastagens, encontra-se estacionada nos mesmos números e é encontrada nas mesmas propriedades, considerando não ter havido expansão ou retração da atividade até o ano do estudo.



Figura 10: Área restrita para criação de gado no Assentamento Coqueirinho.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Também têm importância para as famílias a criação de outros animais como galinhas, patos, coelhos e codornas e outros, uma vez que cada família possui quintais em seus domicílios. Esse tipo de atividade tornar-se bastante presente no assentamento. Tal atividade, com destaque para a criação de galinhas, é dirigida principalmente ao consumo familiar. A Figura 11 apresenta um criatório dessas aves, comum às residências dos agricultores familiares.



Figura 11: Criatório de aves em regime fechado.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

A suinocultura no assentamento não é competitiva: metade dos agricultores familiares possui de um a dez animais confinados, conforme revela na Figura 12.

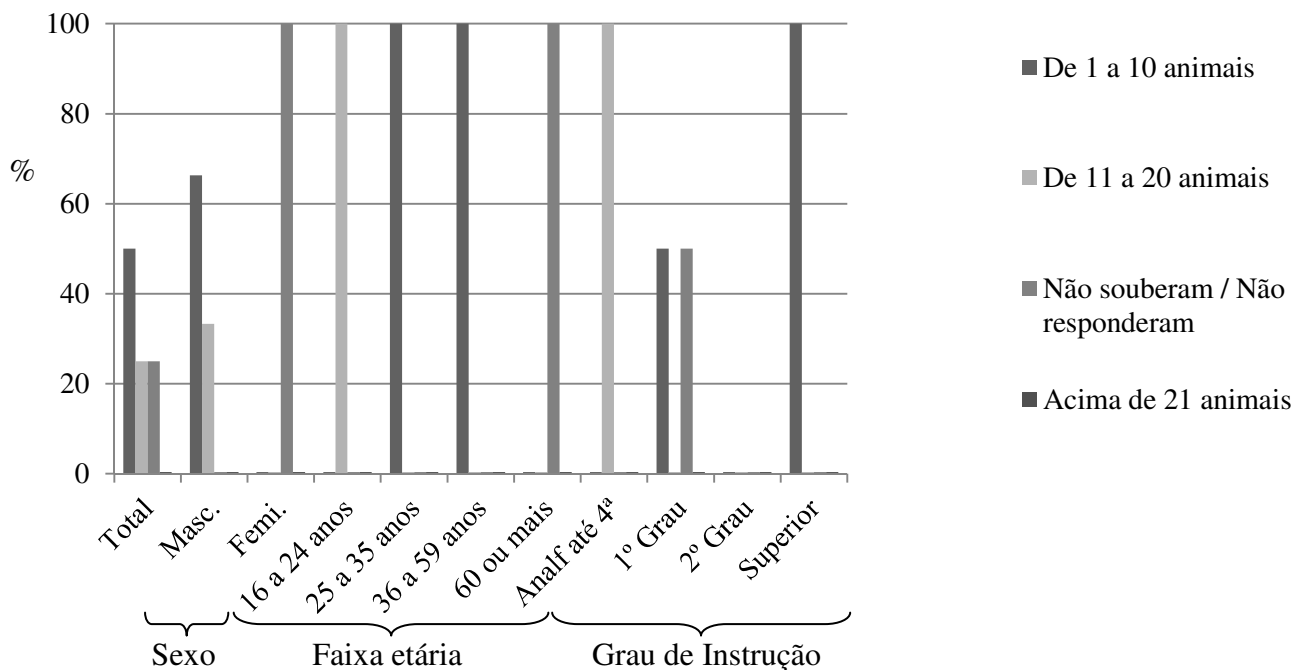


Figura 12: Números da suinocultura existente no Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Outro fato que chama a atenção: o mercado da carne está concentrado nas feiras livres, nos açougues e em alguns comércios da cidade. Ainda não foram incorporadas ao processo produtivo novas tecnologias em instalações, equipamentos e manejo, nem melhoria genética dos animais, do nível sanitário e da qualidade da carne e derivados. Na formação da fonte de renda de origem animal, a suinocultura é a segunda atividade do Coqueirinho: além dos 50% dos criadores citados anteriormente, ainda conta com 25% de criadores que possuem entre 11 a 20 cabeças e 25% que cedem a propriedade a terceiros, com o objetivo de criar acima de 20 animais, conforme Figura 13.

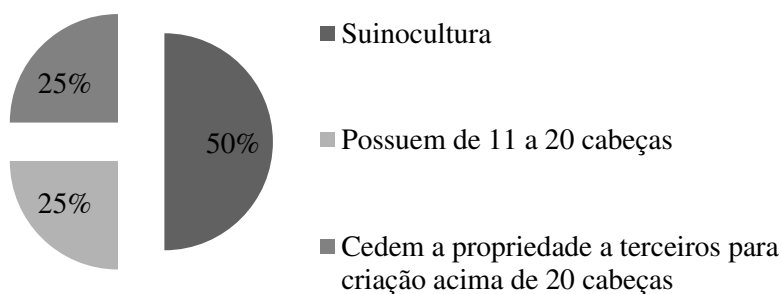


Figura 13: Percentual de propriedades com criação de suínos.

Total de pessoas entrevistadas – 15.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

No Assentamento Coqueirinho, outro produto agrícola de grande importância para a agricultura familiar é a mandioca. Cultivar essa raiz nas terras do Coqueirinho (figura 14) não significa apenas estabelecer um dos pilares da agricultura das unidades de produção nesse assentamento, mas também uma forma de expressão e inserção social de famílias que buscam na terra o fortalecimento de sua identidade e a melhoria de suas condições de vida.



Figura 14: Área de cultivo da mandioca no Assentamento Coqueirinho.

Total de pessoas entrevistadas – 15.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Nessa teia de relações, a tradição da cultura e beneficiamento da mandioca estabelece as bases para o trabalho de organização social e econômica desse território. E apesar de todas

as dificuldades que esses agricultores enfrentam, sobretudo, no comércio da produção, a atividade permanece no assentamento, como revelam o sonho e a esperança de D. Sebastiana¹⁷ (2010) de que esse lugar seja o berço que acolherá toda a sua família: “Se o que nós plantamos aqui fosse vendido por um preço justo, nenhum dos meus três filhos ou qualquer outra pessoa da comunidade ia precisar sair daqui para procurar trabalho em outro lugar”.

Mas, na atualidade, muita coisa vem mudando e a mandioca não serve apenas para fazer farinha, beiju, tapioca, bolo e pé-de-moleque. Agora os produtores vendem diretamente nas feiras e mercados, onde rende algum dinheiro para complementar a renda das propriedades daqueles que plantam mandioca, com a margem de lucro ficando com os próprios agricultores: a área de cada uma das propriedades, onde é cultivada a mandioca, divide-se nas seguintes porcentagens: 55,56 % possuem menos de 1 hectare da plantação, 22,22 % mais de 2 hectares e 11,11 % entre 1 e 2 hectares. Os quantitativos dessa produção nos são apresentados pela Figura 15.

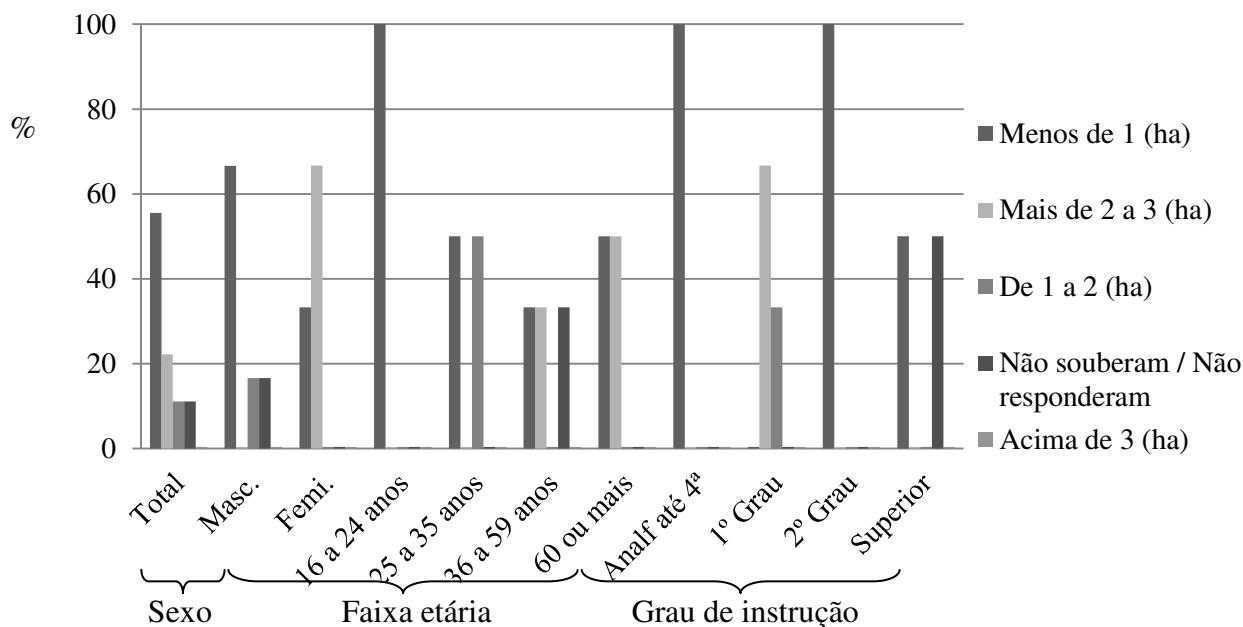


Figura 15: Área da propriedade utilizada na cultura da mandioca.

Total de pessoas entrevistadas – 15.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Quanto à produção de hortaliças, percebemos que a área plantada tem como característica a diversidade de cultivares. Para os agricultores a produção de hortaliças tem como objetivo a comercialização junto ao público urbano de Palmas através de feiras, supermercados, e nas próprias unidades de produção. Complementarmente as hortaliças produzidas contribuem para a segurança alimentar das famílias agricultoras, diversificando o consumo alimentar destas.

¹⁷ Em comunicação oral no momento da entrevista.



Figura 16: Tratos culturais no manejo de hortaliças.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Dentre as diferentes lavouras cultivadas, o milho é, sem dúvida alguma, um alimento importante na vida dos agricultores familiares, pois, além de servir para alimentar os animais das propriedades, serve também para consumo doméstico. Verifica-se, no Assentamento Coqueirinho que o hábito de cultivo do milho é bem característico (Figura 17), podendo ser verificado na Figura 18 que 66,6% dos entrevistados relataram cultivar essa lavoura (33,3% menos de um hectare, 22,2% de um a dois hectares, e 11,1% mais de dois hectares).

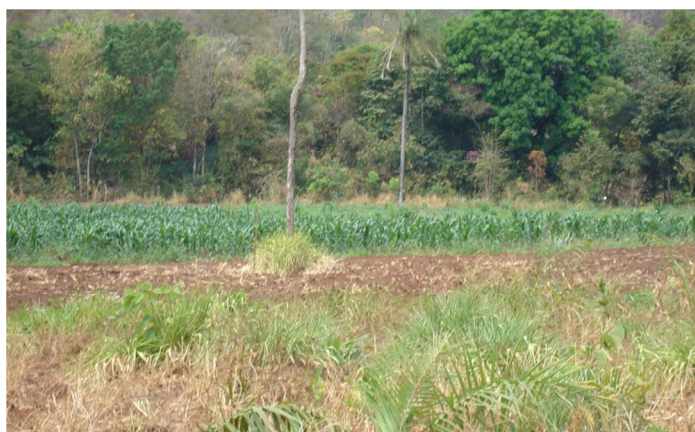


Figura 17: Plantio de milho para subsistência.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Ao ser questionado sobre o estado da agricultura familiar no Assentamento Coqueirinho, o Sr. João¹⁸ informou que ela *não está nada boa*, porque as pessoas não recebem ajuda necessária o que se soma ao preço elevado dos insumos e à carência de posses dos agricultores. Entre as dificuldades que encontra, ao cultivar o milho, o agricultor destaca três questões: a dificuldade no cultivo; a idade avançada e a evasão da mão de obra jovem. Sobre os subsídios recebidos para incrementar a produção, ele informa que “[...] *é pouco dinheiro e não dá para ajudar muito*”.

¹⁸ Em comunicação oral, no momento da entrevista.

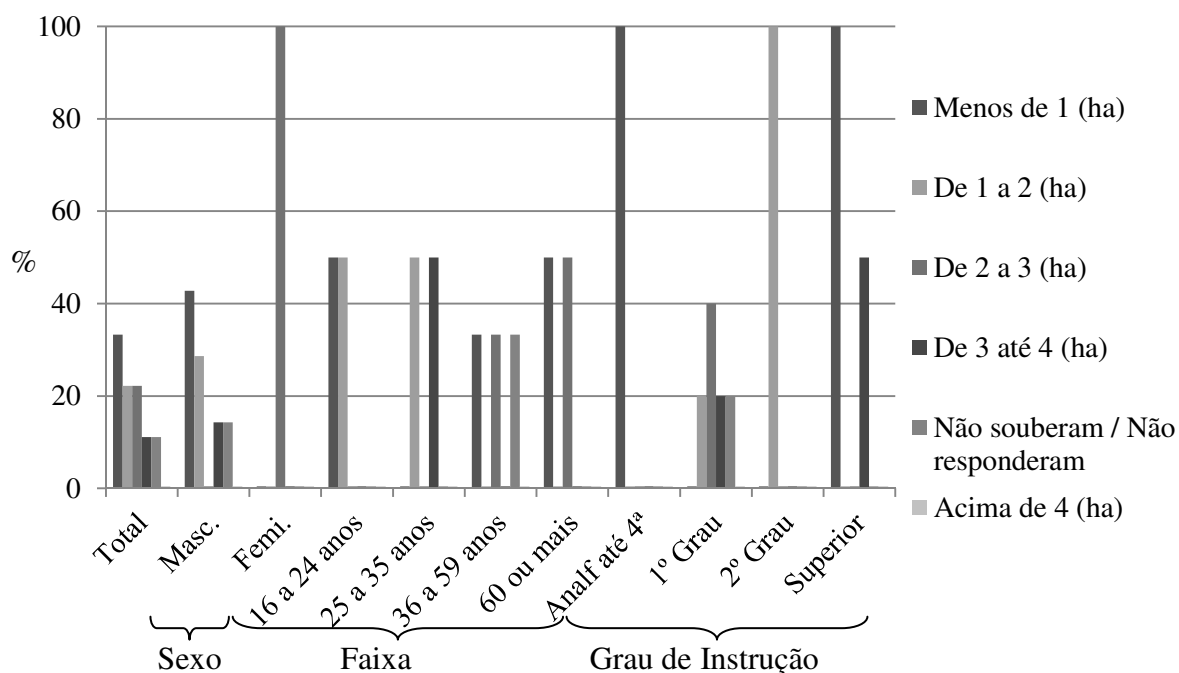


Figura 18: Área ocupada com o plantio do milho. Total de pessoas entrevistadas – 15.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

A conservação do solo está relacionada às práticas culturais e mecânicas utilizadas no Assentamento Coqueirinho. As práticas culturais constituídas pelo preparo e cultivo adequado do solo, como rotação de culturas, adubação verde, plantio direto, cordões vegetais, por serem mais simples e de baixo custo, são as mais utilizadas pelos assentados. As práticas mecânicas que demandam maior investimento financeiro, pois envolvem obras de engenharia e movimentação de terra, como terraceamento, canais de irrigação, são realizadas quando estritamente necessária, em virtude da ampliação das áreas de cultivo, processos erosivos, declividade da área.

No Assentamento Coqueirinho, cerca de 57,14 % dos agricultores familiares utilizam máquinas em suas práticas agrícolas, como roçadeiras, trituradores e tratores. Esses equipamentos são, por vezes, cedidos pelas instituições públicas. Outras formas de práticas agrícolas também são registradas: curva de nível – 28,57%; plantio direto – 28,57%; calagem – 14,29%; outras – 14,29%; rotação de cultura – 14,29%, e roça de toco 7,14%. A Figura 19 expõe estes quantitativos.



Figura 19: Percentual das práticas de conservação de solo utilizadas no Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Com a visibilidade do espaço criado, o governo passou a direcionar algumas ações para a localidade, melhorando a rede viária vicinal, instalando a telefonia fixa em locais estratégicos, *containers* para depósito de lixo e posterior coleta, e uma rede de informações técnicas. Conforme 57,14 % dos entrevistados, as vias vicinais do Coqueirinho estão transitáveis. Para 21,43%, no entanto, as vias servem às suas propriedades estão sendo mantidas em bom estado de conservação. A mesma porcentagem informou que as estradas que servem às suas propriedades estão mal conservadas. A Figura 20 revela as opiniões elencadas acima.

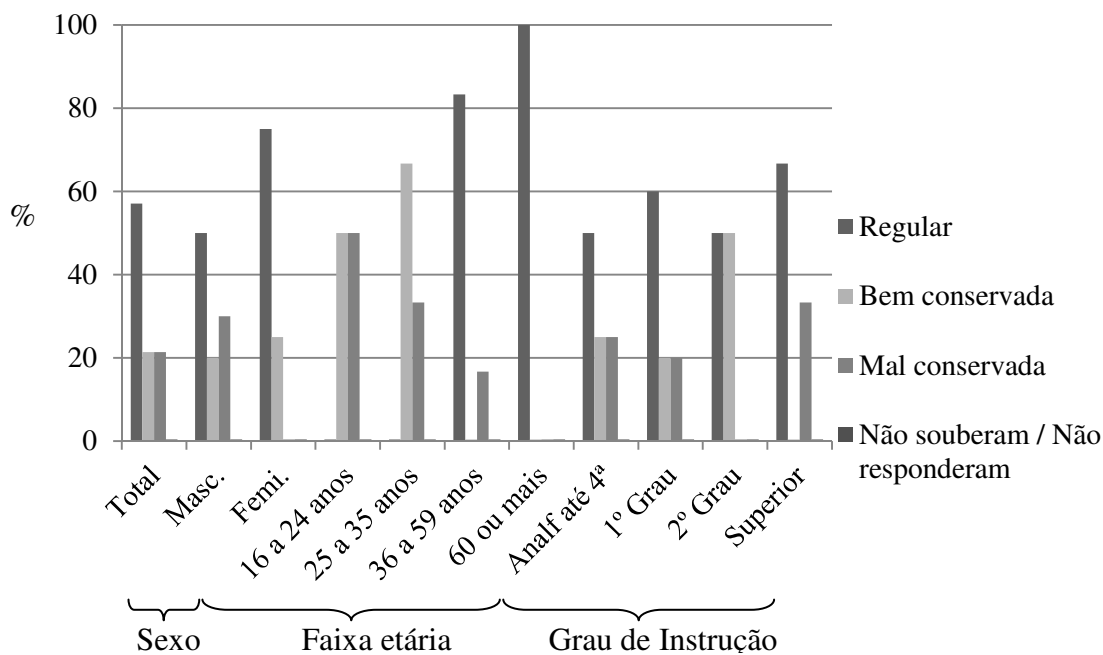


Figura 20: Situação das estradas que dão acesso às propriedades do Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Segundo os entrevistados, a grande maioria das vias está em condições de tráfego, exceto alguns pontos isolados, porém nada que cause transtornos aos moradores da área rural. A necessidade da população assentada de se locomover permanentemente à cidade faz com que estas vias se mantenham em boas condições de uso. A Agência de Estrutura Viária de Palmas - Agesp, responsável pelo serviço de conservação de estradas rurais, realiza trabalhos preventivos de manutenção da qualidade dessas vias, razão pela qual, apesar do prolongado período de chuvas, as estradas estão em condições razoáveis. Porém, existem problemas a serem solucionados nas estradas, pois, embora a maioria da população do assentamento esteja satisfeita com o trabalho realizado pela AGESP, pelo fato de serem estradas sem pavimentação, no período chuvoso os problemas se repetem, levando a reclamações pela erosão, falta de acesso em algum local estratégico e os buracos.

A coleta de lixo no assentamento, sem dia fixo, se reduz a três *containers*, colocados em pontos estratégicos e utilizados por 7,14% dos assentados. Dos entrevistados, 50% queimam o lixo; 7,14% jogam-no em qualquer lugar; 14,29 % levam-no para cidade e colocam-no nas lixeiras urbanas e 7,14% enterram-no, conforme Figura 21.

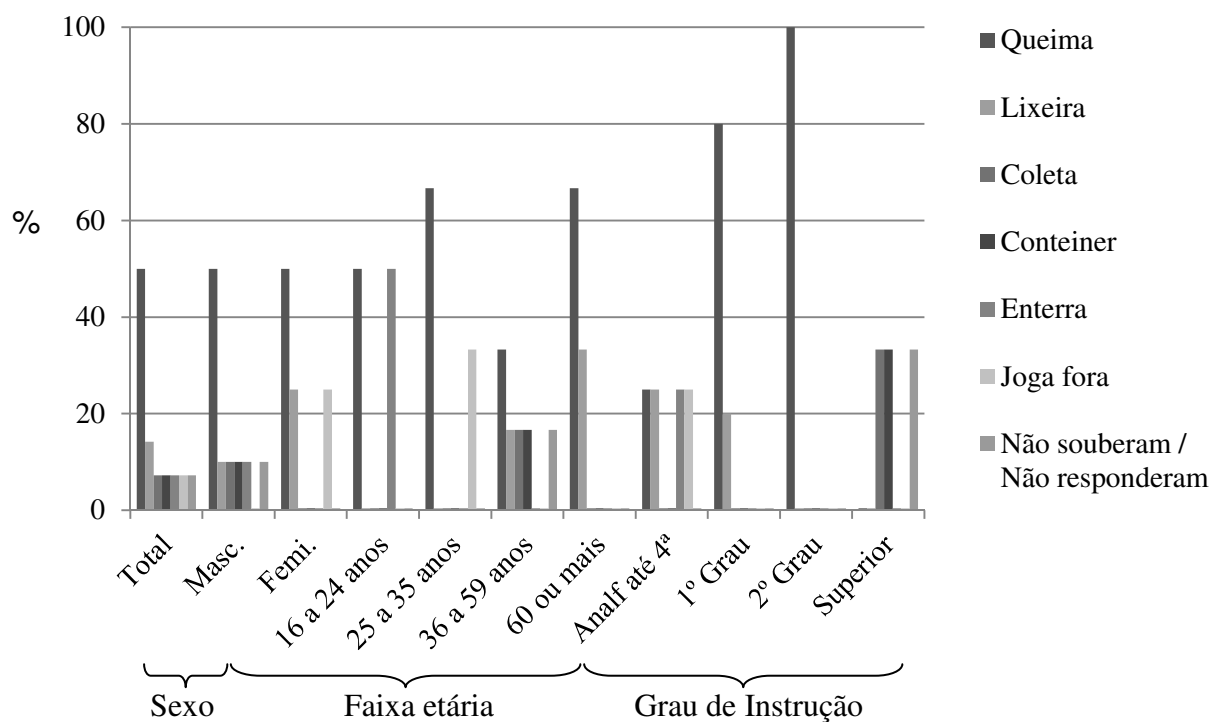


Figura 21: Destinação do lixo no Assentamento Coqueirinho.

Total de pessoas entrevistadas – 15.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Da mesma forma, ficou claro que o lixo é um grande problema para a comunidade. A mesma apresenta divergências quanto à solução desse problema, agravado, sobremaneira, pela falta de informação, que compromete sustentabilidade local. A sustentabilidade local é outro aspecto a ser salientado, uma vez que segundo as análises feitas anteriormente, embora existapreocupação com o destino do lixo, a manutenção das estradas, o armazenamento de água e os cuidados com o solo, os agricultores da localidade ainda, em sua maioria, não têm conhecimento para resolver os problemas. Lidam com essas questões com base no senso comum.

Todos os elementos apresentados neste item configuram a situação atual do Assentamento Coqueirinho, que pode ser compreendido como um espaço em transição entre o rural tradicional e o novo rural. Esse cenário nos impõe a perceber que as instituições, em sua grande maioria, estão ausentes naquela realidade e um novo processo comunicacional se faz urgente entre instituições de assistência técnica e extensão rural, como o Ruraltins, e os agricultores familiares.

4.1.4 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins

No Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins, a partir da análise da Lei Estadual nº 20, de 21 de abril de 1989, que estabeleceu e definiu os objetivos do Instituto e de entrevista com o Assessor de Comunicação do Ruraltins foi possível caracterizar o processo de comunicação entre esse órgão e os agricultores familiares. De acordo com o assessor,

O Ruraltins é um órgão oficial do estado, responsável pela assistência técnica e extensão rural junto aos produtores rurais, em especial aos

agricultores familiares. Entre seus objetivos, promove [...] ações que contribuem para o desenvolvimento social, produtivo e ambiental de forma participativa [...], bem como [...] contribui para o desenvolvimento rural sustentável [...]. O resultado que esses objetivos asseguram pode ser exemplificado pela [...] melhoria da qualidade de vida da sociedade rural tocantinense.

Ainda de acordo com esse assessor, o trabalho de extensão do Ruraltins é feito por intermédio da atuação dos agentes de mudança,

[...] incluindo o público alvo em políticas públicas do governo federal e estadual. Quanto às ações, o entrevistado informa que [...] são executadas após agricultores e técnicos discutirem [...] as principais demandas e suas prioridades. Além dessas informações, o assessor garante que existe no órgão um planejamento de forma participativa [...]. Isso significa que o Plano de Trabalho – PT - de cada escritório serve como uma “Bíblia” a ser seguida pelos técnicos de campo.

A assessoria de comunicação – Ascom -, ainda em conformidade com o titular dessa pasta, trabalha orientada por uma metodologia de comunicação que inclui “[...] um planejamento anual que visa dar visibilidade às ações do órgão, [...] e apoia [...] os extensionistas e agricultores em todo estado [...]”. Documentários, cartilhas, entre outros meios, são ferramentas de comunicação de que se serve esse órgão na relação com os agricultores familiares e na busca de parceria com órgãos afins. Essa metodologia proporciona trabalhar “[...] de forma participativa com os extensionistas, visando à eficácia e a melhoria da comunicação interna e externa [...]”.

Além disso, promove parcerias institucionais para divulgar programas, projetos, ações e eventos; envia, diariamente, *releases* e matérias aos meios de comunicação (locais e nacionais); divulga ações por meio de entrevistas nas Tvs, rádios e jornais de circulação estadual e as insere em sites governamentais; identifica, pelo grau de importância definido pela direção, a realidade regional, tendo em vista a estrutura física, os equipamentos e o volume de trabalho, bem como as necessidades de cada região/ áreas.

Ainda de acordo com o assessor, há também uma aproximação com os extensionistas, a fim de que eles conheçam mais o papel e a importância da comunicação, com o aproveitamento da estrutura tecnológica para interligar os escritórios, por meio da intranet, com vistas a definir o padrão dos produtos comunicacionais.

As informações chegam ao público alvo (agricultores) por meio dos extensionistas, notas oficiais e entrevistas no rádio e na TV, além de *folders* institucionais. Esclarecemos que essas práticas são ocasionais. A realização de ações no campo, por meio da adoção das metodologias, orientações divulgadas pela Ascom (em parceria com os extensionistas), somada aos exemplos decorrentes dos depoimentos dos agricultores durante os eventos realizados pelo órgão, materializa a relação entre o Ruraltins e o agricultor familiar. Relativamente à política de comunicação, as palavras do assessor informam:

Para que a comunicação seja entendida como ferramenta que promove o processo participativo e de interação entre extensionistas e famílias de agricultores, buscamos um trabalho integrado em todas as esferas das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. A parceria neste processo é de suma importância. Já sobre o papel do extensionista na política de comunicação, ela assegura que é contribuir com o repasse das informações aos agricultores e sugerir pautas: o extensionista é o principal agente de notícias, devido a sua presença nas comunidades rurais.

4.1.5 Um retrato da comunicação midiática em Palmas

Os espaços sociais, entre eles o espaço da mídia, são cenários onde dominam as produções de sentido dos sujeitos e de suas vivências. Esses espaços implicam diretamente em substancial mudança nas condições de produção e de reconhecimento dos objetos culturais. Em Palmas, as mudanças no processo de (re)conhecimento desses objetos iniciaram com o movimento midiático, que passou a ser uma realidade no antigo Norte de Goiás, em 18 de maio de 1979. Mas no que tange a política de comunicação rural, somente a TV Anhanguera, no estado do Tocantins, adota em seu quadro de programação discursos e práticas mais próximas ao cotidiano rural.

4.1.7TV Anhanguera

ATV Anhanguera de Palmas entrou no ar em 1989, como primeira emissora da cidade e região, surgindo junto com a nova capital do recém-criado estado do Tocantins. Seus primeiros movimentos foram modestos, utilizando equipamentos das emissoras da OJC de Goiás e das cidades de Araguaína e Gurupi. Em 2005 adquiriu seus próprios estúdios, a redação e a gráfica do Jornal do Tocantins, além do estúdio de rádio.

Em sua grade de programação, com produção local, a TV Anhanguera tem os telejornais Bom Dia Tocantins, que vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 7h. e 05 minutos; o Anhanguera Notícia, de segunda a sexta-feira, nos intervalos do Mais Você¹⁹; o Jornal Anhanguera 1ª Edição, de segunda a sábado, às 12h e 45 minutos; o Jornal Anhanguera 2ª Edição, de segunda a sábado, às 19 horas; o bloco local do Globo Esporte, de segunda a sábado, às 11 horas e 45 minutos; o telejornal rural - Jornal do Campo, todos os domingos, às 5 horas e 55 minutos; o programa de variedades Frutos da Terra, todos os sábados, às 8 horas, além de um programa religioso – Santa Missa em seu lar, aos domingos, às 5 horas.

A linha editorial do veículo caminha nos discursos dos assuntos que envolvem os interesses da comunidade, privilegiando aqueles que envolvem a máquina pública – vocação do Estado. Emissora de televisão brasileira com sede em Palmas, começou seus trabalhos operando no canal 11, em VHF, com uma repetidora no distrito industrial de Taquaralto – Palmas -sintonizada através do canal 3 VHF. Em 10 de março de 2010, o então ministro das Comunicações, Hélio Costa, assinou a consignação do canal digital da emissora. Em dia 22 de março do mesmo ano, a consignação é publicada no Diário Oficial da União. Foi consignado o canal 23 UHF.

Este veículo de comunicação foi objeto de nossa análise – definido a partir do critério de assuntos de notícias e informativos voltados ao homem do campo em sua grade de programação. Essa emissora leva ao ar, todos os dias, um quadro do Jornal do Campo, no Bom Dia Tocantins²⁰, e, aos domingos, o programa “Jornal do Campo”. Segundo a editora do Jornal do Campo, o editorial deste é direcionado ao agronegócio e ao homem do campo, apresentando informações de serviços e oportunidades no setor rural.

A equipe do programa é formada por um editor que determina os assuntos a serem exibidos. Além desse editor, a equipe ainda conta com uma editora do jornal e repórteres da TV, responsáveis por preparar e veicular o Jornal do Campo. Os assuntos abordados pelo JC são selecionados a partir de sugestões dos telespectadores, assessores de comunicação das universidades, pesquisadores da Embrapa e cooperativas, tendo sempre em consideração “[...] as mudanças no setor em nível nacional e os reflexos que podem ser notados regionalmente”.

¹⁹ Programa de rede nacional.

²⁰ Telejornal local, que vai ao ar todos os dias às 6h. e 15 min.

A audiência do programa, ainda segundo a editora, é aferida por “[...] *pesquisa de audiência encomendada pela TV Anhanguera*”. A contribuição do JC ao homem do campo, com base nas sugestões selecionadas e atendendo às cobranças dos telespectadores, são as reportagens produzidas. Embrapa, Sebrae, Universidades, Governo do Estado são órgãos especializados na cultura rural, e sua relação com o JC “[...] *é de troca de informações e parceria, o que não impede as cobranças quando há necessidade de informar melhor o homem do campo*”.

A divulgação das pesquisas realizadas pelas instituições públicas e privadas é a forma de o JC contribuir com inovação e desenvolvimento rural-local, ainda de acordo com a editora. Quanto às experiências de reportagem já realizadas no Assentamento Coqueirinho, a entrevistada informou que “[...] já foram realizadas várias reportagens no local [...]”.

A criação de cabras e o funcionamento de uma agroindústria de derivados do leite estão entre estas. Ainda de acordo com o ponto de vista da editora do JC, a comunicação do Ruraltins, da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado e do município com o JC consiste no apoio que estas instituições oferecem ao jornal, permitindo-lhe maior eficiência na divulgação das informações ao homem do campo, mesmo não existindo no JC nenhum técnico especializado em assuntos rurais (quando necessário, o JC recorre a profissionais das instituições parceiras). Ainda sobre a maneira de o JC tomar conhecimento dos assuntos sobre o rural a editora informa: as sugestões “[...] sugestões são enviadas à TV, em forma de *releases*, pelo email ou por telefone”.

Em nossas análises, em relação à postura adotada pela TV Anhanguera no que se refere à comunicação rural, percebemos que, respeitando as devidas proporções, o veículo caminha na mesma linha da Rede Globo de Televisão, haja vista que ela é uma de suas afiliadas. Neste aspecto, a linguagem, conteúdo e forma, que compõem a comunicação com o homem do campo, segue a linha tradicional – característica do Globo Rural²¹: com base em elementos simples, que favorecem uma assimilação fácil daquilo que está sendo veiculado. O Jornal do Campo, raramente utiliza de conteúdos ou expressões de caráter científico e há uma visível preocupação didática em apresentar os fatos, tomando o homem do campo numa perspectiva simplista de sua relação com o mundo.

As principais fontes e personagens das matérias são representantes de instituições, em especial àquelas ligadas ao setor público em todos os seus níveis de atuação, principalmente o estadual. Não percebemos nas edições analisadas (novembro de 2010), nenhuma forma de interação, nem em tempo real, nem gravada com os agricultores no que tange esses sujeitos pautarem o programa. Os sujeitos do campo aparecem sempre e somente como personagens de matéria. Algumas questões são trabalhadas superficialmente. Aferimos que isso pode ocorrer em função de um agendamento institucional, que interfere na pauta do programa, ou em função da ausência de uma equipe com conhecimentos específicos, no que se refere à comunicação rural.

Na linha de raciocínio de Bordenave (1982), a comunicação rural tem que ser entendida e aplicada como processo. Este está além da informação rural ou da extensão rural. Neste aspecto, ela não é simples e muito menos fácil, requer cuidados na linguagem, na forma e no conteúdo. Estes devem ser apropriados a se evitar a “descomunicação” com os sujeitos do campo. Com base nessa reflexão, podemos afirmar que a TV Anhanguera não trabalha a comunicação rural em sua essência, uma vez que a comunicação rural tem que ser empregada enquanto política, ou seja, numa perspectiva de concepção de conteúdos desde a implementação ao acompanhamento das ações, tendo o sujeito do campo como fonte, também, do processo comunicacional.

²¹Globo Rural é um telejornal rural matutino brasileiro, produzido e exibido pela Rede Globo de Televisão, nas manhãs de segunda à sexta-feira e aos domingos.

Para tanto, é preciso formação adequada para a cultura e a prática do jornalismo rural na TV Anhanguera, abandonando a perspectiva difusionista da informação, apropriando-se de um discurso e postura que visa à promoção da participação efetiva e igualitária dos diversos sujeitos e instituições na construção de um rural sustentável, diminuindo assim o fosso existente entre a mídia e a comunidade rural.

4.2 Caracterização do Espaço Rural de Rio Cuarto

Rio Cuarto está localizado na zona limítrofe entre as regiões semiárida e sub-úmida pampeanas, sendo a segunda cidade de maior importância da província de Córdoba, como pólo de produção agropecuária. De acordo com os dados do último Censo Agropecuário Nacional (2008), na província de Córdoba existem 52.126 fazendas que exploram agropecuária, sobre uma superfície de 14.652.549 hectares.



Figura 22: Espaço físico-geográfico em que está inserida a região de Rio Cuarto.
Fonte: Elaboração com base no CD Rom Atlas Encarte 1999

Desse total, correspondem a Rio Cuarto 5.987 fazendas (11,5% da província) com 1.861.684 hectares (12,7%). A superfície utilizada para a agricultura é de 622.111 hectares (33,4%) e o restante é ocupado pela pecuária. Na sua grande maioria, se trata de estabelecimentos de exploração mista, destacando-se o fato de que 77% das terras são trabalhadas por seus proprietários. A outra área é explorada por arrendatários ou empreiteiros. No que se refere à condição da agricultura em Rio Cuarto verificamos que o cultivo mais importante é o do milho, com 340.000 hectares plantados com mais de 50% da produção provincial, seguido pela soja, girassol, sorgo e amendoim. Rio Cuarto não se caracteriza por sua produção de grãos de colheita fina, mas, nas últimas safras, observou-se um notável crescimento na área plantada com trigo.

Na última safra agrícola, de acordo com o censo (2008), foram destinados 75.000 sobre um total de 358.000 hectares para o cultivo de aveia. De acordo com esses dados, aveia é o cultivo de grão fino mais plantado em Rio Cuarto (com 40,9%), seguido por trigo (32,7%), centeio (22,9%) e cevada (3,5%). Em grãos finos, as cidades situadas mais a leste da província, com melhores terras e condições climáticas favoráveis, superam a de Rio Cuarto em superfície plantada e em volumes de produção de grãos, tanto para indústria como para forragem. Quanto à atividade pecuária, as distintas características climatológicas que dominam Rio Cuarto, durante o ano, possibilitam estabelecimentos agrícolas de cria e engorda por toda a área pampeana. Estes somados a mais de um milhão e meio de cabeças, fazem com que Rio Cuarto se constitua num autêntico pólo de desenvolvimento regional, com

elevado índice de concentração de dinheiro. A produção de suínos segue em importância a de bovinos, com 25% do plantel de toda a província de Córdoba.

A quantidade de gado bovino, em Rio Cuarto, é de 1.112.822 cabeças sobre um total de 9.326.258, da província de Córdoba. Da quantidade mencionada de bovinos em Rio Cuarto, 296.905 são vacas, 160.975 novilhas, 113.547 novilhos, 217.113 bezerras, 207.879 novilhos, 13.746 touros. A distribuição percentual é a seguinte: 27% de vacas, 14% de novilhas, 9% de bezerras (machos e fêmeas de menos de um ano), 20% de novilhos (menos de 300 kg), 19% de novilhos (mais de 300 kg) e 1% de touros. Essa espécie em Rio Cuarto soma 141.213 sobre o total geral da província de 807.100 cabeças, com 26 criadores em Córdoba.

A mesma estatística aponta para Rio Cuarto a existência de 24.181 porcas, 85.653 leitões e filhotes, 5.761 fêmeas não prenhas, 32.000 castrados e 3.452 reprodutores machos. Essa percentagem assinala 15% do total do plantel na província de Córdoba. A existência de carneiros e ovelhas não é significativa em Rio Cuarto: 12.501 sobre um total provincial de 450.765 cabeças, 17% do plantel na província. A criação de equinos, em Rio Cuarto, é de 8.510 cabeças sobre um total geral de 205.628, 12,3% da população de cavalos de toda a província.

No que diz respeito à agricultura urbana em Rio Cuarto, ainda não existem dados oficiais sobre o número de produção ecológica dentro do município, porém algumas ações políticas apoiadas pela *Secretaria de Desarrollo Social (SDS)*, *Universidad Nacional de RioCuarto (UNRC)*, Prefeitura Municipal (*Fundación Social - Programa de Agricultura Urbana*) e INTA (*ProHueta y Arte Orgánico*) já mapeiam estes dados. As políticas públicas relacionadas com a agricultura urbana compreendem distintas iniciativas cujas metas incluem a contenção social e a promoção comunitária. Os programas sociais específicos correspondem às diferentes instâncias públicas que são responsáveis por sua implementação.

Um desses programas é o *Prohuerta*, formado por técnicos, promotores, voluntários e redes de organizações governamentais e da sociedade civil, que tem como objetivos: promover os benefícios básicos (insumos biológicos, assistência técnica e capacitação) para famílias e grupos ou agências da comunidade para gerar os seus próprios alimentos; capacitar voluntários e funcionários de outras instituições (professores, agentes de saúde municipal, grupos religiosos, ONGs etc.), visando gerar, adaptar e aplicar tecnologias adequadas; estimular a organização das famílias envolvidas a incorporar em sua alimentação diária, frutas, legumes e outros produtos agrícolas, conservar e processar alimentos domésticos, participar de feiras livres, redes de troca e microempreendimentos (PLANO OPERATIVO ANUAL DO PROHUERTAS, 2011).

O programa faz parte da política agrícola de Rio Cuarto, que é compreendida como um conjunto de atividades agroprodutivas desenvolvidas no espaço da cidade, e distribuídas por residências urbanas com propósito de subsistência de grupos familiares e/ou comercialização em pequena escala. O programa *Prohuertas* foi criado em 2003, pela Agência de Extensão Rural – A.E.R., unidade do INTA de Rio Cuarto, com o apoio do *Ministerio del Desarrollo Social (MDS)* em parceria com instituições locais que compartilham através de seus promotores e técnicos a tarefa de identificar o público-alvo em termos de segurança alimentar, com base em critérios pré-definidos, fortalecendo o controle social do próprio programa. A condição exigida para o acesso ao programa é ter uma área mínima necessária para cultivar uma horta e participar nas instâncias de capacitação oferecida pelo *Prohuerta*. O programa propõe a participação ativa dos beneficiários e que estes assumam compromissos quanto à sua permanência em relação a outros programas de alimentação. Esse tipo de integração envolve uma mudança de atitude, que é um processo lento (TAMIOZZO, 2010).

Foram incorporadas hortas às residências de alguns moradores, como estratégia para amenizar a situação da pobreza. A proposta era fomentar agricultores familiares urbanos,

tornando-os próximos de alguns alimentos básicos da dieta cotidiana. Essa prática de cultivo ecológico nas cidades sempre esteve associada à estratégia de sobrevivência de parte da população urbana, bem como a políticas públicas de diferentes níveis governamentais voltadas para a convergência das práticas rurais em área urbana.

A iniciativa local, por meio do *Prohuerta* contempla as associações ou grupos na produção hortigranjeira para complementar a cesta básica tanto de quem produz quanto de quem consome. Em Rio Cuarto, estimativas indicam que entre 400 e 500 famílias ligadas ao projeto participam da produção em pequena escala de produtos hortigranjeiros. (CIMADEVILLA; CARNIGLIA, 2010). O programa busca atender pessoas vulneráveis em termos sociais, compreendidas em situações de pobreza estrutural e empobrecidos pela queda de renda ou de desemprego. Envolve também crianças em idade escolar em áreas socialmente críticas, priorizando aquelas com ensino médio. A população-alvo inclui desempregados, subempregados, trabalhadores rurais, comunidades indígenas, as famílias mais pobres e vulneráveis da população em termos de segurança alimentar (TAMIOZZO, 2010). O projeto também promove a produção agroecológica para consumo e comercialização de excedentes. Através da capacitação e criação de redes de monitoramento, abordando problemas relacionados à saúde, produtos saudáveis e saneamento ambiental. O *Prohuerta* organiza suas operações em duas campanhas anuais: "Outono-Inverno" e "Primavera-Verão", diferenciadas de acordo com a sazonalidade dos diferentes produtos. No início, o *Prohuerta* desenvolveu uma coleção dos tipos de sementes hortícolas (12 espécies) para uma horta urbana com uma área de até 100m², contemplando as necessidades de consumo de uma família com até cinco pessoas. Definiu-se desde o início pela utilização de materiais varietais em detrimento de materiais híbridos, de forma a facilitar a produção de sementes pelos próprios agricultores, proporcionando autonomia para estes, além de evitar riscos de contaminação química no manuseio das sementes comerciais. Posteriormente, dada a diversidade das condições, diferenciando estas por região a partir da adaptação e incorporação de práticas ecológicas, o programa foi ajustado no que se refere a composição da coleção de sementes de hortaliças de espécies de consumo local (TAMIOZZO, 2010).

A proposta de capacitação do *Prohuerta* contempla diferentes estratégias: atividades formais e atividades não-formais que respondem a diferentes áreas do conhecimento e que são indispensáveis para a aplicação e utilização de hortas ou granjas ecológicas. As atividades formais assumem a forma de oficinas, cursos, seminários, unidades demonstrativas, etc. As atividades não-formais são componentes permanentes do programa, uma vez que na Argentina se aplicam como recursos importantes de educação: "o efeito de demonstração e o valor do depoimento". Essas atividades incluem, por exemplo, cada encontro entre os promotores e os beneficiários, o intercâmbio entre produtores familiares e os técnicos e entre os próprios produtores (TAMIOZZO, 2010).

O *Prohuerta* procurou, desde seu início, sistematizar seus esforços tendo como base às necessidades das diferentes estratégias de capacitação para os níveis de desenvolvimento que os grupos-alvo ou os promotores estavam alcançando em sua trajetória dentro do programa (INTA, 2010). Como indicado na metodologia do *Prohuerta*, o treinamento é o ponto central da proposta, com foco no *design* dos processos de ensino e numa visão de "construção conjunta do conhecimento", onde as sementes são fornecidas apenas no início de um complexo movimento sobre conhecimentos, valores e recursos para melhorar as habilidades das pessoas, de forma que posteriormente elas sejam cultivadas pelos grupos de agricultores urbanos envolvidos nesse processo participativo. A horta executada pelo beneficiário do *Prohuerta* é monitorada e controlada regularmente pelos promotores da equipe técnica do programa. As informações obtidas são coletadas e sistematizadas para elaborar as estimativas ou dados preliminares sobre a evolução da campanha em curso.

As metas do programa estão alicerçadas em uma política de educação para uma vida saudável: adequar-se a novos hábitos, por meio da integração através de oficinas e cursos sobre cultivo de hortas, alimentação, saúde, higiene pessoal e cuidados com o ambiente, bem como posse responsável de animais. Essas atitudes são extensivas às escolas de ensino fundamental da cidade de Rio Cuarto, com a realização de oficinas, cursos e atividades educacionais voltadas para uma vida saudável. Há ainda uma valorização das feiras, enquanto estratégia de integração dos beneficiários do Programa, bem como para agregação de valor à produção ecológica.

De acordo com Mendes (2012), em função de toda movimentação popular em torno do Programa, ele avança principalmente devido aos esforços dos agricultores. O incentivo governamental é ainda incipiente, sendo tênues as políticas públicas no que tange a agricultura urbana com base em práticas ecológicas, o que resulta em pouca disponibilidade de recursos financeiros e de profissionais qualificados para prestar assistência técnica aos agricultores familiares inseridos no *Prohuerta*.

Apesar disso, de acordo com o mesmo autor, contribuições do Programa já são percebidas, notadamente no que se refere à melhoria da qualidade nutricional da alimentação das famílias beneficiárias, como resultado da ação educacional implementada que tem contribuído para a diversificação da dieta.

4.2.1 Participantes da pesquisa em Rio Cuarto

Os participantes da pesquisa em Rio Cuarto foram escolhidos em função da estreita relação com a comunicação rural. Foram nossos interlocutores, no INTA, o diretor e engenheiro agrônomo, a assessora de Comunicação Social e o administrador agrário. Na UNRC, foram entrevistados dois professores e pesquisadores da área de comunicação rural. Os instrumentos utilizados na investigação foram entrevistas semiestruturadas e visitas técnicas. Esta etapa da pesquisa foi realizada com vistas a conhecer a realidade da comunicação rural e seus processos com os agricultores rurais de Rio Cuarto.

4.2.2 Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA

O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – INTA é um órgão de fundamental importância no processo de desenvolvimento agropecuário da Argentina, atuando, principalmente, na agricultura e no agronegócio como eixos da economia local. É um órgão público no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca, com o objetivo de promover pesquisa e extensão agrícola, fomentando a competitividade e equidade social, de forma sustentável. Neste órgão, são geradas informações e tecnologias para dinamizar as políticas institucionais em relação à questão rural no território argentino.

O INTA foi criado com base em reflexões do economista Raúl Prebisch, que, em 1956, estava à frente da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Essas reflexões surgiram no contexto da crise econômica que a Argentina se encontrava. A principal base desustentação para a criação do Instituto se ancorava nas recomendações da CEPAL, no 'Plano Prebisch', que tinha como pano de fundo o atraso tecnológico do setor agrário. Dessa forma, era preciso aumentar a produção com base no incremento da produtividade das áreas agrícolas. Dentro desta perspectiva, à época da implementação do INTA, em 1956, a recomendação era investir no desenvolvimento da ciência e da tecnologia agropecuária, em busca de inovações. Atualmente o INTA é um complexo científico e tecnológico, responsável pelo dinamismo da agropecuária do país. A instituição, desde seu início, tem implementado importantes e inovadores projetos, que beneficiaram o desenvolvimento da agropecuária do

país com ações de pesquisa e extensão rural, primando pela pluralidade, uma vez que suas relações estão estabelecidas junto a agricultores de diferentes estratos sociais.

Em termos de organização, o INTA possui 6 centros de investigação, 16 centros regionais, com 47 estações experimentais agrícolas e mais de 313 unidades de extensão que cobrem todo o território argentino, e quatro centros de pesquisa com 25 institutos. No que se refere especificamente a agricultura familiar, a Argentina, por meio do INTA conta com o Centro de Investigación y Desarrollo Tecnológico para la Pequeña Agricultura Familiar – CIPAF, que foi criado, em 26 de agosto de 2005, com o objetivo de gerar, adaptar e validar tecnologias apropriadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, em função dos alinhamentos estabelecidos pelo Plano Estratégico Institucional do próprio INTA. O Centro se sustenta em quatro pilares, que se materializam na configuração de uma rede de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; na capacitação e formação sistemática em relação à questão tecnológica; na facilitação da articulação dos atores com as decisões políticas; e no mapeamento da estratégia de comunicação e difusão.

A preocupação em torno da agricultura familiar com políticas públicas a serem estabelecidas, tem no CIPAF, grande aliado. Este tem buscado obter informações que permitam quantificar e qualificar as necessidades da agricultura familiar argentina. A continuidade política da proposta se fundamenta tanto na necessidade de atualizar e aprofundar os dados dessa agricultura em nível nacional, como também do avanço na análise de suas estratégias de reprodução, de forma a compreender os principais gargalos que obstruem o desenvolvimento da agricultura familiar no país (Consejo Nacional Agropecuario - CNA, Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas - CNPHYV e Registro Nacional de la Agricultura Familiar – RENAF: 2008/2010). Segundo informações colhidas no próprio instituto (2010), seu quadro funcional é composto por mais de 6.600 funcionários. Destes, 44% são profissionais graduados em diversas áreas do conhecimento, 31% formam o quadro de pessoal de apoio e 25% por cento são de formação técnica, além de contar com mais de 460 bolsistas de cursos de pós-graduação. Uma de suas políticas é a aplicação de procedimentos sustentáveis e condições capazes de garantir a sustentabilidade ambiental. Para sustentar essa postura conta com o apoio e parceria de empresas privadas e universidades, dentre elas, a Universidade Nacional de Rio Cuarto – UNRC.

Com as políticas de parcerias, o INTA, de acordo com o Instituto Leloir (2010), consegue atuar dentro de uma pluralidade de trabalhos, atingindo todos os níveis de produtores, em todo o país, inclusive, se destaca como uma das mais significativas forças institucionais das províncias. Desde 2003, elegeu a política de desenvolvimento rural nas pequenas propriedades familiares e a transferência de tecnologia como questão prioritária. Atualmente, concentra seus esforços no desenvolvimento de tecnologias para a agricultura sustentável.

O Instituto adota um modelo de comunicação institucional mais próximo ao difusionista, tendo como foco a transmissão de informação, por não contar com uma efetiva política de comunicação mais dialogica. Segundo a assessora de comunicação, o INTA conta com o apoio significativo dos veículos de comunicação local, numa relação de independência editorial, mas conhecedores de seu papel na relação instituição e agricultores rurais, exercendo

[...] importantes papéis para a tomada de decisões agropecuárias, além disso atuam como mediadores, aproximando a instituição aos grandes e pequenos agricultores. Estes por sua vez estão muito bem informados, pois têm acesso, em sua maioria, aos meios midiáticos [...].

A mesma assessora acrescentou que os produtores rurais ainda contam com outros meios de comunicação, como reuniões e conferências técnicas, onde ocorre uma interação direta com profissionais técnicos estatais ou privados, ligados às questões agropecuárias. As empresas privadas oferecem, ainda, os seus campos de ensaio, no caso, experimentos e laboratórios aos produtores rurais, que ainda participam dos conselhos dessas instituições para fins de evolução e avanço na melhoria da fronteira agropecuária. A comunicação face a face é outro recurso de comunicação muito utilizado pelo Instituto. Esse ocorre principalmente nos escritórios locais, onde, ainda de acordo com a assessora de comunicação, são promovidos os encontros mais técnicos:

[...] onde os pequenos produtores e agricultores familiares, em que a disponibilidade de tecnologias de comunicação é menor, podem buscar informações, [...], especialmente quanto às questões relacionadas a geração de energia própria e recursos técnicos na criação de pomares, na movimentação agrícola, agronegócio, lavoura comercial, feiras orgânicas e outras atividades. Nesses espaços existe a possibilidade de alcançar conhecimentos e é sempre bem visto e apreendido por esta gama de produtores rurais.

Ainda de acordo com as informações colhidas no Instituto, o governo argentino tem no INTA seu representante legal nas relações com o produtor rural e aloca recursos para pesquisa e extensão através de acordos públicos e privados e utilizam estes acordos de forma a otimizar as equipes de TV, rádio, Internet, no sentido de traduzir a comunicação corporativa em comunicação social. Além disso, esses acordos permitem que a comunicação seja trabalhada nas suas várias dimensões como publicidade, propaganda, marketing em benefício da produção agropecuária. A assessora ainda acrescenta:

Algo semelhante acontece também com a Universidade que está relacionado umbilicamente com os setores agrícolas dada a enorme afinidade existente entre o homem do campo e os meios de comunicação, pois sabe o homem do campo que a forma de estar presente na competitividade agrícola se dá pela informação levada pelos meios comunicacionais.

Os agricultores são os grandes “consumidores” de informação e muitos deles também estão ativamente envolvidos na produção de informação dada a importância que os mesmos dão aos diagnósticos constantes realizados entre as empresas, por exemplo, as fornecedoras de insumos e implementos agrícolas para a melhoria das atividades agropecuárias locais. De acordo com a assessora,

Muitos agricultores participam das entrevistas ou artigos de notícias e são convidados a comentar os programas institucionais nos quais o INTA participa. Estão presentes nos Conselhos Consultivos Locais para promover relações amistosas e motivacionais para falar sobre questões agropecuárias em treinamentos, seminários ou como assistentes para fins de repasse dessas relações. Apesar disso, existem mais produtores marginalizados e de subsistência preocupados com questões que não estão tão perto da grande mídia, mas estão muito próximos das Agências de Extensão Locais.

A estes são disponibilizadas informações, recursos ou oportunidades de discutir, opinar sobre assuntos de interesse deles com os extensionistas rurais. Por exemplo, em treinamentos de agricultura orgânica existe uma grande quantidade de pessoas envolvidas e suas opiniões são tidas em conta para adaptar os temas de formação ou o jeito de trabalhar para que outros agricultores se juntem a este tipo de ação agrícola. Esta dimensão de comunicação interpessoal é muito utilizada e os resultados aproveitados nas políticas públicas ditadas pelo INTA, enfatiza a assessora, que ainda acrescenta:

Embora pareça que tudo vai bem, na agropecuária de Rio Cuarto existe também uma encruzilhada: quanto mais nos comunicamos com o mundo, mais tecnologia disponível, mais informações que estão circulando, ainda assim, estamos muito isolados economicamente, existe muita violência no campo e muita pobreza na cidade. Aqui é onde os meios de comunicação, governamentais ou não, tem trabalhado muito e muito tem que trabalhar para contribuir para um desenvolvimento local sustentável.

4.2.3 Um retrato da comunicação midiática em Rio Cuarto

Em Rio Cuarto, os meios de comunicação e informação, em sua maioria, são autônomos nos direcionamentos editoriais, sem intervenção direta da máquina pública, mas essa máquina faz parte do processo de divulgação das informações agrícolas. A cidade é fortemente marcada pela cultura agropecuária. A mídia local é o reflexo dessa prática, o que é percebido pelos agendamentos de fatos e notícias relacionados aos seus contornos rurais, culturais, políticos e mercadológicos. Essa realidade é um elemento muito importante na tomada de decisões agropecuárias, uma vez que leva os médios e pequenos agricultores, por intermédio dos meios de comunicação de massa, a significativos acessos a informações.

A comunicação face a face é outro fator muito importante nas relações que implicam busca de informações quanto às questões agropecuárias. Os produtores rurais, médios e pequenos, participam, constantemente, de reuniões, conferências técnicas e treinamentos nos quais eles interagem diretamente com os profissionais técnicos em agropecuária, estatais ou privados. As empresas privadas oferecem seus experimentos e laboratórios aos produtores rurais que ainda participam dos conselhos dessas instituições, para fins de melhoria do *trade* agropecuário.

Quanto aos recursos para a execução das propostas de comunicação, com o objetivo de promover a inovação tecnológica, em prol do desenvolvimento rural, o governo local tem no INTA seu representante legal. Esse Instituto viabiliza recursos para pesquisas e extensão, por meio de acordos públicos e privados, utilizando-os para otimizar os meios comunicacionais e traduzi-los em comunicação social, por sua vez transformada em suas várias dimensões, em benefício da produção agropecuária. Por intermédio dos meios de comunicação é possível conhecer a opinião dos agricultores rurais sobre a funcionalidade e resultados da interação comunicação/desenvolvimento local. Os sujeitos do campo são os grandes consumidores de informação. Muitos deles, no entanto, também estão ativamente envolvidos na produção desta, em virtude da importância que dão aos diagnósticos constantes, realizados entre as empresas agropecuárias, para a melhoria das atividades locais.

Muitos desses agricultores participam das entrevistas ou são personagens das matérias produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação, comentando, inclusive, os programas institucionais dos quais o INTA participa. Estão sempre presentes nos conselhos consultivos locais para promover relações amistosas e motivacionais. Além disso, são partícipes de

treinamentos, cursos, encontros e seminários na área. Apesar disso, existem produtores marginalizados quanto à informação.

As questões que preocupam esses produtores, no entanto, são objeto dos escritórios locais de extensão, que repassam informações e recursos e criam oportunidades para que eles possam opinar, juntamente com os extensionistas rurais, sobre as atualidades tecnológicas e inovações, nos limites das possibilidades do mercado produtivo local. Nos treinamentos, cursos, encontros e seminários, há uma grande quantidade de pessoas envolvidas. Suas opiniões são consideradas, com vistas à formação técnica e à definição das políticas públicas voltadas para esses sujeitos.

Ainda segundo o Instituto, os meios de comunicação e seus respectivos veículos, com linhas editoriais voltadas à agropecuária, produzidos e/ou veiculados em Rio Cuarto, ratificam essas estratégias de comunicação, o que se pode verificar, principalmente, no Jornal Puntal – publicação diária local, com espaço de uma página, dedicado ao setor agropecuário, de segunda a sexta-feira. Nos finais de semana (sábado e domingo), esse mesmo periódico traz um suplemento agropecuário de nome Tranqueira Aberta, composto de quatro páginas.

O Jornal Clarín, diário, com circulação nacional e tiragem, de 2ª a 6ª, de 450.000 exemplares e sábado e domingo 700.000, aproximadamente, também participa deste processo, com notícias diárias sobre o setor agropecuário e um caderno nos finais de semana, com a mesma temática. Os Jornais La Voz del Interior (Córdoba) e La Manhana colaboram com notícias diárias e suplemento agropecuário nos finais de semana; Jornal La Nacion, veiculação nacional, com um caderno específico sobre agropecuária nos finais de semana e informações diárias. Outros jornais, diários ou não, trazem informações sobre o campo, porém não editam suplementos. As revistas Nuestro Campo (semanal) e Marcaliquida, La Chacra e Campo Medio/Infocampo/Clarín Rural (mensais) também participam desse processo de ratificação. Além disso, o INTA disponibiliza um material impresso institucional -Revista Campo e Tecnologia -, distribuído às instituições públicas e privadas.

Quanto aos meios televisivos, há 2 boletins diários, um ao meio dia e outro às 20 horas, nos quais são focados preços de produtos como milho, soja e trigo e informações do dia anterior; 2 noticiários locais, às 13 horas e às 21 horas, nos quais são veiculadas informações locais e regionais, além de programas especiais quando necessários. Essas informações são transmitidas em canais locais abertos. Há, ainda, canais de TV a cabo, com programação rural nacional e inserções de informações de Rio Cuarto.

As emissoras de rádio também se fazem presentes, através das rádios AM, com boletins diários, que veiculam cotações de produtos agrícolas três vezes ao dia e um programa de 30 minutos sobre agropecuária, das 7 às 7h e 30min, de segunda a sexta-feira; rádio FM: somente um programa diário de 15 minutos, às 13h. e 15 min. e a Rádio Universitária com programação diária, com destaque para assuntos agropecuários. A internet também disponibiliza material voltado à área, a partir dos seguintes sites: www.semillasillinois.com.ar; <http://marcaliquida.com.ar/institucional/>; www.nuestrocampo.com.ar; www.revistacampo.com.ar; www.webdelcampo.com.ar.

Algo semelhante acontece também com a UNRC, umbilicalmente relacionada ao setor agrícola, devido a essa Instituição despertar a consciência do homem do campo para a importância dos meios de comunicação no contexto da competitividade agrícola. Segundo os informantes, no que diz respeito ao INTA, este possui, em seu quadro funcional, profissionais de comunicação aparelhados, com o objetivo de executar atividades, não medindo esforços inter-agências para levar informação àqueles que trabalham no meio rural. A mídia é o termômetro das práticas que envolvem as questões de desenvolvimento local.

4.3 Análisedo Processo de Comunicação Rral em Palmas e Rio Cuarto

Considerando as características e as observações realizadas em Palmas e Rio Cuarto, notamos a enorme distância quanto aos processos comunicacionais estabelecidos, bem como suas práticas.

Tabela 6: Quadro característico do processo de comunicação rural em Palmas e Rio Cuarto.

Rio Cuarto	Palmas
Maior veiculação de informações agropecuárias	Baixa veiculação de informações agropecuárias
Informações sobre produtividade e competitividade	Informações sobre sustentabilidade
Região agrícola privilegiada e central	Região central não privilegiada
Acesso a grande imprensa	Imprensa local
Modelo difusionista de comunicação	Modelo difusionista de comunicação
Meios de Comunicação de Massa que se orientam por pauta de negócios	Meios de Comunicação de Massa se orientam por pauta governamental
Patrocínio privado	Patrocínio estatal
Implantação do modelo Todos-Todos	Implantação do Modelo Todos-Todos

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Na Tabela 6, a rigor, os princípios e as técnicas utilizadas na comunicação rural entre as duas cidades são universais, seja para produtos de consumo, seja para a divulgação de mercado para insumos e bens de produção da agropecuária. O que muda, entre essas cidades são particularidades e nuances específicas nas dimensões econômicas, culturais e ambientais desse mercado, o que torna o processo de comunicação rural um desafio à parte. Nesse processo é preciso partir de visões objetivas, fundamentadas em pesquisas que procurem qualificar o amplo leque de consumidores de informações específicas, entendendo as diferentes forças que atuam sobre suas atitudes e seus comportamentos. Mais ainda: o conhecimento sobre os públicos da comunicação rural dessas duas cidades não se esgota nos diagnósticos apoiados em segmentações geográficas e demográficas ou em classificações por porte econômico, renda, nível tecnológico, expectativas de benefícios de produtos. Continuam na busca da qualidade da comunicação rural, na profundidade da identificação do perfil socioeconômico do público-alvo, bem como de suas relações de influências ascendentes e descendentes na cadeia agrícola e do mergulho no seu conhecimento sensível.

Isso representa para a agricultura familiar nestas cidades, uma comunicação com diversidade; com diversas segmentações comportamentais, que tem em comum a pressão histórica de modernização e competitividade. Além disso, esse é, em geral, um universo que vivencia experiências ambíguas entre o tradicional e o novo, o apego à cultura do campo e a atração da urbanidade, a emoção tradicional da comunidade e os prazeres materiais da sociedade de consumo. Assim, por atuar nessa riqueza de variáveis e vender fatores de produção, a comunicação rural, nas duas cidades, precisa associar seus objetivos de eficácia a valores e posicionamentos de seriedade e confiabilidade. Em Rio Cuarto, a comunicação rural fortemente vinculada à UNRC, traz certa vantagem no aspecto da confiabilidade, e a diferencia de Palmas. Afinal, é um centro de ensino e pesquisa que legitima esses processos.

Em Rio Cuarto a informação rural privada é mais acessível, por meio de diversas formas de comunicação. As instituições públicas, entre elas o INTA, não têm atuação

financeira significativa, na adoção de mecanismos de comunicação, e deixam a desejar na interação e integração rural. O setor privado tem participação efetiva nessas práticas. Em Palmas, a realidade é inversa: as ferramentas ainda são escassas, dado ao pouco interesse do Estado e do setor privado em incentivar a comunicação rural como instrumento de desenvolvimento sustentável.

Essa condição contradiz a nova ordem social e comunicacional: o processo de comunicação efetivo se caracteriza, também, pela presença maciça de instrumentos tecnológicos da comunicação. Entre eles destacam-se os espaços de mídia, que possibilitam o surgir de uma nova razão cognitiva, novo pensar, novas pegadas que conduzem à construção do conhecimento de forma lúdica e prazerosa. Esses elementos tecnológicos da comunicação são tecnologias da inteligência, pois, além de reorganizar a visão de mundo de seus usuários, modificam seus reflexos mentais, modificando assim sua ecologia cognitiva (LEVY, 1993).

Em ambas as cidades é preciso uma comunicação mais efetiva para se constituir um forte vínculo com a realidade do agricultor na promoção de seus produtos. Para isso, a comunicação rural precisa ser, sobretudo, uma comunicação tecno-midiática. Para o público familiar isto representa informações que podem contribuir para um ganho de produtividade, considerando o fluxo rápido de informações, facilitando a circulação, distribuição e abarcamento da totalidade da vida social rural.

A Tabela 7 ilustra a disponibilidade de instrumentos e meios de comunicação rural em Palmas e Rio Cuarto.

Tabela 7: Relação quanto os espaços de mídias destinados aos assuntos agropecuários entre Palmas (Brasil) e Rio Cuarto (Argentina).

Espaço de mídia destinado aos assuntos agropecuários	
Palmas	Rio Cuarto
Jornal do Tocantins: suplemento	Jornal Puntal, Jornal Clarin, Jornal La Voz del Interior, Jornal La Manhana
TV Anhanguera: um quadro diário dentro do telejornal da manhã.	
TV Anhanguera: programa aos domingos	La Nacion
Jornal do Campo	
Folders institucionais – esporádicas	Revista Nuestro Campo, Revista Marcaliquida, Revista La Chacra, Revista Campo Medio, Revista Infocampo, Revista Clarin Rural
Cartilhas técnicas – esporádicas	House Organ do INTA - Revista Campo e Tecnologia
	TV aberta - 2 boletins diários; 2 noticiários locais; programas especiais quando necessários.
	TV a cabo - com programação rural nacional e inserções de informações de Rio Cuarto.
	Rádios AM - com boletins diários.
	Rádios FM: um programa diário.
	Rádio Universitária com programação diária.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Enquanto em Rio Cuarto existe maior número de meios de comunicação que incluem assuntos voltados ao setor rural, em Palmas o número de instrumentos e meios de comunicação é bastante reduzido, principalmente pelo fato da cidade eregião não contar com empresas que patrocinam ou fomentam a política agropecuária no estado. O grupo midiático, OJC, possui uma única programação, voltada aos assuntos agropecuários, aos domingos, na emissora de televisão e um quadro, diário, de 5 (cinco) minutos, no Jornal Bom dia Tocantins. Os assuntos, em sua maioria, são agendados pelas instituições públicas, configurando o que Traquina (2000), chama de agenda governamental.

Embora em um número bem reduzido, se comparado a Rio Cuarto, Palmas dispõe de diferentes canais de comunicação. Os agricultores familiares do Assentamento Coqueirinho buscam se informar quanto aos assuntos que envolvem o setor rural por meio dos seguintes espaços: TV (64,29%); associação (50%); jornal (42,86%); rádio (21,43%); igreja (14,29%) e amigos (7,14%), conforme demonstra a Figura 24:

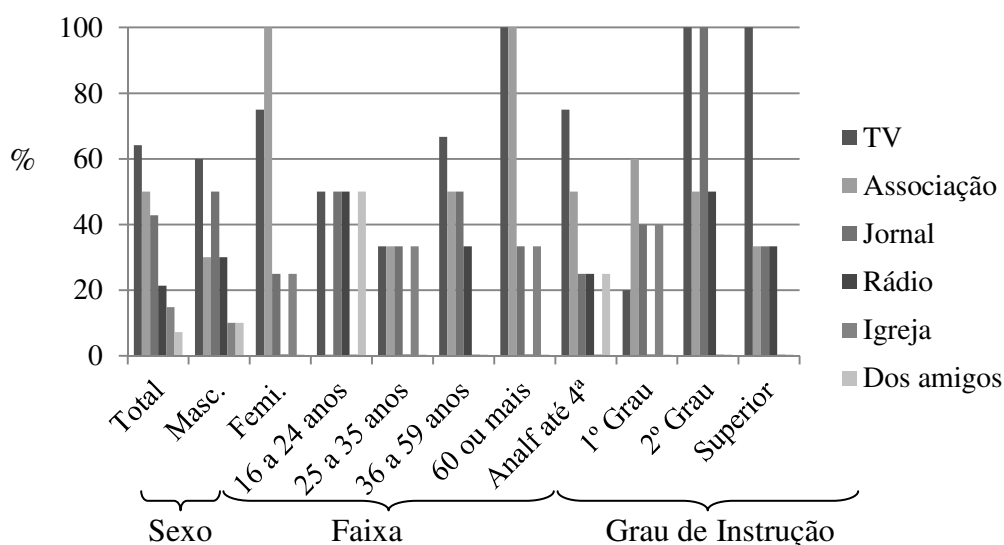


Figura 23: Meios de comunicação mais utilizados pelos entrevistados no Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Mesmo assim, entre Rio Cuarto e Palmas, há um distanciamento no que se refere às políticas de comunicação voltadas ao homem do campo. Em Rio Cuarto, apesar de não existir veículos de grande circulação, exclusivos para os assuntos ligados ao campo, os diversos veículos e programas existentes são bem explorados em favor dos agricultores rurais. De acordo com Cimadevilla (2010)²², “na região de Rio Cuarto, não há meios de comunicação específicos para os agricultores, mas na TV, rádio ou transmissão segmentadas de notícias, os

²² Em comunicação oral.

programas sempre trazem informações específicas voltadas ao homem do campo e, particularmente, relevantes para o setor”.

Em Palmas, conta-se apenas com um programa, veiculado aos domingos, pela TV Anhanguera, e uma editoria diária, no telejornal da manhã, da mesma emissora. Nos sábados, o Jornal do Tocantins traz um suplemento: Jornal do Campo, produzido em Goiânia/GO - cidade a 1000 km de Palmas - que não tem como foco principal atingir os agricultores locais. Essa realidade se configura num quadro insipiente relativo às notícias, programas e informações voltadas ao homem do campo.

Os meios de comunicação, cujas concessões pertencem ao Governo, por meio da Universidade do Estado, não possuem, em nenhuma de suas emissoras, programações específicas às questões do campo. Acreditamos que os mais variados espaços de mídia, principalmente àqueles ligados às instituições de educação e/ou formação, como é o caso da Redesat (concessão pertencente à Universidade do Estado), podem dar visibilidade de políticas públicas construídas e adotadas para a realidade do rural sustentável. Bem como promover participação efetiva e transparente dos sujeitos envolvidos, buscando legitimar, através do poder dos meios, a onipresença compartilhada entre homens e mulheres do campo. Com isso é possível reorientar o sentido de demandas políticas sociais, culturais e de outras ordens que se encontram de algum modo expressas pelos discursos oficiais e ou midiáticos, essas muitas vezes atreladas às demandas financeiras e/ou ideológicas das instituições.

A televisão, embora seja o meio de comunicação mais presente no cotidiano dos agricultores familiares em Palmas, não contribui com a agregação de valores voltados ao desenvolvimento rural sustentável. Esse papel cabe à associação, conforme informaram 50% dos entrevistados. Ela repassa informações para viabilizar atos coletivos que resultem em desenvolvimento rural-local sustentável, minimizando os problemas correlacionados à falta de políticas públicas para a agricultura familiar.

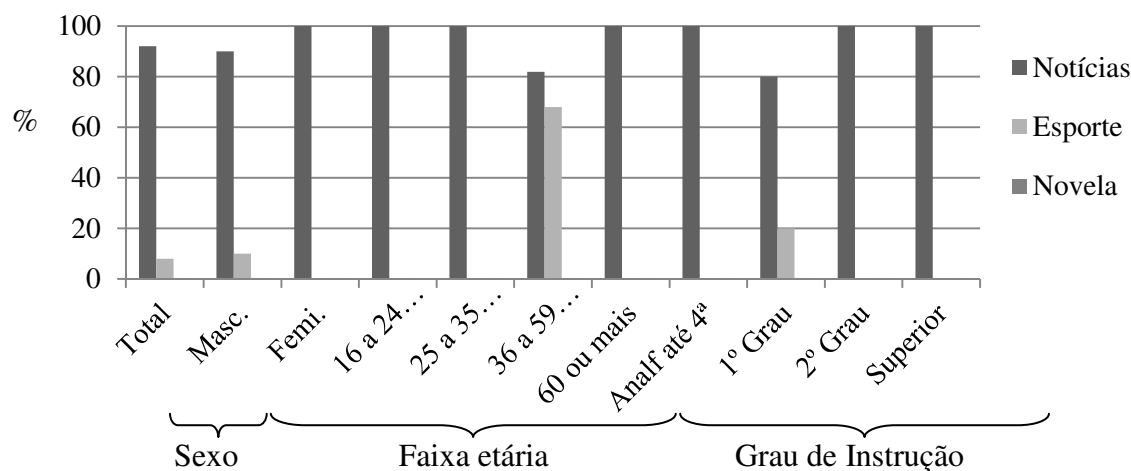


Figura 24: Assuntos de preferência nos meios de comunicação pelos entrevistados no Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Atuando juntamente com instituições parceiras, a associação identifica a existência de gargalos internos e, a partir deles, busca desenvolver mecanismos que ajudem os agricultores familiares a enfrentar as dificuldades da cadeia produtiva, proporcionando, assim, melhoria nas ações locais, produção, emprego e renda. Com a associação informando sobre os assuntos que dizem respeito ao homem do campo, a produção agrícola, mesmo com dificuldades, desenvolve-se localmente e melhora as condições de vida dos agricultores familiares. A

geração, o processamento e a transmissão de informação representam fontes fundamentais de produtividade.

Entre os assuntos que os agricultores familiares vêem/ouvem, destacam-se as notícias, com 92,86%, o que mostra o interesse dos assentados no que acontece à sua volta, e a sua consciência do aprofundamento das relações rural-urbano e dos impactos em seu cotidiano. A pesquisa revelou, também, que o esporte é o segundo assunto preferido dos agricultores familiares, dado a sua popularização. Isso se deve ao fato de eles não terem tempo para se dedicar a outro tipo de entretenimento, uma vez que as atividades rurais sobrepõem-se às funções do seu cotidiano. A tabela 15 referenda essa afirmação.

Em relação ao jornal, pode-se dizer que, apesar de ser um veículo comunicacional mais lento do que o rádio e a TV, isso não implica diminuição de sua importância, pois 42,86% dos agricultores familiares defendem o papel desse meio de comunicação, embora ele não explore toda a sua capacidade informacional em benefício do melhoramento da produção agrícola, uma vez que o jornal impresso que circula em Palmas não tem nenhuma editoria voltada aos assuntos do campo. O que tem são, esporadicamente, matérias agendadas pelos órgãos públicos sobre algum fato de interesse do governo quanto às questões ligadas à agropecuária. Em Rio Cuarto, ao contrário, existem diversos veículos impressos segmentados aos assuntos agropecuários. Esses veículos preocupam-se com o aprofundamento das informações, contribuindo, assim, de forma mais efetiva, com o desenvolvimento da produção agropecuária local.

O jornal impresso tem suas vantagens, das quais se destacam a influência e o caráter duradouro da informação, no que se refere à memória, registro histórico e instrumento de fonte de pesquisa. No contexto da mídia, o poder da informação impressa é superior, e os demais setores acabam se norteando por ela. A durabilidade da notícia, no meio impresso, também é maior: o jornal pode ser guardado, lido e relido quando se fizer necessário.

Em relação ao rádio, os agricultores familiares de Palmas mantêm uma relação saudosista com esse veículo. De acordo com a pesquisa, 21,43% dos agricultores familiares possuem pelo menos um aparelho receptor. Porém, não existe em Palmas nenhuma emissora com programação endereçada ao homem do campo. O que existe, no veículo oficial do governo, são espaços para notas oficiais. As programações mais próximas ao homem do campo são os programas de música sertaneja, não necessariamente voltados aos agricultores familiares.

Em Rio Cuarto, conforme exposto anteriormente, as emissoras de rádio se fazem presentes por meio das frequências AM, FM e rádio universitária. Todas essas emissoras têm como foco editorial assuntos agropecuários, com programações diárias. Nesse processo, cujo código neste caso a mensagem ressonante no meio rural, amplia as possibilidades de acesso à informação.

A igreja é mais um canal de comunicação. No Coqueirinho, existem duas igrejas evangélicas e um seminário católico. Por comunicar assuntos relativos ao cotidiano imediato, essa instituição é percebida por 14,29% dos participantes da pesquisa, o que demonstra que a igreja é também um espaço informacional, preocupado, inclusive, com assuntos relativos ao cotidiano rural. A igreja é uma voz que influencia a vida das pessoas, daquela localidade, levando-as a uma percepção seletiva do que lhes é comunicado. Dessa forma, como agente de comunicação consegue influenciar as ações desenvolvimentistas locais. Ao contrário do que acontece em Palmas, em Rio Cuarto, a igreja não tem papel relevante no processo de transferência de informações específicas ao homem do campo.

Em Palmas, os escritórios do Ruraltins não têm uma política sistêmica de comunicação. Essa acontece esporadicamente e de acordo com objetivos pontuais, causando pouquíssimos impactos na realidade rural. Em Rio Cuarto, a comunicação rural, promovida pelo INTA, acontece com representantes nos postos avançados ou nos escritórios oficiais.

Embora ela se configure como uma política de comunicação voltada ao homem do campo, a sua visibilidade é muito menor do que às promovidas pelos setores privados que servem de interlocutores com o espaço social-rural. Isso se deve principalmente pelo fato do governo não ter políticas específicas para a comunicação setorizada.

O INTA canaliza essa comunicação, mas sem um orçamento específico para isso. Mas no conjunto das suas atividades dedica também ao repasse de informações sobre algumas questões de interesse dos agricultores (CIMADEVILLA, 2011)²³. Essa prática adotada pelo INTA aproxima consideravelmente do que Paulo Freire criticava em 1968 – o modelo difusionista adotado para se fazer comunicação com os sujeitos do campo, sob a égide da rubrica de “comunicação e desenvolvimento”. Na política adotada pelo INTA (Rio Cuarto) e também pelo Ruraltins (Palmas), o que se faz é transmissão e não comunicação, uma vez que essa (comunicação) é “co-participação de sujeitos no ato de conhecer”.

A leitura que fazemos em relação ao processo comunicacional adotado pelos dois institutos, tanto em Rio Cuarto quanto em Palmas, mais especificamente no Assentamento Coqueirinho, é “transmissão, transferência, invasão” (LIMA, 2004). Nessa circunstância, o processo comunicacional é agredido em sua essência, pois a natureza do ato comunicativo é levar os sujeitos ao conhecimento, como mentor de transformação do mundo. O modelo de comunicação adotado (difusionista/transmissão) nega aos sujeitos do campo a formação e constituição do conhecimento autêntico, pois são impedidos à ação e reflexão das ações pensadas e constituídas para eles, como objetos da ação.

De acordo com as observações feitas durante o processo da pesquisa de campo, percebemos que em Palmas, a comunicação rural está concentrada, em sua maior parte, nos gabinetes oficiais, que prestam assessoria técnica para divulgação dos “feitos governamentais”, muito distantes da realidade rural. E quando é de interesse do governo, as informações são disponibilizadas aos meios de comunicação para serem “transmitidas” aos sujeitos do campo. É como se não percebessem que a comunicação é o elemento diferenciador nos processos de desenvolvimento em todas as suas dimensões e não pode ser pensada dissociada de uma política dialógica entre Estado e Sujeitos.

Essa dialogicidade implica romper com a transferência de saber e promove encontros de sujeitos interlocutores (Estado, homem do campo) que criam conhecimento juntos, num exercício contínuo de (re)criação e inovação da realidade no campo, cujos objetivos são transformar e humanizar as relações do homem com a natureza, em vez de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo.

Em Rio Cuarto existem programas, embora na maioria privados, que consistem em ações de difusão, capacitação e produção de material técnico informativo, com a finalidade de sistematizar esforços para fazer chegar aos técnicos, extensionistas aquilo que é produzido a partir e enquanto ciência. Em Palmas existem seminários e encontros de âmbito acadêmico, com o objetivo de divulgar resultados de pesquisa. O público envolvido, no entanto, não engloba os produtores rurais, técnicos e extensionistas. As discussões se restringem aos pesquisadores, professores e alunos das universidades, numa visão estreita de “pares”, “de iguais”, ignorando a riqueza do conhecimento praticado pelos sujeitos à margem da academia.

Durante o ano agrícola, o Ruraltins promove os Dias de Campo para demonstração das atividades institucionais. Essa prática, longe de ser uma ação dialógica com os agricultores familiares, se caracteriza por ser difusionista, por ser uma ação estrategicamente governamental. Segundo Lima (2004), o processo dialógico, na concepção de Freire, é o ato de conhecer, no plano social, uma vez que o ato de conhecer é um ato de engajamento. Esse dia de campo se constitui um processo significativo de compartilhamento de ideias, propostas e experiências, onde os sujeitos do campo e os sujeitos institucionais se colocam numa

²³ Em comunicação oral, em Rio Cuarto (Argentina).

posição de efetivos interlocutores, numa ação cultural dialógica em prol de um rural sustentável. Como as pautas não são pontuadas, com vistas aos reais problemas do campo, a ação que poderia ser um instrumento eficaz nas implementações de políticas de sustentabilidade concretas no campo, acaba por não fazer efeito.

Uma vez por ano, o governo do estado realiza a Feira de Tecnologia Agropecuária - Agrotins, onde são apresentados produtos, tecnologias, inovações, resultados de pesquisa e etc. A Agrotins promove o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, destacando potencialidades do agronegócio, e apoia ações de pesquisas, validação e transferência de tecnologia ao setor produtivo. Nesse evento, as tecnologias são trabalhadas e percebidas como um desenvolvimento puro e simples de técnicas. É preciso que haja mudança conceitual por parte das instituições quanto às tecnologias em relação ao espaço rural e seus sujeitos. Isso significa formar os sujeitos tanto extensionistas quanto os sujeitos do campo para um estágio onde as tecnologias superem o estágio de extensão dos sentidos humanos para tornar-se tecnologia intelectual, na medida em que possam operar sobre o pensamento coletivo disperso na estrutura em rede do social-rural (BONILLA, 2005).



Figura 25: Exposição Agropecuária do Tocantins.

Fonte: Ascom/Ruraltins (2010).

Em Palmas, as instituições públicas e privadas, promotoras dos eventos, tanto de pesquisa quanto de extensão agropecuária, não demonstram compreender que, no processo de transferência e difusão de tecnologia, a comunicação é um dos elementos-chave para o bom desempenho das ações programadas. As políticas são pensadas sobre e para o homem do campo, sem, contudo, fazê-lo partícipe da discussão, uma vez que, mesmo presente, não atua nos debates, o que evidencia tratar-se mais de propaganda das ações governamentais/empresariais do que de construção de conhecimento com a participação efetiva, no plano da dialogicidade, dos agricultores familiares.

Essa postura está na contramão do novo rural. O conhecimento é o resultado da relação do sujeito com o mundo, mediado pela linguagem. Porque provisório necessita de argumentações constantes para que seja validado. Atingida essa condição de validado e ao entrar em contato com novas informações, o conhecimento é (re)significado e gera novos conhecimentos. Estes, organizados, sistematizados e inseridos no cotidiano dos sujeitos adquirem significado para eles. Por isso, os agricultores familiares não podem ser reduzidos à condição de agentes passivos no processo de construção de conhecimentos de seu interesse.

Ressalta-se ainda que nesse processo seja estabelecido contato mais estreito entre a pesquisa e a extensão. O qual deve ter como objetivo não apenas facilitar a transferência de tecnologias aos produtores, mas, também, auxiliar a identificação de problemas relevantes, socialmente apropriados e favoráveis à criação de melhores condições de vida para os agricultores familiares nos espaços onde estão inseridos, redefinindo as políticas de desenvolvimento rural sustentáveis. No que se refere à comunicação rural, em Rio Cuarto, a comunicação face a face faz parte da rotina dos agricultores rurais, por meio de cursos, Dias de Campo e seminários de qualificação e atualização promovidos por instituições, em sua maioria, privadas, embora o governo também promova ações desta natureza. Em relação a Palmas, 7,14% dos entrevistados têm contato com os extensionistas rurais, o que só acontece quando estes (os agricultores) se deslocam das propriedades para os escritórios locais e/ou regionais. Isso demonstra que os agricultores familiares vivem, o que Freire (1972) denominou de “Cultura do Silêncio”, estabelecida pelas instituições públicas, uma vez que essa se ausenta das realidades do campo. Quanto ao uso de equipamentos eletrônicos, os mais presentes no cotidiano dos agricultores familiares, em Palmas, são os elencados na Figura 26, na ordem em que se apresentam.

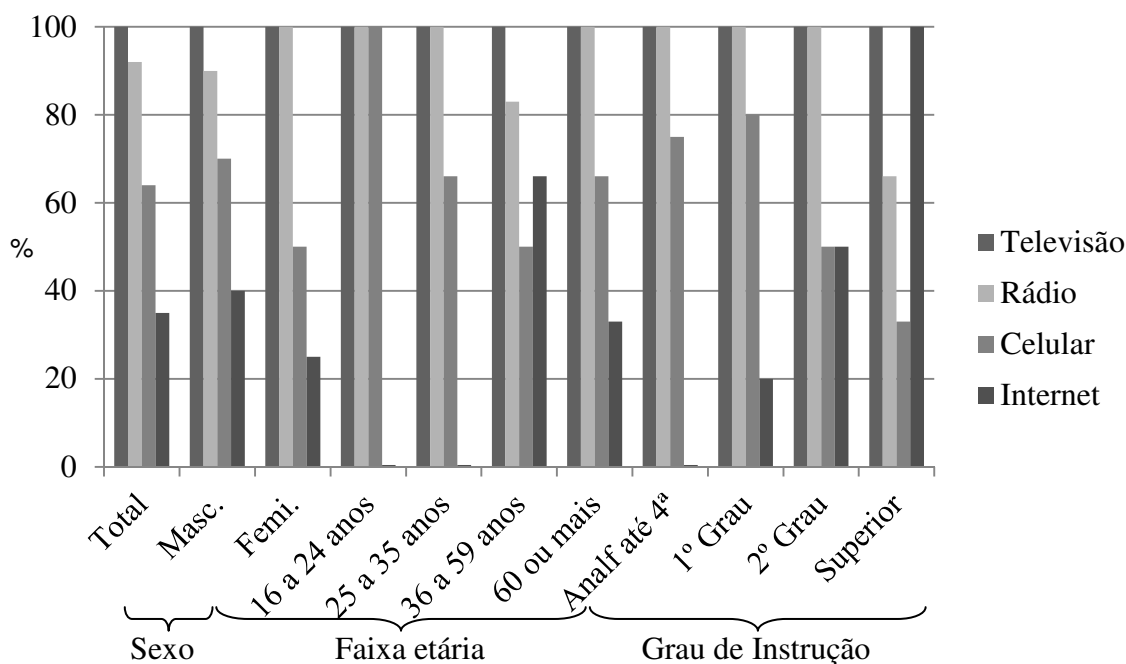


Figura 26: Tecnologias mais utilizadas pelos entrevistados, no Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas: 15.

Os benefícios trazidos pela popularização desses equipamentos são evidentes: mais pessoas podem se comunicar, contam com novas opções de aprendizado, têm acesso a mais informações, trabalham melhor, administram suas vidas com mais comodidade. Entretanto, no caso dos agricultores familiares de Palmas, esses benefícios, se são assegurados, não se fazem acompanhar do que mais lhes interessa: subsídios que ajudem a melhorar suas atividades agrícolas.

Em Rio Cuarto, o aparato tecnológico de comunicação é explorado em todas as suas potencialidades, com o objetivo de massificar e intensificar as informações que interessam aos agricultores rurais, bem como as instituições públicas e privadas, responsáveis por programas e políticas que visam à produtividade rural. Trata-se da concretização do modo informacional de desenvolvimento, no qual, cada transformação provoca e é provocada por outras, resultado

dos processos tecnológico-comunicacionais que estimulam transformações na economia, nas relações com o poder e com o saber, bem como entre os sujeitos.

O celular é um dos instrumentos tecnológico-comunicacional muito presente no cotidiano rural em Palmas. Isso se deve à mobilidade e à popularização do aparelho, por meio de promoções e planos mais acessíveis. Além do celular, o outro instrumento que começa a invadir o cotidiano dos agricultores familiares, em Palmas, é a internet, que já está sendo acessada em 35,71% das propriedades, como podemos notar na Figura 27.

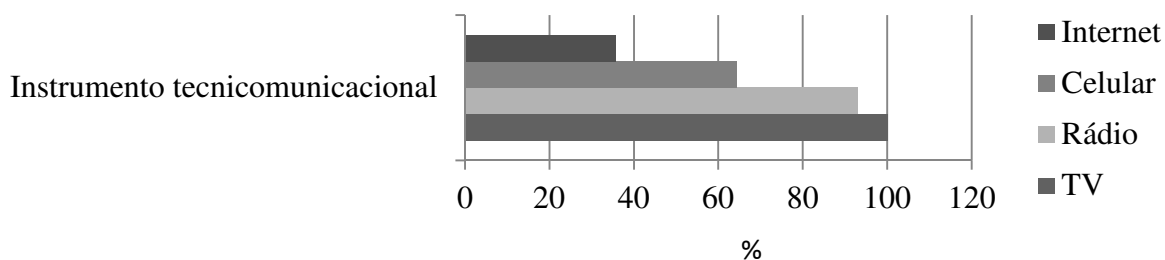


Figura 27: Instrumentos tecno-comunicacionais presentes no cotidiano do Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

A Figura 27 ilustra a inserção das tecnologias da informação e da comunicação – TIC, no universo rural. Essas tecnologias são processos e produtos oriundos de sistemas computacionais, suportes da informação e canais de comunicação. Como a telefonia móvel, a internet já faz parte do cotidiano dos agricultores familiares de Palmas. As instituições públicas e privadas responsáveis pelas políticas agropecuárias no estado do Tocantins, no entanto, possuem sites muito institucionalizados, o que faz deles espaços poucos instrutivos, uma vez que os pontos de pauta não estão voltados para os interesses dos agricultores familiares, mas para as demandas publicitárias das próprias instituições. Sendo assim, o armazenamento, processamento e transmissão digitalizados de informação dessas instituições não potencializam novos modos de produção material e simbólica entre os agricultores.

O uso do celular é comum entre os agricultores familiares. Esses sujeitos, cada vez mais, dão preferência a aparelhos com aplicativos mais sofisticados, com destaque para os que possuem câmera fotográfica e de filmagem. Na atualidade, 66,67% dos agricultores familiares já possuem esses aplicativos em seus aparelhos, o que poderia facilitar a produção e envio de imagens, inclusive referentes à sua atividade produtiva. A Figura 28 mostra essa realidade.

O fato da maioria dos agricultores familiares possuírem celular com câmera, sinaliza possibilidade de utilização dessa ferramenta para minimizar e/ou resolver problemas ligados aos processos de comunicação enfrentados pelos agricultores familiares e instituições públicas, neste caso específico da pesquisa, Ruraltins. Apesar da preferência pelos equipamentos mais sofisticados, percebemos que os agricultores não sabem explorar todas as potencialidades do aparelho. A função mais utilizada pelo agricultor familiar é a de fazer e receber ligações - 57,14%, conforme Figura 29.

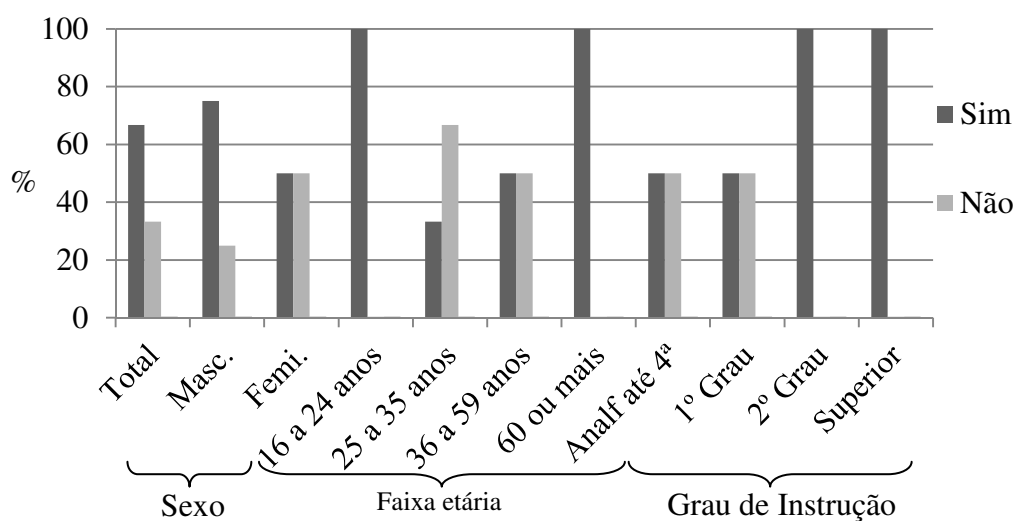


Figura 28: Números de celulares com câmera, utilizados pelos entrevistados no Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

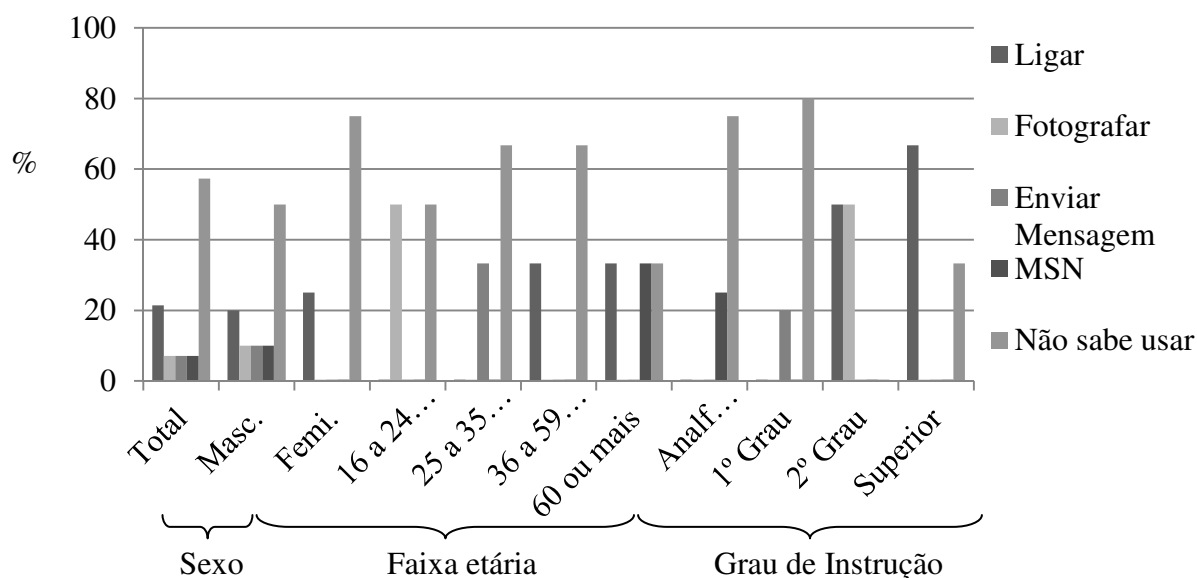


Figura 29: Funções mais conhecidas nos celulares pelos entrevistados no Assentamento Coqueirinho. Total de pessoas entrevistadas – 15.
Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Os aparelhos celulares ainda não são aproveitados em toda sua potencialidade pelos agricultores familiares no Assentamento Coqueirinho. Essa realidade é percebida também por outros setores sociais, devido ao acelerado desenvolvimento das tecnologias móveis. Assim, se optou por apresentar um modelo de processo de comunicação (projeto piloto) a ser adotado pelo Ruraltins para diminuir as distâncias entre o Instituto e os agricultores familiares, em atendimento ao objetivo específico desta pesquisa: *estabelecer proposta de construção de práticas agrícolas adequadas ambientalmente*.

É postulado que a construção de práticas agrícolas adequadas ambientalmente só será possível quando o processo comunicacional se estabelecer a partir do modelo dialogical, num movimento interativo, numa relação social transformadora (LIMA, 2004). Nela está incluída a

dimensão política horizontalizada de comunicação, diminuindo a relação desigual de poder e de dominação, que é manifestada pelas vias processuais de comunicação.

A proposta do estudo é estabelecer um processo de comunicação que se caracteriza pela multiplicidade de rizoma (todos-todos) ((MENDONÇA, 2007) - dialógico, em detrimento à hierarquia da árvore (um-todos), transmissão/difusionista (em vigor no Ruraltins), utilizando como instrumento o sistema de telefonia móvel 0800. Ao recorrer a esse rizoma, agricultores familiares e Ruraltins estabelecem uma modalidade de relação, cujos elementos, embora sejam os mesmos da hierarquia da árvore, “um-todos”, comportam-se de forma diferenciada. O emissor (Ruraltins), antes detentor exclusivo do conhecimento, agora desenvolve conceitos, atribui valores à informação e as comunica, a partir da realidade do receptor, fonte primária dos conhecimentos a ser disponibilizados pelo instituto.

Logo, a relação vertical emissor - receptor é substituída por uma fluidez em que os dois pólos se alternam continuamente. O receptor supera a passividade que antes o marcava. Em seu lugar, surge, no processo comunicativo, um sujeito mobilizador e questionador que constantemente retro-alimenta esse processo, a partir de nova condição que lhe é atribuída: a condição de emissor. Sendo assim, no processo comunicacional, ambos os sujeitos participam no mesmo nível de poder (emissor – receptor – emissor). A mensagem, antes configurada como algo dado e a ser comunicado, agora é informação mediada ou distribuída, no processo comunicacional, por qualquer elemento em qualquer formato. O conteúdo, antes elaborado e imposto pelas instituições fomentadoras de políticas públicas, agora é informação, comunicação ou conhecimento, produzido a partir de qualquer ferramenta de comunicação: analógica, digital, eletrônica, magnética, artesanal, híbrida, concreta ou virtual.

O canal, antes um meio frio, massivo, vertical e impositivo, agora é todo espaço interno de convergência e negociação de conteúdos produzidos por qualquer sujeito, em qualquer circunstância, particularmente naquelas em que as informações circulam em fluxo contínuo, desestabilizando as noções de tempo-espaço. Os filtros (e/ou interferências) são elementos que estimulam e sedimentam o processo de conhecimento do emissor e do receptor, tendo como partida o contexto social dos sujeitos, instituições e organizações. Nessa lógica, o Ruraltins recorre às circunstâncias reais dos sujeitos do campo e sistematiza-as.

Feito isso (quando dá um caráter de cientificidade ao conhecimento por meio dos filtros), o conhecimento, agora em outra lógica, é devolvido aos agricultores familiares, na condição de elemento agregador. Sendo assim, o conhecimento - antes produzido pelas instituições e de caráter universal, uma vez que endereçado a todos os agricultores familiares, ao mesmo tempo, independentemente do estágio de desenvolvimento de cada comunidade – passa a ter uma feição singular. O que ocorre na medida em que ele tem como fonte primeira a realidade concreta dos sujeitos, a partir das condições sociopolítica, econômica, histórica e cultural de cada grupo considerado: indicadores de contexto. Quando os sujeitos, instituições e organizações produzem conteúdos no **Processo de Comunicação Todos-Todos** (MENDONÇA, 2007) ocorre a chamada adaptação de conteúdo ao contexto.

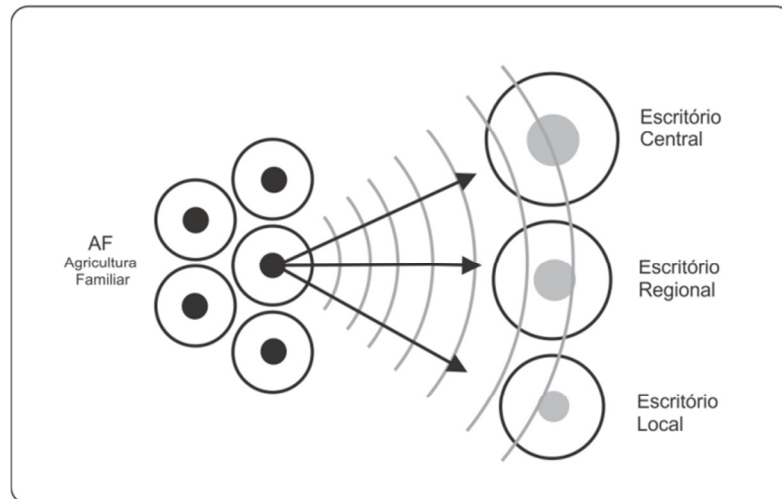


Figura 30: Esquema de comunicação a partir de telefonia móvel elaborado pelo autor. Origem do processo: agricultores familiares.
 Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Nesse processo, a adequação do conhecimento à problemática do meio social em questão passa pelo filtro que harmoniza conhecimentos armazenados pelo Ruraltins - e produzidos a partir da experiência sensível dos agricultores familiares - com a problemática em demanda, procurando encaminhar a melhor solução para esta, naquela circunstância.

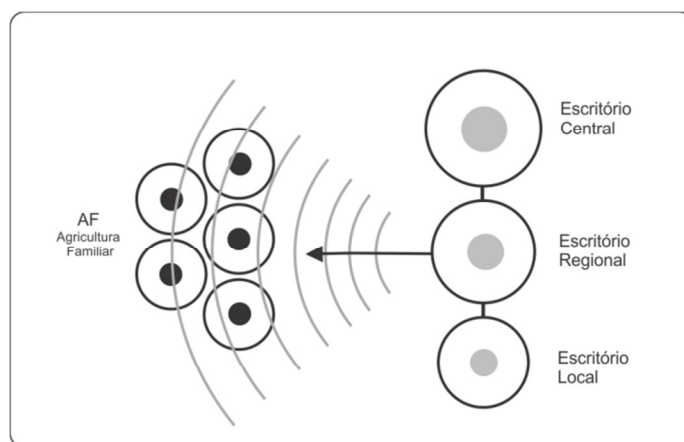


Figura 31: Esquema de comunicação a partir de telefonia móvel elaborado pelo autor. Origem do processo: Ruraltins.
 Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

Ao adequar conhecimento aos seus problemas concretos, solucionando-os de acordo com as exigências do meio, os agricultores familiares estão engendrando um processo contínuo de retroalimentação de conteúdos. Esses novos conhecimentos produzidos pelas negociações entre instituições e produtores rurais podem ser assimilados e socializados, por meio de ferramentas de comunicação, interativa e multimidiática, com outros sujeitos, para que possam adaptá-los as suas problemáticas específicas.

A definição do objetivo de produzir conhecimento adequado ao desenvolvimento sustentável, num fluxo contínuo, para que sujeitos, instituições e organizações ampliem o espaço inclusivo da comunicação, por meio das interfaces virtuais, é o primeiro passo a ser

dado, quando da produção do conhecimento, num processo dialógico. A identificação da aplicabilidade social é outro momento importante na produção do conhecimento voltado para o desenvolvimento sustentável: toda e qualquer forma de conhecimento tem sua importância baseada na capacidade de transformar positivamente a vida do homem e do contexto em que ele está inserido.

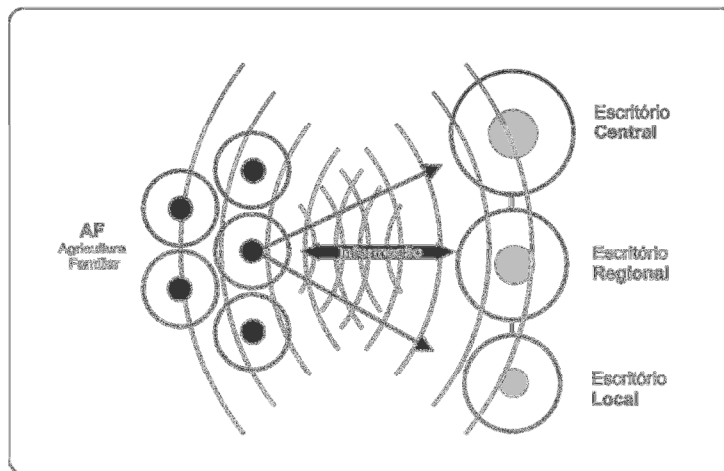


Figura 32: Esquema simultâneo de comunicação a partir de telefonia móvel elaborado pelo autor. Processo dinâmico.

Fonte: José Carlos de Miranda (2012).

As marcas fundamentais desse contexto são as tecnologias da informação e da comunicação, recursos que inauguram novos modos de compreender cultura, identificar e aquilatar desempenhos sociais, bem como de produzir, comunicar e estocar informações. As formas individualizadas de produção, comunicação e estoque de informações, interdependentes, interligadas e interconectadas, possibilitam “navegar”, em qualquer tempo e em qualquer lugar, e alcançar, inclusive, os centros de produção de conhecimento que dão origem a essas informações, num processo interativo e numa velocidade superior às imaginadas anteriormente pelo homem.

Neste modelo de comunicação estabelecido, a relação de poder e dominação passa por processo de enfraquecimento, onde o conhecimento é gerado pelo diálogo estabelecido e se torna autêntico, a partir das potencialidades das tecnologias interativas ao romper com a unidirecionalidade e com a centralização dos pólos de emissão da informação. Para tanto, as instituições, principalmente as ligadas à realidade no e do campo, devem ter a informação como plataforma das práticas sustentáveis, não só nas soluções dos problemas, mas, sobretudo, como demanda social-rural. Tendo a comunicação como política estabelecida, as ações, atitudes e posturas dos agentes institucionais podem conferir mudanças e transformações nos sujeitos do campo, valorizando os aprendizados científicos e os saberes sensíveis, estimulando dessa forma os processos educativos e construindo realidades mais sustentáveis.

5. CONCLUSÕES

Nesta parte final se busca apresentar o problema de pesquisa e a hipótese e confrontá-los com os resultados dos estudos teóricos e das pesquisas empreendidas, para responder à indagação central e, ao mesmo tempo, ratificar os pressupostos que nortearam a construção e o desenvolvimento desta tese. A busca pela resposta ao problema, tendo como base a hipótese levantada, passou, dentre outros fatores, por questões atreladas à forma de gestão pública rural nas duas cidades estudadas: Palmas (Brasil) e Rio Cuarto (Argentina). A hipótese nos sinalizava que os modelos de comunicação rural, implantados nas cidades em questão, sempre estiveram atrelados a uma forte intervenção estatal e que necessitam de mudanças, de modo a possibilitar que as cidades possam, efetivamente, contribuir, a partir de sua cultura de campo, com as políticas de sustentabilidade. O questionamento e a hipótese levantada nesta tese foram sendo respondidos gradualmente ao longo dos capítulos apresentados, havendo uma maior preocupação com a compreensão integral do objeto de análise, do que em se procurar responder, isoladamente, ao problema apontado ou confirmar, individualmente a hipótese traçada. Esses processos foram, assim, realizados à medida que a investigação ia se desenvolvendo.

O estudo da contribuição do processo de comunicação rural na construção de práticas ambientalmente sustentáveis em Palmas e em Rio Cuarto revelou cenário carente de políticas públicas voltadas à utilização de tecnologias da informação no processo de comunicação, adequados às iniciativas de desenvolvimento sustentável no âmbito rural. Há estímulo satisfatório, da parte dos governos, para implementar ações coletivas e articular atores envolvidos com as questões do campo para o desenvolvimento rural sustentável. Embora o cenário das novas ruralidades já esteja presente em Palmas, as estratégias de comunicação que prevalecem, ainda são do modelo difusionista de comunicação de massa. No que se refere a Rio Cuarto, também prevalece o modelo difusionista, notadamente no que se refere ao processo de comunicação estabelecido entre governo e agricultores. Este processo em Rio Cuarto é, em sua maior parte, promovido pelas instituições privadas e os meios de comunicação não oficiais, com base em um modelo mais dialógico.

Na contemporaneidade, as relações com os diversos coletivos sociais exigem uma política de comunicação inovadora, com base em instrumentos e meios apropriados ao enfrentamento dos desafios postos pela sociedade globalizada, a partir da consciência de que as tecnologias comunicacionais são fatores decisivos à promoção do desenvolvimento rural sustentável. Aplicadas no contexto de Palmas e Rio Cuarto, essas tecnologias podem impactar, positivamente, as atividades rurais, na medida em que afetam significativamente o processo produtivo, pois podem subsidiar as tomadas de decisão em prol do desenvolvimento sustentável. Nossa perspectiva é de que o estímulo à utilização das tecnologias da informação e comunicação no cotidiano rural pode resultar numa melhor articulação de parcerias, promover cooperação, aproximar saberes, fortalecer agricultores familiares envolvidos numa cultura de aprendizado local, reduzir custos operacionais e contribuir para o desenvolvimento sustentável nas dimensões política, social, econômica e cultural, reforçando posições mais voltadas às práticas sustentáveis.

Destacam-se as diferenças territoriais-estruturais entre Palmas e Rio Cuarto. Enquanto esta se insere em região agrícola privilegiada na Argentina, com histórico de desenvolvimento que remonta ao final do século XIX, aquela faz parte no Brasil de um estado criado no final da década de 1980. O desenvolvimento rural sustentável, tanto em Palmas quanto em Rio Cuarto, deve ser trabalhado de forma sistêmica, envolvendo instituições públicas e privadas, veículos de comunicação social (em seus mais diversos meios e formatos) e sujeitos do

campo, numa perspectiva que contemple as questões exógenas, em harmonia com as endógenas, para promover o desenvolvimento rural sustentável, por intermédio da exploração das tecnologias da informação e comunicação. Ressaltamos a importância da participação das instituições midiáticas nesse processo.

Como instituições mediadoras e legitimadoras nos processos de comunicação estabelecidos nos espaços sociais, entre eles o rural, atingindo simultaneamente uma vasta audiência, as informações delas oriundas precisam ser mais comprometidas com os desafios e as medidas práticas de sustentabilidade, adotadas enquanto políticas públicas. Para isso, os modelos de comunicação devem ser pautados no relacionamento mais horizontalizado com esses públicos, visando inserir em suas linhas editoriais conceitos e conhecimentos que relacionam sustentabilidade e desenvolvimento rural.

A importância e necessidade de usar as tecnologias da informação e comunicação - como um sistema social, no qual o agricultor familiar seja tomado pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, considerado como protagonista do processo e dotado de autonomia para também propor, produzir e distribuir bens culturais - implica nas instituições proporcionarem canais comunicacionais, mais democráticos, mais horizontalizados e mais acessíveis, por meio dos quais homens e mulheres do campo possam intercambiar, com os diversos setores da realidade social, conhecimentos, além de discutir, propor e ser agentes ativos na efetivação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Os sujeitos do campo não consentem mais na adoção de um modelo de comunicação rural baseado no padrão vertical de simples difusão. Há emergência de um modelo dialógico participativo e problematizador entre todos os atores do setor rural. Quem convive realmente com os problemas da agricultura e as limitações dos sistemas de produção são os agricultores; os quais podem indicar o tempo e os locais apropriados para a chegada de inovações e tecnologias necessárias. Também são eles os que detectam mais rapidamente as distorções do mercado e, enfim, os produtores rurais são os sujeitos mais conhecedores de sua realidade.

As instituições governamentais devem, portanto, promover diálogos interativos, por meio dos quais as realidades devem ser percebidas e as informações analisadas em sua urgência e em tempo real. Para tal, as tecnologias contemporâneas, em especial a telefonia móvel, são canais aproximativos entre os sujeitos envolvidos na formulação de políticas públicas mais realistas e eficientes. Para tanto, é necessário capacitar e treinar os agricultores familiares para a autoexpressão e o uso dessas tecnologias, bem como propor discussões relativas às políticas praticadas pelas operadoras de telefonia móvel, para que a estratégia proposta nesta pesquisa seja efetivada e atenda aos propósitos do projeto.

É necessária, ainda, a adoção de medidas governamentais mais rigorosas, no sentido de ampliar o número das antenas repetidoras, exigindo das concessionárias de telefonia móvel o cumprimento efetivo de metas nesse sentido. Outra questão é a influência dos mercados e os usos e efeitos das tecnologias sem fio que precisam ser avaliadas, numa perspectiva de cultura livre - códigos abertos - no sentido de proporcionar uma comunicação mais democrática e inclusiva. De acordo com a pesquisa de campo, faz-se necessário abrir novas fronteiras em relação à telefonia móvel, fazendo com que outras e novas funções mais próximas da realidade do campo sejam consideradas, tendo em vista que nos espaços rurais existe uma necessidade e uma crescente demanda por essa tecnologia.

A sugestão apresentada nessa pesquisa, quanto às políticas estabelecidas pelas operadoras de telefonia móvel, no estado do Tocantins, é que o Governo intervenha, no sentido de adoção de modelos distintos de regulação das atividades das operadoras, como experiências praticadas em outras regiões do país. Cabe à sociedade rural, em todas as suas dimensões - institucional, privada e civil - cobrar, de forma constante e efetiva, a

implementação de uma política de inclusão digital nesses espaços, com vistas à adoção de um processo de comunicação mais voltado ao desenvolvimento rural sustentável.

Um dos resultados do uso dessas tecnologias é a facilidade de acessar e disponibilizar informações. Os agricultores familiares podem minimizar problemas da produção em sua localidade, em tempo real, pelo contato com os extensionistas e técnicos rurais, sem os tradicionais deslocamentos às instituições que atuam no desenvolvimento rural. Estas, por sua vez, também são beneficiadas, pois não dispõem de quadro de pessoal técnico e operacional suficiente para dar assistência local aos agricultores familiares. A utilização das tecnologias comunicacionais promove, ainda, a redução de custos relativos ao deslocamento de funcionários para resolução de problemas pontuais nas localidades rurais.

O uso de tecnologias é um processo histórico cumulativo. De um estágio tecnológico muito primitivo à incorporação de sucessivas inovações, chega-se a estágio tecnológico mais complexo. É importante para a comunicação rural considerar o estágio tecnológico em que se encontram os agricultores familiares de uma determinada região, seja em Palmas ou Rio Cuarto, como subsídio para a formulação de qualquer programa educativo ou de mudança.

É necessário implantar e/ou potencializar meios e canais de comunicação interpessoais entre os que produzem informações e os que as recebem, permitindo o estabelecimento de uma comunicação dialógica mais próxima, além de possibilitar o envolvimento, a troca de informações e a participação dos envolvidos, bem como a concentração de ações como encontros periódicos, palestras técnicas, cursos de capacitação, eventos técnicos científicos regionais e a produção de boletins e ou revistas especializadas, que permitiriam melhores resultados no processo de implementação de práticas sustentáveis no meio rural.

Com efeito, a mudança tecnológica não deve ser promovida como se fosse simples objeto de decisão tecnocrática ou comercial. Ela deve ter um crescimento orgânico, funcional, adequado ao desenvolvimento educativo e social da agricultura familiar, às oportunidades de emprego, ao progresso das práticas agrícolas sustentáveis. Quando se ignora o estágio tecnológico e suas relações com outros aspectos do desenvolvimento, as consequências podem ser desemprego, êxodo rural e pobreza urbana.

São muitas as dificuldades que hoje se apresentam para que centros urbanos e rurais, em países em desenvolvimento, como o Brasil e a Argentina, possam alcançar padrões elevados de sustentabilidade. Esta percepção reforça nossa hipótese, de que a avaliação do apoio das tecnologias da informação e de comunicação pode auxiliar nesses procedimentos, exercendo, de fato, um papel fundamental no desempenho da atividade agrícola.

Foi observado na pesquisa e nas discussões ao longodesta tese, que ainda são muitos os desafios em cidades como Palmas/TO e Rio Cuarto/AR, no que tange a implementação de uma cultura nocampo mais sustentável, uma vez que é necessária a resolução de graves conflitos e carências socioeconômicas e espaciais. Respeitando e compreendendo o processo histórico de sustentabilidade destas cidades, bem como as carências e conflitos em seus territórios, percebe-se que o fortalecimento das TIC não poderá prescindir da ação do Estado. Porém, não se propões aqui a participação de um Estado centralizador e controlador, mas, sim, de um Estado fomentador e disciplinador na promoção do processo de sustentabilidade em parceria com outros agentes, como a iniciativa privada e o terceiro setor. Esta forma de gestão poderá contribuir para modernizar o modelo até então adotado, valorizando os recursos existentes e ampliando a sua atratividade na recepção de novos fluxos de pessoas e mercados.

A tese, em concordância com os autores que formaram nosso quadro teórico, não teve a pretensão de levantar a bandeira determinista de que as tecnologias da informação e comunicação são capazes de resolver os problemas relativos ao desenvolvimento rural sustentável. Mas acreditamos que pode servir de reflexão na formulação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável com a inserção de modelos de comunicação e informação mais democráticos e horizontalizados.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável de 1992**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472 p.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do processo à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.NAVARRO, Z. (organizadores). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. v. 1. 322 p.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 280 p.

BELTRAN SALOMÓN, L. R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior. ano. 3, n. 6, p. 5-35, 1981.

BOGDAN. R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.

BONILLA, Maria Helena Silveira. Escola Aprendiz: para além da Sociedade da Informação. 1. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2005. v. 1. 224p.

BORDENAVE, Juan Díaz. **Novas perspectivas na capacitação em comunicação para o desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: IICA, 1974. 115 p.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é Comunicação Rural**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 104 p.

BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Petrópolis: Vozes, 1997. 143p.

BRASIL, **Lei 6.938/81**: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, em 31 de agosto de 1981. Disponível em www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/.../leis/1981_Lei_Fed_6938.pdf. 35 p.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável** - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 1999.107 p.

BRAGA, José Luiz & CALAZANS, Maria Regina Zamith. **Comunicação e educação: questões delicadas na interface**. São Paulo, SP, Hacker, 2001. 164 p.

BRUM, Juliana de. A Hipótese do Agenda Setting: estudos e perspectivas. In: **Razón y Palabra**. N°. 35. México: out./nov. 2003. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>. Acesso em: 15/10/2011.

CALLOU, A.B.F. (org.) **Comunicação rural, tecnologia edesenvolvimento local**. São PauloRecife: Intercom Bagaço, 2002. GT's Intercom; n° 13. 257 p.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 416 p.

_____. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Guia de Comunicação e sustentabilidade**. 2009. 76 p.

CIMADEVILLA, Gustavo; SEVERINA, Emílio V. Privatización o estatismo – Coyuntura actual y crisis em La extensión rural. In: **Comunicação Rural – discurso e prática**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1993.173 p.

CIMADEVILLA, G. **Domínios: crítica a la razón intervencionista, la comunicación e el desarrollo sustentable**. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004. 372 p.

CHAMBERS, R. **Sustainable I: Livelihoods**. Institute of Social Studies. [s.n]:Univ. of Sucess, 1986 (Mimeogr.)

CHAMBERS, R. e CONWAY, G. R. **Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century**. Institute of development studies: Discussion Paper nº 296, 1992. 29 p.

CHAMBERS, R (1993) **Challenging the Professions: Frontiers for Rural Development**, Intermediate Technology Publications, London.143 p.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

COGO, D. M. **Multiculturalismo, comunicação e educação: Possibilidades da comunicação intercultural em espaços educacionais**. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2000.441 p.

CONSTANZA, R.; DALY, H.; BARTHOLOMEW, J. Goals, agend and policy, recommendations for ecological of economics. In. **Ecological economics: the science and management of sustainability**. R. Constanza (Ed.). New York, Columbia University Press, 1991. 491 p.

COUTO, Edvaldo Souza. **O Homem-Satélite: Estética e Mutações do Corpo na Sociedade Tecnológica**. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2000. v. 1. 296 p .

DALY, H. E. **A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável**. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Assessoria de Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa, 1991. (Textos para debate, n. 34). 21p.

DURAN, Francisco Entrena. Câmbios em la construcción social de lo rural. **De la autarquia a la globalización**. Madrid: Tecnos, 1998. 200 p.

FRAGOSO, Suely. **Reflexões sobre convergência midiática**. In. Líbero - Revista acadêmica do programa de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, ano VIII, nº 15/16, p.17-21 2005. Acesso em 12 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3198-pdf>

FREIRE, Paulo. **Cultural action for freedom**. G.B.: Penguin, 1972. 91 p.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 136 p.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 184 p.

GARRAFIEL, D.R; NOBRE, F.R.C; DAIN, J. Manual de Metodologia PESA: **Uma abordagem participativa.** Pesacre. Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas. 1999.33p.

GIOVANINNI, Giovanni (org). **Evolução na Comunicação:** do Sílex ao silício. (trad. Wilma Freitas Ronald de Carvalho). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.374 p.

GILL, David; ADAMS, Bridget.**ABC of communication studies.** 2ª ed. Walton-On-Thames: Thomas Nelson & Sons, 1998.197 p.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004. 451 p.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção:** narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese de doutorado. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. 440 p.

GONSALVES, E. P. Escolhendo o percurso metodológico. In: GON-SALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas: Alí-neia, 2001. p. 61-73. 104 p.

GUAZINA, Liziane. **O conceito de mídia na Comunicação e na Ciência Política:** desafios interdisciplinares. **Revista Debates,** Porto Alegre, v. 1., n. 1, jul-dez, 2004. 16 p.

GUTIERREZ, F. **Linguagem Total:** uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978. 106 p.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez. 1997. 235 p.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. **Capitalismo natural.** São Paulo, SP: Cultrix, 1999. 384 p.

IANNI, O. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 325 p.

INSTITUTO ETHOS. **O que é RSE - Responsabilidade Social Empresarial?** Disponível em: < http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx> Acessado em : 25/07/2010.

KAGEYAMA, A.Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. 549 p.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, 1996. 320 p.

LEMOS, André. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina. 2004. 296 p.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet:** em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010. 264 p.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. 264 p.

- LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 368 p.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação.** Salvador: EDUFBA, 2006. 297 p.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia-** Jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989. 188 p.
- MARZALL, Katia. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas.** Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 214 p.
- MENDES, Francisco C.; GUEDES, Cezar Augusto M. **Políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar no Brasil.** In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Lavras-MG: ENAPEGS. 2010. 17 p.
- MENDONÇA, Ana Valéria Machado. **Os processos de comunicação e o modelo todos-todos: uma relação possível com o Programa Saúde da Família.** Brasília: Editora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, 2007. 60 p.
- MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 268 p.
- MOLES, R., FOLEY, W, MORRISSEY, J., O'REGAN, B. Practical appraisal of sustainable development: methodologies for sustainability measurement at settlement level. **Environmental Impact Assessment Review** 28: 144–165; 2008. 228 p.
- MUSSOI, Eros Marion. **Extensão Rural: uma contribuição ao seu repensar.** Brasília. EMBRATER, 1985. 24 p.
- NOLASCO, Fabio. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas: um método fitotécnico.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Tese de doutorado. Viçosa: 1999. 225 p.
- OCDE (Organisation de Coopération et Développement Économiques). **Créer des emplois pour le développement rural: de nouvelles politiques.** Paris: Service des Publications OCDE, 2006. 142 p.
- OLIVEIRA, Valdir de Castro. **Questões metodológicas da comunicação rural: notas de um debate.** In: SILVEIRA, Miguel Ângelo da. CANUTO, João Carlos. (Org.). Estudos de comunicação rural. São Paulo: Intercom-Loyola, 1988. 149 p.
- OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Carine Fonseca Caetano de. Comunicação organizacional e relações públicas: caminhos que se cruzam, entrecruzam ou sobrepõem? **Estudos de Jornalismo & Relações Públicas.** São Bernardo do Campo: Umesp, n. 6, p. 17-27, dez./2005. 112 p.
- OLIVEIRA, Gilson B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE.** Curitiba. N. 2, P. 37-48, maio/agosto, 2002. 200 p.
- ONU (1986). **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**, artigo 2º. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/lex170a.htm>>, acesso em outubro de 2011.

- PEREIRA, Carlos A. M.; HERSCHMANN, Micael. Comunicação e novas estratégias organizacionais na era da informação e do conhecimento. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Umesp, ano 24, n° 38, 2002. 255 p.
- PETITINGA, Carolina Santos. **Mais definições em trânsito**: desenvolvimento local. Disponível em: [http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/desenvolvimento local.pdf](http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/desenvolvimento%20local.pdf). Acessado em 4 de agosto de 2010.
- PIRES, M. L. L. S. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da exclusão: a via cooperativa em debate. In:LIMA, J.R.T. (org) **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife. Ed.Bagaço. 2003.
- PLOEG, J. D. van der, Bouma, J. Rip, A. Rijkembrg, F. Ventura and J. S. C. Weskerke: On regimes, novelties, niches and co-production. IN: WISKERKE, J. S. C. and PLOEG. J. D. van der. **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: The Netherlands, Royal Van Gorcun, 2004. p. 1-27. 356 p.
- PLOEG, J. D. van der. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.
- PRETTO, Nelson De Luca. **Uma escola sem/com futuro**: educação e multimídia. Campinas: Papirus. 1996. 247 p.
- RODRIGUES, A. D. **Comunicação e Cultura**: a experiência cultural na era da informação. Lisboa, Editorial Presença, 1999. 231 p.
- ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations** (4th ed.). New York: Free Press. .1995. 519 p.
- SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo. Paulus, 2004. 192 p.
- SANTOS, Boaventura Souza. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2006. 572 p.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 176 p.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. 176 p.
- SILVA, Christian Luiz da & MENDES, Judas Tadeu Grassi. (Orgs). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis/RJ, Vozes, 2005 196 p.
- SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético, político ao desenvolvimento social. São Paulo: Cortez, 2010. 256 p.
- SILVA, Valdirene Cássia da. **Corpos híbridos em mentes diáfanos**: as tribos urbanas e suas (inter)ações com as tecnologias da informação e da comunicação. Salvador: UFBA. Programa de Pós-graduação em Educação, 2007. (dissertação de mestrado). 99 p.
- SILVA, J. G. Entrevista de Graziano José da Silva. **Revista OPS**, v.2, n.º 7, inverno, 1997. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban16.html>>. set. 1999. Acessado em: 22 de agosto de 2010.

SODRÉ, Muniz. **Etnicidade, campo comunicacional e mediação**. In: MORAES, Denis (org.). Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 246 p.

SOUZA, Paulo César. **A resistência dos Bairros Rurais no Município de Martinópolis**. (212). Dissertação de Mestrado Em Geografia - Universidade Estadual Paulista, FCT/Unesp, Campus de Presidente Prudente, 2004. 236 p.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos do Jornalismo Impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005. 542 p.

_____. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação dos media**. Porto, 2006. 823 p.

SPENILLO, G. M. D. O fenômeno da comunicação rural na era tecnológica - busca de novos caminhos. In: Angelo Brás Fernandes Callou. (Org.). **Comunicação Rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local**. 1ª ed. Recife: Edições Bagaço, 2002, v. 13, p. 29-43. 257 p.

TACCHI, Jo. Finding a voice: participatory development in Southeast Asia. In: HARTLEY, John; McWILLIAM, Kelly (ed.). **Story circle: digital storytelling around the world**. Malden. MA: Wiley-Blackwell, 2009. 328 p.

TAMIOZZO, Laura. PROHUERTA: Programa Huerta Organica. INTA. Disponível em: [HTTP://www.intqa.gov.ar/extension/prohuerta](http://www.intqa.gov.ar/extension/prohuerta). Acesso em: 21 Out 2011.

TAUK-TORNISIELO, Sâmia M. Microorganismos com indicadores de impactos ambientais. In: MARTOS, Henry Lesjak (Coord.); MAIA, Nilson Borlina. **Indicadores ambientais**. Sorocaba: PUC de São Paulo, 1997. 266 p.

TEIXEIRA, Irenides. **O Jornal do Tocantins de 1988 a 1991: o texto, o contexto e a imagem fotojornalística na formação do Estado do Tocantins**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Cásper Líbero, 2003. 113 p.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**. Oxford. v. 19. Issue 3. p. 327-344, 2003. 396 p.

TRAQUINA, Nelson. . O paradigma do agenda-setting: redescoberta do poder do jornalismo. In: MESQUITA, Mário (org.). **Revista de Comunicação e Linguagem**. N.º 21/22, Lisboa: Cosmos, 1995. 434 p.

_____. **O poder do jornalismo: análise de textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000. 145 p.

TRIGUEIRO, Osvaldo. **O estudo científico da comunicação: avanços teóricos e metodológicos ensinados pela escola latino-americana**. PCLA. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista6/artigo%206-3.htm>, v.2, n.2, jan/fever/março. 2001. Acesso em 12 de agosto de 2011

VAN DEPOELE, L. The European Model of Agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development. In: International Conference European Rural Policy at the Crossroads, 2000, Aberdeen, Scotland. **Conference Papers**. Disponível em: www.abdn.ac.uk/arkleton/conf2000/. Acesso em: 21/02/2012.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998. 246 p.

WANDERLEY, Maria N. B. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, out. 2000. 205 p.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. Traduzido por Karina Jannini. São Paulo, Martins Fontes. 2003. 292 p.

7. ANEXOS

Anexo A - Roteiro de entrevista aplicada em Rio Cuarto – Argentina

Local: UNRC

Entrevistados: professores/pesquisadores da UNRC

Data: outubro de 2010

1. Quais são os meios de comunicação destinados aos agricultores e como acontece esta interação, em Rio Cuarto?
2. Como o governo argentino tem destinado recursos para a efetivação desta comunicação e como a inovação tecnológica auxilia o desenvolvimento local por meio desta comunicação?
3. Quais são os órgãos públicos ou privados especializados em comunicação rural e como funcionam os tipos de informação oferecidos por estes órgãos aos agricultores de Rio Cuarto?
4. Como os meios de comunicação têm auxiliado quando se trata de inovação e desenvolvimento local?
5. Qual a retorno do agricultor, em termos de desenvolvimento local, advindos dos meios de comunicação?

Anexo B - Roteiro de entrevista aplicada em Rio Cuarto – Argentina

Local: INTA

Entrevistados: Diretor e Engenheiro Agrônomo, Assessora de Comunicação Social e o Administrador Agrário do INTA.

Data: outubro de 2010

1. Quais são os meios de comunicação destinados aos agricultores e como acontece esta interação?
2. Como o governo argentino tem destinado recursos para a efetivação desta comunicação e como a inovação tecnológica auxilia o desenvolvimento local através desta comunicação?
3. Qual a retorno do agricultor, em termos de desenvolvimento local, através dos meios de comunicação?

Anexo C - Roteiro de entrevista aplicada em Palmas -Brasil

Local: TV Anhanguera

Entrevistado: Produtora do Jornal do Campo

Data: novembro de 2010

1. Qual o perfil editorial do Jornal do Campo?
2. Como a equipe é estruturada?
3. Como são selecionados os assuntos a serem abordados pelo JC?
4. Existe algum mecanismo que certifica a audiência do homem do campo ao programa?
5. Que resultados efetivos já foram verificados em relação ao desenvolvimento da condição do homem do campo a partir das contribuições do JC?

6. Quais são os órgãos públicos ou privados especializados na cultura rural e como é a relação do JC com os mesmos?
7. Como o Jornal do Campo tem auxiliado quando se trata de inovação e desenvolvimento rural-local?
8. Em relação ao Assentamento Coqueirinho, quais as experiências de reportagem já realizadas?
9. Como o JC toma ciência das questões que envolvem o homem do campo?
10. Que leitura o JC faz das assessorias de comunicação do Ruraltins e da Secretaria de Agricultura do Estado e do município?

Anexo D - Roteiro de entrevista aplicada em Palmas -Brasil

Local: Ruraltins

Entrevistados: Assessora de Comunicação

Data: novembro de 2010

1. Para que serve e o que é o Ruraltins?
2. Como acontece o trabalho oficial da extensão rural?
3. Qual a metodologia de trabalho da Assessoria de Comunicação?
4. Quais são os mecanismos de comunicação adotados na instituição?
5. Como se desenvolve a política de comunicação?
6. Qual o papel do extensionista na política de comunicação?

Anexo E - Roteiro de entrevista aplicada em Palmas -Brasil

Local: Assentamento Coqueirinho

Entrevistados: Agricultores familiares

Data: novembro de 2010

Entrevistador (a): _____

Data da entrevista: ____/____/____

Entrevista realizada com:

Proprietário Morador Outro _____

I - IDENTIFICAÇÃO

I.1 - Nome da Propriedade: _____

I.1 1 - Tamanho da Propriedade (ha) _____ **Obs.:** _____

I.2 Coordenadas: _____

Seqüência das Fotos: _____

II - INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS.

II.1 - Tipo de Construção:

Alvenaria Adobe Outros: _____

II.2 - Há quanto tempo residem: _____

II.3 – Estrutura Familiar

Família	Sexo (M)	Sexo (F)	Família	Sexo (M)	Sexo (F)
0 a 7 anos			41 a 45 anos		
8 a 15 anos			46 a 50 anos		
16 a 20 anos			51 a 55 anos		
21 a 25 anos			56 a 60 anos		
26 a 30 anos			61 a 65 anos		
31 a 35 anos			66 a 70 anos		
36 a 40 anos			>71 anos		

II.4 - Número de pessoas por Grau de Escolaridade

- () Não alfabetizado () 2º grau
() Somente alfabetizado () Superior Completo
() 1ª a 3ª série do 1º grau () Superior Incompleto
() 5ª a 8ª série do 1º grau () Fora da Escola
() Até a 4ª série do 1º grau

II.5 – Todos os moradores possuem Documentos?

- () Sim () Não Se não Quais? _____

II.6 - Tipo de Transporte

- () Próprio () Coletivo () Outro _____

II.7 - Comunicação:

Como fica sabendo dos assuntos que envolvem as questões do campo?

- () Associação () Igreja () Mídia () Outro
citar: _____

Qual o meio de comunicação que o (a) senhor (a) mais utiliza?

- () Rádio () Televisão () Impresso _____
Internet() Outro()

Quais os equipamentos eletrônicos abaixo que possui?

- () Rádio () Televisão () Computador (com
internet) () Celular Outro()

O que mais gosta de “consumir” nos meios de comunicação? (pergunta aberta)

II.8 - Quais as instituições governamentais e não governamentais que atuam junto aos produtores rurais?

Instituições	Periodo	Ações que desenvolvem

II.9 - Pertence a alguma associação/sindicato? () Sim () Não

II.9.1 - Nome: _____

II.9.2 - Quando se reúnem: _____

III - INFRA-ESTRUTURA

III.1 - Estradas:

() Bem Conservadas () Mal Conservadas

Se mal conservadas, relatar os principais problemas enfrentados com as estradas.

III.2 - Escolas

() Sim () Não

Os principais problemas enfrentados com as escolas?

III.3 - Energia Elétrica

() Sim () Não Que tipo? _____

III.4 - SAÚDE

III.4.1 - Posto de Saúde

() Sim () Não

Os principais problemas enfrentados com a saúde?

III.4.2 - Há quantos quilômetros se localiza o mais próximo?

III.4.3 – Se existe o Programa de Agente Comunitário de Saúde e qual é a periodicidade das visitas?

() Sim () Não Periodicidade: _____

III.4.4 - Quais as principais “doenças” que ocorrem?

III.4.5 - Faz uso de plantas medicinais? () Sim () Não
Quais?

III.4.6 - Alguém da propriedade já teve suspeita de contaminação por defensivos agrícolas.
() Sim () Não () Não sei

IV - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA / FONTE DE RENDA:

IV.1 – Qual o principal uso da propriedade?

- () Lazer () Agricultura () Subsistência
() Turismo () Pecuária () Comércio
() Outro _____

IV.2 - Agricultura:

Tipo de cultura	Área Produzida	Quant. Produzida	Quant. Comercializada	Local Onde Vende
() Arroz				
() Feijão				
() Milho				
() Mandioca				
() Soja				
() Pasto				
()				
()				

IV.3 – O (a) senhor (a) conhece alguma prática de conservação do solo?
() Sim () Não

Se sim, quais? _____

IV.4 - Quais as práticas agrícolas que o senhor(a) utiliza?

- () Preparo feito com Máquinas () Calagem
() Curvas de nível () Análise de solo
() Rotação de culturas () Plantio direto
() Roça de toco () Outras:
() Tração animal () Fosfatagem

IV.5 - O (a) senhor (a) utiliza fogo para o preparo da área?

- () Sim () Não

IV.5.1 - Em caso afirmativo:

- () Faz queimada controlada, com licença.
() Faz queimada controlada, sem licença. Por que não? _____
() Queima sem controle. Por que? _____

IV.6 - Agrotóxicos:

IV.6.1 - Utiliza agrotóxicos?

Sim Não

Em caso afirmativo:

IV.6.1.1- Quais os produtos o (a) Sr (Sr^a) mais utiliza?

IV.6.1.2 - Utiliza EPI (Equipamento de proteção individual)?

Sim Não

Se não, por quê?

IV.6.2- Qual a Destinação das embalagens vazias?

Lava as embalagens e reutiliza para outros fins.

Realiza a tríplice lavagem. Onde? _____

Realiza a tríplice lavagem e devolve no local indicado.

Descarta em qualquer lugar / junto com o restante do lixo.

Outro. _____

IV.6.3 - O (A) senhor (a) recebe orientação técnica para utilização de agrotóxicos?

Sim. De quem? _____

Não

IV.7 - Produção Animal:

Tipo de animais	Quant.	Onde joga os dejetos	Local de Criação	Acesso à água	
				Sim	Não
<input type="checkbox"/> Bovino					
<input type="checkbox"/> Suíno					
<input type="checkbox"/> Ovino					
<input type="checkbox"/> Apicultura					
<input type="checkbox"/> Caprino					
<input type="checkbox"/> Eqüinos					
<input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/>					

IV.7.1 – Qual o transporte que o (a) senhor (a) utiliza para escoar a produção?

IV.8 – O (A) Senhor (a) participa de algum programa de crédito?

Sim, Qual: Não

- Banco do Brasil Banco da Gente
 BASA Outros: _____

IV.09 - Outras fontes de Renda:

- Emprego assalariado Venda de mão-de-obra temporária
 Aposentadoria Outros: _____

IV.10 - Faixa Salarial (Considerar toda a renda da familiar)

- 1 Salário Mínimo 2 Salários Mínimos
 1,5 Salários Mínimos 3 Salários Mínimos
 Acima de 3 Salários Não informou.

V - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA:

V.1 - O (A) Senhor (a) é o proprietário da terra?

- Sim Não

V.2 - Qual a forma de “domínio”?

- Posse Título Provisório Título Definitivo
 Direito de uso Arrendamento
 Parcelamento de Assentamento Outra, _____

VI - MEIO AMBIENTE:

VI.1 - Resíduos sólidos:

Qual a destinação do lixo produzido?

- Joga fora em qualquer lugar.
 Enterra
 Queima
 Outra. Qual? _____

VI.2 - Saneamento:

VI.2.1 - Possui instalação Sanitária?

- Sim Não

VI.4 - Qual é o tipo de instalação sanitária?

- Fossa Negra.
 Sumidouro.
 Privada
 Outros: _____

VI.5 - Procedência da água para consumo humano:

- Ribeirão
 Cisterna
 Outros: _____

VI.6 - Utiliza algum tipo de tratamento na água de consumo?

- Sim, Qual: Ferve Filtra Hipoclorito
 Não

VIII - RECURSOS NATURAIS:

VIII.1 - Utilização dos Recursos Naturais

O (A) senhor (a) utiliza os recursos naturais existentes?

- Peixe. Quais? _____
- Caça de animais silvestres. Quais? _____
- Coleta de sementes. Quais? _____
- Coleta de frutos. Quais? _____
- Outros. Quais? _____
- Nenhum

VIII.4 - A propriedade Rural é Licenciada?

- Sim Não

VIII.5 - Reserva Legal:

- Existe reserva legal na propriedade. Averbada Sim Não
- Não existe reserva legal na propriedade.
- Existe a reserva mas não conservada.
- Existe a reserva legal conservada.

VIII.6 - Área de Preservação Permanente – APP

- Mata Ciliar - Largura Preservada _____
- Nascente - Largura Preservada _____
- Morro/Encosta
- Não possui

IX - USO DA ÁGUA

IX.1 - Faz captação/armazenamento das águas pluviais?

- Sim Não

IX.1.1 - Se sim qual a destinação?

- Irrigação. Qual o tamanho da área irrigada? _____
- Consumo Humano
- Dessedentação de animais.
- Outros: _____

IX.2 - Utiliza algum sistema de irrigação?

- Sim Não

IX.2.1 – Se sim, qual?

- Aspersão convencional Gotejamento
- Irrigação manual com mangueiras / baldes Sulcos / declividade

IX.2.2 - Procedência da água de irrigação:

- Ribeirão Poço Artesiano
- Cisterna Outro: _____

IX.2.3 - Se do ribeirão: Utiliza barramento? Sim Não

IX.2.3.1 - Qual a distância do corpo hídrico em relação à plantação:

- Menos de 30 metros 31 a50 metros
 51 a100 metros 101 a150 metros
 151 a200 metros Mais de 201 metros

IX.3 - O (A) Sr. (Sr^a) considera a quantidade de água disponível:

IX.3.1 – Para irrigação

- Insuficiente Suficiente
 Comprometida Não soube responder

IX.3.2 – Para uso geral.

- Insuficiente Suficiente
 Comprometida Não soube responder

IX.4 - Nos últimos anos tem aumentado sua demanda por água para irrigação:

- Sim Não

IX.4.1 - Se sim, por quais motivos?

IX.5 - Nos últimos anos a disponibilidade hídrica da propriedade:

- Aumentou Estabilizou
 Diminuiu Não sei

IX.6 - O (A) Senhor (a) percebeu que o manancial está assoreando ao longo dos anos ?

- Sim Não

IX.6.1 – Se sim, quais são as causas desse assoreamento?

IX.7 - Mata Ciliar

- O Ribeirão é protegido com mata ciliar nativa
 O Ribeirão está desprotegido
 O Rib. está desprotegido, mas o replantio com espécies nativas está sendo realizado.
 O Ribeirão está desprotegido e nenhuma medida está sendo tomada

IX.8 - O (a) senhor (a) sabe o que é mata ciliar e qual sua importância?

- Sim Não